

UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

MONOGRAFIA

**A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS
DE ATER NO BRASIL E O PAPEL DA
AGROECOLOGIA NA PROMOÇÃO
DE UMA VIA CAMPONESA PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Francisco Delano Melo Mourão

2012

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATER NO BRASIL E
O PAPEL DA AGROECOLOGIA NA PROMOÇÃO DE UMA
VIA CAMPONESA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

FRANCISCO DELANO MELO MOURÃO

Sob orientação do Professor Dr.
Sérgio Sauer

Monografia submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política na
Universidade de Brasília - UnB

Brasília/DF
Outubro – 2012

Dedicatória

A dona Tereza, pelas superações que viveu, as conquistas que teve e as muitas entregas de corpo e alma que fez.

A lutas como a do Santuário dos Pajés “Santxiê Tapuya”, que hão de abrir passo à aprendizagem mútua entre racionalidades cujo diálogo é tão indispensável para a superação de toda forma de escravidão.

Agradecimentos

Como se tratou de um processo longo, com diversas idas e vindas, muitas mesmo foram as pessoas que inspiraram, colaboraram e incentivaram, direta e indiretamente, a abordagem do tema aqui proposto. Por esta razão, evitarei citar nomes, remetendo-me prioritariamente aos contextos que são claros para tais pessoas.

Uma exceção apenas abrirei, em agradecimento especial ao meu orientador, Sérgio Sauer. Pela indispensável confiança depositada ao assumir este desafio de abordar questões ainda pouco debatidas no campo da Ciência Política, junto a alguém em retomada de longo processo de interrupção da escrita. Sem a sua persistência e suas contribuições, as transformações profundas e determinantes que sofreram os primeiros (e volumosos) rascunhos deste estudo, ainda que hajam permanecido lacunas teóricas e metodológicas pela ambição que mantive de articular temas e autores bem diversos, jamais teriam sido possíveis. Igualmente notável foi o relativo aprimoramento no domínio de forma na produção de um trabalho acadêmico que se encontrava absolutamente cru no início do processo.

Em primeiro lugar, o patrimônio coletivo vivo da história de lutas e materialização da vida no campo no Brasil, e seu diálogo com os setores urbanos populares e seus aliados acadêmicos, formaram o eixo do qual sou tributário, seja pela oportunidade de colaboração direta em espaços de militância, seja pelos registros que se conseguiram realizar contra toda a resistência de uma hegemonia política e científica do pensamento conservador. Contra todas as expectativas e esforços ativos, os sujeitos sociais do campo popular lograram cravar nos distintos tempos históricos as lições fundamentais tanto sobre o valor como sobre a imprescindibilidade da resistência.

Agradeço imensamente ao conjunto de companheiros e companheiras, de vida, luta e perspectivas encontrados tanto na UnB como no Instituto Federal de Brasília, nas duas pontas da relação pedagógica, todos educadores e educadoras.

Por fim, nos assentamentos e acampamentos do Distrito Federal, na comunidade indígena do Santuário Tapuya dos Pajés, agradeço às pessoas com quem compartilhei a construção da minha perspectiva sobre a questão agrária no país.

A divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações. “Estropia o trabalhador e faz dele uma espécie de monstro”; favorece, “como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais, suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades”. “Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o trabalhador independente desenvolve, ainda que em modesta escala”, são tirados do operário e confiscados pelo capital, que os concentra nas suas máquinas, na sua organização do trabalho, na sua tecnologia: “As forças intelectuais do processo material de produção” voltam-se, assim, contra o operário, “como uma propriedade exterior a ele, uma força que o domina”. Tal cisão entre trabalho manual e intelectual “faz do operário um trabalhador estropiado e parcial”; e da ciência “uma força produtiva independente do trabalho”, posta “a serviço do capital” (GORZ, 2001: 9).

André Gorz, citando trechos do capítulo XII d'O Capital (volume I), de Karl Marx, na abertura da obra *Crítica da Divisão do Trabalho*, organizada por ele originalmente em 1967.

Não existe movimento de libertação verdadeiro que não reconheça a necessidade de adotar uma tecnologia de baixo consumo energético. [...] O ser humano é um ser consciente de seu espaço vital e de sua limitação temporal. Integra os dois [espaço e tempo] por meio de sua ação, isto é, mediante a aplicação de sua energia a suas circunstâncias concretas. Para tanto, utiliza instrumentos de vários tipos, alguns dos quais potencializam as energias metabólicas de que dispõe, enquanto outros lhe permitem encontrar fontes energéticas que são exteriores a seu próprio corpo. A energia transformada em trabalho físico lhe permite integrar seu espaço e seu tempo. Privado de energia suficiente, se vê condenado a ser um simples espectador imóvel em um espaço que o oprime. Usando suas mãos e pés, transforma esse espaço, simples território para o animal, em casa e pátria. Aumentando a eficiência da aplicação de sua própria energia, ele o embeleza. Aprendendo a usar novas fontes de energia, ele o expande e o coloca em perigo. Acima de um certo ponto, o uso de energia motorizada inevitavelmente começa a oprimi-lo. Minha hipótese é de que não pode existir uma sociedade que mereça a qualificação de “socialista” quando a energia mecânica que ela utiliza esmaga o ser humano. [...] existe em cada sociedade concreta um “nível de energia de rendimento mecânico” dentro do qual pode funcionar de maneira ótima um sistema político participativo. A ordem de grandeza desse nível de energia é independente do instrumental tecnológico ou da eficiência na transformação da própria energia. Simultaneamente proponho que se verifique essa mesma hipótese em alguns campos concretos que consomem uma porcentagem importante da energia mecânica em nossa sociedade. Tais campos seriam a habitação e os aspectos mecanizados da agricultura e do transporte (ILLICH, 2005: 39; 41 e 42).

Ivan Illich, filósofo crítico austríaco que viveu, trabalhou e militou no auge do desenvolvimentismo na América Latina, em texto de 1971, em que sintetizou sua hipótese sobre haver correspondência entre o nível de entropia do sistema produtivo e a justiça social factível a uma dada sociedade histórica.

RESUMO

Historicamente, as políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater) no Brasil se orientaram para o setor patronal, associado ao modelo agroexportador. A exclusão político-econômica da agricultura não-patronal, ou não-capitalista, em suas diversas formas, reforçada pelas políticas agrícolas e fundiárias, assentou-se na reprodução de um modelo de desenvolvimento rural socioambientalmente degradante, cujos efeitos se acentuaram nas décadas de 1960 e 1970, com o processo conhecido como modernização conservadora, simultaneamente à consolidação institucional do Sistema Brasileiro de Ater (Sibrater). Nos anos 1980 e 1990, as críticas a esse modelo ganharam expressão junto a um novo fôlego dos movimentos agrários, iniciando um deslocamento do eixo do Sibrater para a *agricultura familiar*. O Sistema reorientado, entretanto, logo sofreria o impacto dos planos de ajustamento associados à reestruturação global do capitalismo (período caracterizado pelo avanço do neoliberalismo no Brasil), que desorganizaram os serviços públicos de modo geral. Concomitantemente, o setor agropecuário patronal começou a assumir uma nova representação social, o *agronegócio*, aliado às corporações transnacionais dos setores financeiro, de insumos químicos, de beneficiamento agroindustrial e do varejo, resultando, entre outros efeitos, na perda de relevância da Ater pública para os setores hegemônicos do capitalismo agrário. Por outro lado, os setores excluídos da modernização agrícola se organizaram, também, em torno de novas representações sociais e passaram a exigir novas orientações das políticas agrícolas e agrárias baseados no questionamento do modelo de desenvolvimento rural adotado. Foi assim que, durante os governos Fernando Henrique Cardoso, teve início uma nova geração de políticas orientadas para a ampla categoria da agricultura familiar, o que se desdobrou nos debates entre poder público e sociedade civil organizada sobre a reconstrução dos serviços públicos de Ater em alguns consensos, dos quais o mais forte foi a exclusividade da agricultura familiar como sua beneficiária. Paralelamente, desde a década de 1980, em nível nacional e internacional, ganharam densidade, na esfera acadêmica e na sociedade civil organizada, novas abordagens teóricas e políticas sob o marco da Agroecologia, com a qual emergem, nos anos 1990, propostas em torno de uma via camponesa para o desenvolvimento rural. No Brasil, estas novas abordagens se associaram de modo peculiar a estudos e experiências de assessoramento técnico junto às populações pobres rurais, em especial entre assentamentos de reforma agrária. Todavia, até o início do século XXI, a abordagem dualista da política agrícola (financiamento e serviços para o agronegócio, via Ministério da Agricultura, e para a agricultura familiar, via Ministério do Desenvolvimento Agrário) oscilou basicamente entre a tese da capacitação empresarial da agricultura familiar (integrando-a às dinâmicas do mercado global, controlado pelo agronegócio de grande escala) e a tese da inviabilidade competitiva (relegando às políticas para a agricultura familiar um caráter exclusivo de política social compensatória). A via não-empresarial do desenvolvimento rural, portanto, surgiu como alternativa política (embora jamais hegemônica) apenas, no contexto de ampliação significativa dos recursos para a agricultura familiar, com o processo de reorganização social e normativa do Sibrater, representado pela elaboração da Política Nacional de Ater (Pnater), em 2003, já no governo Lula. Ao serem convocados para conceber e implementar a Pnater, os principais movimentos sociais agrários evocaram a Agroecologia como princípio da Pnater, fazendo reverberar o conceito sobre outras políticas públicas e iniciativas práticas das organizações populares. Concluiu-se assim que, apesar dos obstáculos criados por um aprofundamento da abordagem dualista da política agrícola brasileira, a luta pela reconstrução da Ater pública sob o paradigma da Agroecologia constituiu um relevante campo de disputa entre distintos modelos de desenvolvimento rural no seio da sociedade brasileira.

Palavras-chave: movimentos sociais do campo, assistência técnica e extensão rural, Ater, agroecologia, desenvolvimento rural, agricultura familiar camponesa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA ATER NO BRASIL: DOS PRIMEIROS SERVIÇOS PÚBLICOS ATÉ AS POLÍTICAS DO ESTADO MÍNIMO	15
1.1 – O CAMPO E A INDUSTRIALIZAÇÃO AGRÍCOLA: CONTEXTUALIZANDO A ATER E O DESENVOLVIMENTO RURAL	15
1.2 – DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO: GÊNESE DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL NA POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA E SEU VIÉS AGROEXPORTADOR.....	25
1.3 – PÓS-GUERRA E DÉCADA DE 1950: <i>EXTENSÃO RURAL</i> E INTEGRAÇÃO COM ENSINO E PESQUISA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATER.....	30
1.4 – DIFUSIONISMO-PRODUTIVISMO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: ATER COMO BASE ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	33
1.5 – DÉCADA DE 1980: REDEMOCRATIZAÇÃO E O “REPENSAR” DA ATER NA CRÍTICA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO.....	38
1.6 – DÉCADA DE 1990: ESTADO MÍNIMO, FIM DO SIBRATER E A POLÍTICA AGRÍCOLA DUALISTA PARA O BRASIL	45
CAPÍTULO II – A REGORGANIZAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE ATER COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ENTRE O DUALISMO AGRÍCOLA E A ADOÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO VIA CAMONESA PARA O DESENVOLVIMENTO	56

2.1 – NOVAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO E DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	56
2.2 – CONSENSOS DA ATER PÚBLICA NA DÉCADA DE 1990: O PÚBLICO-ALVO, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE	64
2.3 – CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DA AGROECOLOGIA: FUNDAMENTOS PARA UMA VIA CAMPONESA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	72
2.4 – PNATER (2003) E LEI GERAL DE ATER (2010): DOS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA AO DUALISMO NA ATER PÚBLICA NO BRASIL ATUAL	83
2.5 – EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA E OS MOVIMENTOS CAMPONESES: ALIANÇA EM MEIO A UM NOVO “CAMPO DE DISPUTA” SOBRE AS VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO LATINOAMERICANO.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A discussão ora apresentada parte do processo sociopolítico de embates, no Brasil, entre diferentes paradigmas de modelo agropecuário e suas consequências para distintas concepções de desenvolvimento rural, desde a formação dos primeiros serviços públicos de assistência técnica até o arranjo mais complexo do sistema de assistência técnica e extensão rural e suas transformações. Como marco institucional recente, entremeado de conflitos e contradições políticas e econômicas, sobressai a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e a Reforma Agrária (PNATER)¹. Como pano de fundo, toma-se a tensão permanente entre a expansão do capitalismo (suas relações de produção e reprodução social) sobre o campo, através da modernização agrícola no Brasil, e a (re)construção do campesinato, enquanto forma de resistência à dominação plena do capital nas relações sociais, e o questionamento sobre qual destes processos tem sido favorecido pelas políticas de Ater em cada momento histórico².

O debate em torno da Pnater, desde 2003, foi considerado por alguns autores o ponto de partida para a reorganização do Sistema Brasileiro de Ater. Este teria se desencadeado, não sem influxos, como resposta do Estado às pressões sociais acumuladas pela superação do longo “período de anomia” da extensão rural oficial (CAPORAL e COSTABEBER, 2007: 7), iniciado na década de 1980 após anos de deliberada difusão do modelo tecnológico da chamada revolução verde. Com efeito, como observa Schneider (2009: 11), “nos anos recentes” os atores sociais do meio rural brasileiro vêm demonstrando grande capacidade de “resistência e oposição às formas de dominação e exploração hegemônicas”, fortalecendo sua “consciência acerca da necessidade de construção de uma outra forma de desenvolvimento

¹ A Pnater foi publicada inicialmente pelo MDA em 2004, como um documento resultante de uma série de seminários e audiências, com participação da sociedade civil organizada, realizadas a partir de 2003. Anos mais tarde, foi aprovada a Lei nº 12.188 de 2010, instituindo definitivamente a Pnater, mas sem referência direta àquele documento e alterando significativamente as diretrizes anteriormente formuladas. Sobre estas alterações, ver Caporal (2011).

² A concepção de estratégias de *resistência* e *recriação* do campesinato carrega em si a ideia de que as populações rurais marginalizadas da economia e da sociedade nacional empregam, historicamente, diversos meios para reproduzir estruturas socioeconômicas específicas. Apesar da ampla heterogeneidade, estas estruturas, sendo avessas às relações propriamente capitalistas (baseadas na compra e venda da força de trabalho alienada dos meios de produção), seriam marcadas pelo escopo da autonomia camponesa, expressa na produção direta dos meios de vida (CORREIA, 2011). Neste sentido, concorrem desde dimensões técnicas (fonte de insumos, energia, materiais e tecnologias) e econômicas (capital, trabalho) até culturais (valores, normas e saberes) para a definição do grau de *endogenia*, e, portanto, de *campesinidade*, presente na reprodução das condições socioecológicas de existência destas populações (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; SCHMITT, 2009).

rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores”. Compreende-se aqui, portanto, que cabe aos pesquisadores de políticas de extensão rural, aos extensionistas e aos próprios camponeses e suas organizações, debater, propor e questionar o quanto este avanço no plano institucional corresponde ou não a este novo paradigma de desenvolvimento rural.

Para tanto, no primeiro capítulo, é realizado um resgate histórico da trajetória institucional das políticas agrícolas e fundiárias brasileiras até os anos 1990, levando em conta três processos. Primeiro, a consolidação do que se passou a compreender como serviços (ou políticas) de assistência técnica e extensão rural, desde fins do século XIX, culminando, em meados da década de 1970, na visão sobre o papel da Ater na promoção da modernização agrícola tal como preconizada pelo paradigma tecnológico hegemônico. Trata-se de situar o papel efetivamente estratégico assumido pelas políticas e serviços oficiais de Ater, ao disseminar, com grande capilaridade no território nacional, conhecimentos, tecnologias e estímulos econômicos para modos radicalmente seletivos de organização da produção e do consumo, a fim de promover um desenvolvimento econômico notavelmente, também, seletivo.

O segundo processo é relativo aos desdobramentos políticos dos próprios efeitos da modernização agrícola no campo brasileiro. Os agravamentos da desigualdade social, da degradação ambiental, do êxodo rural com seu respectivo inchaço urbano, entre outros efeitos, levaram a uma articulação de atores sociais e concepções críticas ao modelo agroexportador (baseado nos monocultivos em larga escala e poupador de mão-de-obra). Aborda-se, assim, como os diversos atores coletivos vinculados de uma ou outra maneira à prestação da Ater passaram a fomentar, entre as décadas de 1980 e 1990, debates inovadores orientados a reformular o paradigma de desenvolvimento rural com o fim da ditadura militar e parte de seu aparato político-administrativo (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Por fim, é apresentado o contexto no qual, em pleno processo de revisão de paradigmas na Ater e nas políticas de desenvolvimento rural, o Estado brasileiro assume um discurso de abandono das suas políticas de indução ao desenvolvimento. Analisa-se desta forma como, por trás do discurso do Estado Mínimo, que incluiu o desmantelamento do Sistema Brasileiro de Ater, manteve-se o favorecimento político e econômico a um modelo agropecuário dependente do mercado externo, cada vez mais globalizado e financeirizado, e ancorado no padrão de desterritorialização do campo. Observa-se ainda como este período foi marcado, concomitantemente, por um crescente poder de mobilização e organização dos

movimentos vinculados à questão agrária, promovendo uma contra-tendência, de resistência e reterritorialização de um grande número de camponeses, apontando para a demanda por uma outra perspectiva de modernização do campo (SAUER, 2003). Como resultado, os anos 1990 viram surgir novas abordagens de políticas públicas e identidades políticas no campo brasileiro, em que se destacou o conceito de agricultura familiar, cuja definição jurídico-operacional reformulou a tensão entre diferentes concepções de desenvolvimento rural (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b).

No segundo capítulo, são abordadas as especificidades do que alguns autores e sujeitos sociais compreendem como agricultura camponesa, em contraste tanto com o *agronegócio* quanto com a *agricultura familiar* em sentido estrito³ (CORREIA, 2011). Estas duas últimas representações sociais, embora vinculadas a transformações nas dinâmicas econômicas do país, são vistas como apropriações simbólicas mobilizadas em função das alianças e antagonismos políticos (SAUER, 2008) consolidados ao longo da década de 1990 e dos anos 2000 de modo correlato à abordagem dualista na política agrícola brasileira progressivamente adotada no período (SABOURIN, 2007).

Em seguida, ainda levando em conta o contexto de desmantelamento do Estado brasileiro, aborda-se especificamente a construção dos consensos mínimos produzidos a respeito dos serviços públicos de Ater, chamando a atenção para a articulação entre as entidades representativas de agentes extensionistas estaduais, organizações sociais de agricultores familiares e camponeses, pesquisadores e representantes de OnG's ligadas ao desenvolvimento rural (SEMINÁRIO, 1997). O principal consenso assumido, quanto ao foco

³ Segundo Silvana Correia (2011: 94-95), “Politicamente, entre os movimentos camponeses existentes no Brasil, criou-se uma disputa ideológica pelo uso dos termos agricultura familiar ou agricultura camponesa. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul (FETRAF-SUL) identificam-se com os pressupostos teóricos e metodológicos dos autores da agricultura familiar e dão preferência ao uso do conceito de agricultor familiar em contraposição ao de camponês. Enquanto que os movimentos camponeses que são vinculados à Via Campesina – Brasil dão preferência ao uso do conceito de camponês”, ressaltando que, nos eventos comuns, todos buscam manter um consenso aparente, utilizando conceitos híbridos ou concomitantes. Já “no espaço acadêmico”, afirma a autora, “o uso dos conceitos de camponês e agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos teóricos” (CORREIA, 2011: 95). Citando José de Souza Martins e Bernardo Mançano Fernandes, ela afirma que alguns autores utilizam os dois conceitos de forma articulada, buscando acentuar, na ideia de campesinato, o caráter de classe *sui generis* dos segmentos que persistem na produção direta dos próprios meios de vida, mesmo integrando-se parcialmente ao mercado. Nesse caso, o termo agricultura/agricultor familiar seria utilizado designando não uma categoria social, mas uma condição de organização de trabalho, característica, mas não exclusiva, do campesinato. Analogamente, segundo Ploeg (2009: 15), um autor europeu que também se dedicou a estudar o fenômeno agrário brasileiro (particularmente o caso do MST no sul do país), a renovada atenção, expressa tanto em um amadurecimento dos estudos rurais nacionais quanto em novas e significativas trajetórias de desenvolvimento, em torno da agricultura familiar no Brasil “coincide com os debates contemporâneos na Europa nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu” (PLOEG, 2009: 15).

na chamada agricultura familiar (ou não-patronal) como público-alvo, permitiu o acirramento do debate a respeito das tecnologias e dos pressupostos mais adequados para que a Ater atendesse aos segmentos mais marginalizados do campo, reconhecendo nisto peculiaridades que não caberiam nos marcos da Ater até então consolidados (CAPORAL, 2007).

Neste sentido, uma das chaves interpretativas para analisar o alcance das políticas de Ater será buscada no debate sobre a capacidade de resistência e recriação da agricultura camponesa diante da expansão das relações capitalistas de produção e reprodução social sobre comunidades rurais tradicionais, ao serem integradas às dinâmicas econômicas da sociedade nacional. Aqui, os textos utilizados levam a enxergar uma densidade específica nos debates sobre o *campesinato*, embora, como lembra Correia (2011), ele não consista, nos estudos realizados no Brasil, em uma categoria estanque em relação à agricultura familiar. Para este debate teórico serão utilizadas contribuições de autores como Wanderley, Petersen, Sauer, Gorgen, Sevilla Guzmán, Toledo, González de Molina e van der Ploeg, valendo-se ainda de levantamentos bibliográficos sobre o pensamento social agrário realizados por Correia (2011).

Nesta história de embates teóricos e conflitos sociais, crônicos e agudos, discute-se como as elaborações teóricas e políticas da Agroecologia foram sendo incorporadas e ressignificadas em diversas partes da América Latina, assumindo de modo particular no Brasil grande interlocução com o debate sobre os serviços públicos de extensão rural. Tal interlocução se deu, inicialmente, por meio do desenvolvimento de experiências produtivas, entre camponeses, pesquisadores, extensionistas e militantes não vinculados à estrutura estatal, ou oficial, de Ater. Apesar de haverem padecido da expansão contínua de um mercado dominado pela crescente globalização do agronegócio, tais experiências estabeleceram uma base técnica, social e econômica, ainda que inicialmente limitadas, e um suporte teórico-histórico que apontaram horizontes (e limites) relativamente claros para formular e implementar concepções alternativas de desenvolvimento rural. Constituindo-se uma bandeira política e identitária de diversos sujeitos sociais coletivos, tais como pesquisadores, extensionistas e camponeses, ressalta como a Agroecologia se tornou o enfoque principal da primeira formulação da Pnater, assumindo, pela primeira vez em contexto mundial um caráter normativo institucional.

Por outro lado, embora tenha atingido outras políticas públicas, torna-se claro na análise aprofundada de alguns autores de referência dentro do debate sobre a Agroecologia e a política agrária brasileira, como os seus princípios e diretrizes jamais se exprimiram de forma

hegemônica na orientação estrutural do desenvolvimento rural do país (CAPORAL, 2005 e 2011; MUSSOI, 2011).

Finalmente, busco demonstrar que a articulação dos debates da extensão rural com aqueles da Agroecologia, no Brasil e em consonância com processos mais amplos verificados em diferentes pontos da América Latina, fortaleceu a dimensão política de ambos, aglutinando diferentes sujeitos sociais em torno de concepções-chave do desenvolvimento rural. Enquanto, do ponto de vista da Agroecologia, este processo pode ser inicialmente analisado à luz da noção de Agroecologia Política (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009), no caso da extensão rural, observo o fenômeno das alianças e dos antagonismos formados a partir da concepção de um modelo de desenvolvimento rural de base camponesa como a formação de um “campo de disputa” (MARQUES, 2003). Tal campo de disputa, permeando Estado e sociedade civil, apontaria assim em última instância para ao menos dois projetos de desenvolvimento rural inconciliáveis.

CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA ATER NO BRASIL: DOS PRIMEIROS SERVIÇOS PÚBLICOS ATÉ AS POLÍTICAS DO ESTADO MÍNIMO

1.1 – O Campo e a industrialização agrícola: contextualizando a Ater e o desenvolvimento rural

Em todo o mundo industrializado as transformações por que passaram os respectivos espaços rurais em decorrência da denominada modernização agrícola foram notáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2006). O processo de aplicação sistemática dos parâmetros das ciências naturais (sobretudo da física, da química e da genética), combinados aos da economia clássica, já difundido na reorganização do trabalho através da máquina a vapor, propiciada pelo desenvolvimento do capitalismo, teve seu marco inicial, na agricultura, na década de 1850 nos Estados Unidos, segundo Jeremy Rifkin (1995).

Ele consistiu na substituição do boi pelo cavalo, propiciada pela vulgarização dos arados de ferro fundido e fio de aço, mais leves e de maior rendimento do que os de madeira feitos à mão. A substituição em escala de elementos mecânicos da produção (após os arados, as colheitadeiras e debulhadoras mecânicas de grãos e, mais tarde, o motor à gasolina aplicado a tratores, caminhões e máquinas agrícolas), seguida de outras de caráter físico-químico e biológico (os fertilizantes nitrogenados, variedades híbridas uniformizadas e de alta produção, os venenos agrícolas), aumentaram consideravelmente o rendimento por hora ou por trabalhador no campo, dispensando amplos contingentes de mão-de-obra e reestruturando amplamente a comercialização dos produtos agropecuários (RIFKIN, 1995).

Os debates sobre a natureza, a reversibilidade e a conveniência destas transformações sobre as populações rurais tradicionais alimentaram diversas correntes teóricas desde o século XIX e atravessaram todo o século XX até se encontrarem, hoje, em plena efervescência⁴. No marco dos atuais estudos identificados com a perspectiva agroecológica, que será definida mais adiante, considera-se como o elemento chave destas transformações a passagem do *modo camponês* para o *modo industrial* de aproveitamento dos recursos naturais (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; SOTO FERNÁNDEZ *et al*, 2007).

⁴ Para um apanhado histórico dos estudos e pontos de vista sobre o campesinato dentro do marco das ciências sociais ver González de Molina e Sevilla Guzmán (1992), Marsden *et al* (2001), Sevilla Guzmán (2002) e Sevilla Guzmán e González de Molina (2005).

Observam-se, em especial nos estudos do final do século XIX e começo do século XX (PLOEG, 2009; SCHNEIDER, 2009), que este avanço dos processos industriais sobre a agricultura se deu de modo profundamente diferenciado, sobretudo, entre os diferentes países, com dois tipos gerais de tendências comuns, às economias centrais, de um lado, e aos países “periféricos”, do outro (ABRAMOVAY, 2000). Isto se deveu a aspectos diversos, entre os quais se podem destacar a capacidade dos demais ramos da economia em absorver a mão-de-obra excedente do campo e o controle político das elites locais sobre a terra, enquanto reserva de valor, e sobre o sistema político como um todo (SAUER, 2008; WANDERLEY, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a conversão da indústria de máquinas e insumos químicos de guerra para a produção agrícola (SEVILLA GUZMÁN, 2006), e, a partir da década de 1980, com a incorporação da informática, da robótica e da biotecnologia (com aplicações da biologia molecular à engenharia genética) à agropecuária, esta substituição dos processos tradicionais de produção alcançou novas escalas (RIFKIN, 1995). Isto gerou transformações qualitativas a ponto de o período do pós-Segunda Guerra corresponder à denominada Revolução Verde e, mais recentemente associada a um discurso ecotecnocrático (CAPORAL, 2007), “segunda Revolução Verde” (ALTIERI, ROSSET, THRUPP, 1998; SEVILLA GUZMÁN, 2006; ALTIERI, 2009a; GONZÁLEZ de MOLINA, 2009), “Revolução Verde-Verde” (CAPORAL, 2009c; MUSSOI, 2011) ou, simplesmente, “intensificação verde” (CAPORAL, 2007).

Evidentemente que os *territórios* e, de certa forma, os países que se anteciparam nesses processos, assumiram um patamar econômico diferenciado dentro do sistema capitalista industrial (RIFKIN, 1995). Isto contribuiu para desdobramentos socioculturais e econômicos específicos na relação das sociedades não-urbanas com a sociedade englobante⁵ (WANDERLEY, 2009). Abramovay (2000), em estudo sobre a *pluriatividade* da agricultura familiar⁶, nota que, nos países capitalistas centrais⁷, em torno de 90% das populações

⁵ A própria concepção do *território* como elemento explicativo das transformações sobre a agricultura é uma conquista recente dos estudos de desenvolvimento rural, cuja importância reside exatamente no reconhecimento de que tais transformações, por globais que sejam, são ressignificadas pelos contextos culturais, sociais e ecológicos de cada região onde se implementou (MUSSOI, 2011). Para Stedile e Carvalho (2010) a diversidade cultural e ecológica dos diferentes territórios deve se impor também na formulação de políticas públicas mais adequadas para atender à agricultura familiar camponesa e alcançar a soberania alimentar (ver no capítulo II).

⁶ Segundo Schneider (2003: 112), “Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural”. O autor salienta ainda que “A expressão tem sido ‘[...]’ bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (*cash*), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais’ (Fuller). Com essa definição, os estudiosos não

consideradas rurais se dedicavam a atividades não-agrícolas. Sugere que, no processo de desenvolvimento destes países,

O importante [...] é que, enquanto declinavam os agricultores, os residentes rurais de pequenas localidades mantiveram sua proporção no total de habitantes. Em outras palavras, apesar do declínio da agricultura o tecido social do meio rural mantém-se vivo e sua trama é enriquecida pelo desenvolvimento de novas atividades (ABRAMOVAY, 2000: 14-15).

Este trecho demonstra um dos aspectos socioeconômicos mais significativos na distinção entre os efeitos da modernização agrícola sobre a realidade rural brasileira e aquela observada em países desenvolvidos⁸. Ou seja, a distribuição demográfica das populações, neste caso equivalente à distribuição fundiária, e seus efeitos sobre as dinâmicas econômicas locais. Os pressupostos da industrialização e da modernização frequentemente estiveram associados à construção de uma “ruralidade de espaços vazios”, como se refere Sauer (2003: 17 e 18), mas aqui ela foi potencializada pela industrialização tardia do campo brasileiro e a profunda concentração fundiária existente no seu nascedouro e reafirmada ao longo das fases das transformações tecnológicas, cada vez mais poupadoras de mão-de-obra.

É interessante observar que outras dimensões importantes da integração das populações camponesas à sociedade englobante parecem pouco enfatizadas no nosso caso. Assim, a título de exemplo, os camponeses brasileiros, em sua grande maioria, não são estimulados a poupar, como acontecia em outros países. Da mesma forma, nos anos 1970, por ocasião do processo de modernização, os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura, sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso. Ora, os “latifundiários”, cuja atividade agrícola sempre prevê uma forte marca extensiva e predatória, também não deveria ter credenciais para assumir tal projeto. *As credenciais, no entanto, eram políticas e não, necessariamente, econômicas e técnicas* (WANDERLEY, 2009: 197. Grifo meu).

Com base nisto, Wanderley (2009) reflete sobre transformações operadas nos modos de reprodução social, a partir das estratégias do campesinato, enquanto expressão coletiva das sociedades rurais parcialmente autônomas, de integração à “sociedade englobante”, capitalista. O ponto de interesse da autora é precisamente o nível de dissolução dessa condição de relativa autonomia do campesinato brasileiro, considerando-a enquanto

apenas têm conseguido abarcar os diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, inclusive os pequenos produtores não integrados aos diversos mercados, os grupos identificados com o campesinato, como também examinar as relações entre o trabalho formal e informal”. (SCHNEIDER, 2003: 104. Grifos do autor).

⁷ Para realizar uma comparação com o Brasil, Abramovay (2000) toma como parâmetro Estados Unidos, França e matizes entre os demais países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁸ Schneider (2003: 101), mesmo ao afirmar que “ao contrário do que se poderia supor, esta [natureza pluriativa das sociedades rurais] não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos”, reconhece que a expansão das unidades familiares pluriativas constitui efeito emblemático da mudança estrutural provocada pela industrialização, apresentando-se como um fenômeno simultaneamente desigual e recente no contexto brasileiro.

orientação da sua produção de subsistência para a reprodução da família. Para isto utiliza reflexões e categorias utilizadas por autores franceses na análise dos impactos da modernização agrícola sobre o seu campesinato

Chama particularmente a atenção a agudeza e a pertinência das conclusões ao estudo comparativo sobre as coletividades rurais, nas quais Jollivet e Mendras apontavam, ainda no início dos anos 1970, para a natureza das mudanças que efetivamente se realizaram nas décadas seguintes, e cujo eixo é dado pela perda crescente da autonomia tradicional, consequência da integração e subordinação à sociedade englobante e pelo esvaziamento das sociedades locais, provocado pelo êxodo rural (WANDERLEY, 2009: 164-165).

Nesse sentido, os casos analisados demonstrariam que, nos países capitalistas desenvolvidos, as sociedades camponesas em geral se estabeleceram como nicho complementar, e não contraditório, no funcionamento geral do capitalismo⁹. Os estudos afirmariam, no entanto, que essa integração consistiu, pela amplitude do processo, em um ajustamento recíproco entre a sociedade englobante e as sociedades camponesas¹⁰. Estas, ao conservar e transmitir um patrimônio sócio-cultural ao formular suas estratégias de integração à sociedade capitalista, ressignificariam as próprias formas de organização da sociedade global.

A rápida integração à sociedade industrial de coletividades camponesas que, tendo permanecido marginais, haviam conservado seu modo de regulação social, seu sistema de valores e suas formas de sociabilidade, oferece um campo de pesquisa cuja amplitude e totalidade desafiam o sociólogo. Com efeito, esta integração aciona ao mesmo tempo os mecanismos da sociedade global e os das coletividades locais; não se trata de um simples fenômeno de assimilação, como a palavra sugere: cada coletividade reage a sua maneira e tenta preservar sua originalidade, de tal forma que a própria sociedade global também se modifica profundamente. (WANDERLEY, 2009: 166).

Portanto, depois de haver afirmado que o desenvolvimento industrial da agricultura no Brasil foi adaptado pelo contexto político e econômico do país, onde prevaleceram os interesses de uma elite agrária altamente concentradora (FERREIRA *et al*, 2009), Wanderley (2009) se interessa pela capacidade de recriação das condições de relativa autonomia do campesinato brasileiro frente às transformações que ele simultaneamente sofre e provoca na sociedade como um todo¹¹. Diferentes graus de marginalidade socioeconômica camponesa

⁹ “É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (WANDERLEY, 2009: 166).

¹⁰ “No entanto, parece-me importante sublinhar que estes ‘novos personagens’, ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade” (WANDERLEY, 2009: 166).

¹¹ Neste sentido, Eric Sabourin (2009: 226) estuda algumas dessas estratégias relativamente autônomas de reprodução camponesa tomando-as como fontes de propostas para o desenho das políticas de desenvolvimento

permitiriam diferentes graus de conservação e recriação de modos de regulação social e de organização da produção alternativos aos da sociedade capitalista¹² (WANDERLEY, 2009).

Dado que o “ajustamento recíproco [entre as coletividades rurais e a sociedade global] e a dinâmica específica da sociedade industrial contribuem para modelar os traços essenciais da civilização de amanhã” (WANDERLEY, 2009: 166), pode-se considerar que um elemento central na distinção entre modelos de desenvolvimento rural gestados pelos diferentes arranjos de políticas públicas é a sua capacidade de promoção ou não da base social camponesa de produção e reprodução da sociedade. O fato é que no Brasil, historicamente, o Estado contribuiu ativa e conscientemente para a eliminação desta base social camponesa (SAUER, 2003; WANDERLEY, 2009), e um de seus instrumentos privilegiados foi justamente a ação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (CAPORAL e COSTABEBER, 2007; PETERSEN, 2007; SAUER e BALESTRO, 2009).

Afinal, em torno da ideia do ajustamento recíproco de que fala Wanderley, é preciso lembrar que “a história de Ater é a história dos encontros entre os extensionistas [entendidos como a representação da sociedade global] e os agricultores [...] encontros, interações e conflitos entre histórias de vida, visões de mundo, enfim, idiossincrasias” (MDA, 2010: 24). E nenhum desses encontros pode ser isento, seja do ponto de vista do modelo de

rural no Brasil: “[...] a venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista (Conterrato e colaboradores, 2005; Ploeg, 2000) existem ainda mercados socialmente controlados. Temple (2001, 2004) e alguns autores falam de mercados de reciprocidade (Guingané, 2001; Bazabana, 2005). No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações diretas entre produtor-consumidor. Há, na ideia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes”.

¹² Sobre os dispositivos coletivos dos agricultores criados a partir da luta pela sobrevivência em um sistema econômico que os marginaliza, Sabourin (2009: 231) indica que “por conta das necessidades, das carências ou do desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores, os agricultores constroem dispositivos alternativos”. Ele elenca então o que seria uma série desses dispositivos, cuja sustentabilidade e perenidade deveriam ser apoiadas pelas políticas públicas que visassem uma alternativa de desenvolvimento rural territorial: “Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores. Produzem informações (articulações temáticas e fóruns regionais, pólos sindicais, redes territoriais), inovação (bancos de sementes, grupos de crédito mútuo para construção de cisternas, grupos de agricultores-experimentadores), saberes e saber-fazer (Universidade camponesa, escolas familiares rurais etc.). Coletivos de agricultores assumem, assim, funções de interesse geral ou comum, de pesquisa, de experimentação, de extensão, de capacitação e divulgação, de maneira gratuita e sem [se] beneficiar, muitas vezes, de apoio público (Sabourin e colaboradores, 2004)”. Embora enfatize no artigo que muitos sistemas fechados de reciprocidade encerram formas de alienação específicas (podendo inclusive fortalecer as relações de intercâmbio capitalista no seu entorno socioeconômico, como exemplifica em parte dos círculos fechados de comércio justo ou mesmo de economia solidária), Sabourin (2009) conclui pela necessidade de se empreender um amplo esforço intelectual a fim de reconhecer, identificar, caracterizar e avaliar as diferenças entre as lógicas da reciprocidade e do intercâmbio capitalista considerando que na multiplicidade de relações possíveis entre as duas lógicas residem potenciais para favorecer ou não “o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista” (SABOURIN, 2009: 237).

desenvolvimento, seja das relações de poder associadas ao conhecimento¹³. Como diz Pimentel,

Para compreender o surgimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural, é necessário conhecer os fatores que os impulsionaram, a realidade política e econômica dos períodos em questão, como também as concepções que estavam em jogo em diferentes momentos (PIMENTEL, 2007: 9).

É impossível, de fato, dissociar a formulação e a execução das políticas de Ater¹⁴ no Brasil da notória e persistente concentração fundiária que caracterizou os vários ciclos do desenvolvimento econômico brasileiro.

Tal articulação histórica entre Ater e questão fundiária deriva de pelo menos quatro fenômenos, como se verá ao longo do trabalho: i) a despeito de suas transformações jurídicas, administrativas e tecnológicas, desde a efetiva colonização do país até os dias atuais, as dinâmicas econômicas e políticas estiveram fundamentalmente atreladas ao chamado modelo agroexportador, isto é, a exploração da terra em grandes extensões para exportação de produtos primários derivados das atividades agropecuárias (FERREIRA *et al*, 2009); ii) a própria institucionalização da Ater representou um caráter estratégico de intervenção governamental (CAPORAL, 2007), diretamente vinculada ao modelo agroexportador; iii) a interlocução e os embates dos movimentos sociais agrários com o Estado, envolvendo o tema das políticas de Ater dificilmente estão descontextualizados da luta pelo acesso à terra e a disputa do modelo econômico (WANDERLEY, 2009; LIMA, 2001); e iv) os próprios estudos e formulações sobre a extensão rural, tomadas de uma perspectiva agroecológica, também abordarão, em função das suas matrizes social e teórica, a questão fundiária, e, por extensão, a disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento rural (CAPORAL, 2007).

¹³ “Podemos situar esses encontros entre extensionistas e agricultores em um processo histórico pautado em dois paradigmas ou ‘visões de mundo’ – que buscam a superação de um sobre o outro: paradigma de relações **sujeito-objeto** e paradigma de relações **sujeito-sujeito**. Ambos buscam promover a mudança da realidade na perspectiva de trazer benefícios aos envolvidos a partir da ótica da sociedade. Mas quem define a ‘ótica da sociedade’? O paradigma sujeito-objeto se fundamenta na relação vertical, de dominação, daquele que sabe mais e ensina, e aquele que sabe menos, aprende e faz. A direção da mudança da realidade é dada [...] pela instituição (Estado) que define e regula o processo e a realidade a ser construída. O paradigma sujeito-sujeito, fundamentado na autonomia, estabelece relações democráticas, de cooperação, de parceria, do permear de saberes próprios, construindo conjuntamente a mudança da realidade. Rodrigues (1997) caracteriza o processo evolutivo da extensão rural no Brasil em três períodos, ou movimentos: Humanismo Assistencialista (1948-1962); Difusionismo Produtivista (1963-1984) e Humanismo Crítico (1985-1989). Os dois primeiros se situam no paradigma sujeito-objeto que mantém a submissão do agricultor aos saberes do extensionista, o terceiro estabelece a relação sujeito-sujeito e promove o diálogo dos saberes de ambos e leva à emancipação”. (MDA, 2010: 24. Grifos do autor). Fica clara nesta leitura a prevalência histórica de um paradigma ativamente desmobilizador das formas de reprodução social camponesa.

¹⁴ Políticas de Ater aqui são entendidas como aquelas relacionadas, explicitamente ou não, com serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural (ou o financiamento público dos mesmos).

Referindo-se, portanto, à história das políticas fundiárias no país, Ferreira *et al* (2009) esclarecem que, desde o período colonial até o início dos anos de 1960, não havia política fundiária no Brasil¹⁵. Segundo estes autores,

Foi somente no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, em 1945, que o país começou a discutir a resolução da questão agrária, principalmente como condicionante do projeto de desenvolvimento do então conhecido Modelo de Substituição de Importações (FERREIRA *et al*, 2009: 156-157).

No período imediato ao pós-Segunda Guerra (pós-1945), teriam sido apresentadas ao Congresso Nacional dezenas de projetos de lei de reforma agrária, sem que nenhum prosperasse (FERREIRA *et al*, 2009: 157).

Segundo estes autores, entre as décadas de 1950 e 1960, as transformações econômicas da sociedade brasileira (induzidas pelo perfil nacional-desenvolvimentista dos governos no período), em um contexto de efervescência das classes populares, fomentaram também um ciclo importante de mobilização camponesa. Isto jogou luz sobre diversos conflitos existentes e produziu um intenso debate político e intelectual sobre a questão agrária. Como dizem os autores,

[...] foi um período marcado por grande crise da sociedade brasileira – política, econômica e social. Foi também época de intensificação do debate sobre os destinos do país, com crescente participação popular. Foi neste tempo que ocorreu o chamado debate clássico sobre a questão agrária brasileira, com participação de vários e importantes intelectuais vinculados às diversas forças políticas em confronto. Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., André Gunter Frank, Ignácio Rangel e Celso Furtado, entre outros, foram alguns destes participantes (FERREIRA *et al*, 2009: 157).

É importante ter em conta as perspectivas então dominantes neste debate para compreender suas implicações sobre a trajetória da extensão rural oficial e o papel a ela atribuído ao longo do tempo.

As posições em conflito eram diversas. Variavam desde a interpretação marxista ortodoxa – tese sobre resquícios feudais da sociedade brasileira no campo –, passando pela crítica a esta mesma posição, no interior da própria esquerda, pela posição estruturalista e pela tese da dualidade básica – (RANGEL, 1953, 1973, 1979 e 1980) –, até a posição conservadora e liberal baseada na teoria neoclássica, para a qual a reforma da estrutura agrária brasileira não tinha sentido para o Brasil (FERREIRA *et al*, 2009: 157).

¹⁵ Tanto Ferreira *et al* (2009) como Sauer (2003), este citando José de Souza Martins, lembram a elaboração da Lei de Terras de 1850, em meio ao debate abolicionista, mas cujo caráter estava ligado a uma restrição preventiva do acesso à terra dos escravos libertos e outros trabalhadores, denunciando a profundidade da questão racial no Brasil. Para além da questão propriamente fundiária, Pimentel (2009: 9), referindo-se ao surgimento “dos primeiros órgãos públicos do setor agrícola”, remonta também à criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808.

A “posição conservadora e liberal” se identificaria politicamente com a concentração fundiária existente, negando o *status* de sujeito político aos camponeses e defendendo a repressão aos movimentos sociais (FERREIRA *et al*, 2009). Presente até a atualidade¹⁶, esta posição se baseava na afirmação de que, por uma falta de racionalidade econômica, a relação do camponês com a terra estava fadada a desaparecer, porquanto, para o bem da economia do país, o Estado deveria passar longe da questão do acesso à terra; esta massa de camponeses deveria receber a atenção do Estado, quando muito, para ser mais bem capacitada como mão-de-obra, tanto para o capitalismo agrário quanto industrial (CORREIA, 2011). Seriam, portanto, não apenas improcedentes, mas inconvenientes, questionamentos sobre o direito de propriedade dos latifundiários, que deveriam ser vistos como potenciais empregadores e agentes do desenvolvimento da nação pelos camponeses pobres e despossuídos em geral (PIMENTEL, 2007). Em consequência, por estarem à margem do mercado, a Ater jamais deveria se direcionar para este segmento da população rural (VEJA, 2003), que constituiriam somente um entrave ao desenvolvimento do país (PIMENTEL, 2007).

Enquanto isso, a tese marxista clássica, incorporada com diferentes matizes internos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁷, embora reconhecesse nas massas camponesas um sujeito político, as relegava a um papel transitório – delas se diria frequentemente, uma *classe residual* (GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 1992; CORREIA, 2011). Nesta visão, o desenvolvimento do capitalismo no campo levaria os camponeses, enquanto *lumpemproletariado*¹⁸, a pender ou para a formação de uma pequena burguesia rural (ligada à propriedade privada da terra), ou para assumir uma posição revolucionária junto às organizações de base proletária, após serem expropriados pelo próprio sistema capitalista

¹⁶ Seis meses depois da posse de Lula como Presidente da República, em 2003, a Revista Veja, de posicionamento ideológico marcadamente conservador, apresentou uma reportagem especial sobre a Reforma Agrária. Na sua argumentação deixa evidente a persistência de uma visão que considera o campesinato como sinal de subdesenvolvimento e, portanto, a reforma agrária como uma política que atenta contra a racionalidade econômica: “Sem competitividade no mercado nem estrutura para engrenar a produção, os pequenos produtores que ganham terras acabam fracassando - e retornando à fila da exclusão no país. A reforma agrária brasileira, cujo modelo atual funciona há mais de vinte anos com velocidade variável de assentamentos, tem sido usada em grande parte para mandar, ou devolver para o campo, desempregados urbanos e legiões de excluídos da atividade rural pelos processos de modernização da agricultura [...] Há outros sinais concretos de que a reforma agrária brasileira funciona equivocadamente. ‘Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo’, informa o pesquisador Eliseu Roberto Alves, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ‘Os outros abandonam a terra num período máximo de dez anos.’ O fenômeno do esvaziamento populacional no campo, aliás, é absolutamente natural e faz parte da História da maioria dos países desenvolvidos neste século. [...] No caso do Brasil, a massa que vai sendo derrotada pela tecnologia ganha o rótulo de excluída e acaba abastecendo iniciativas que parecem exigir que o planeta gire ao contrário” (VEJA, 2003).

¹⁷ Sobre as diferentes perspectivas internas no PCB, vide o debate entre A. P. Guimarães e Caio Prado Jr.

¹⁸ Segundo a tradição marxista, lumpemproletariado é definido como “parcela passiva em decomposição das camadas inferiores da velha sociedade” (Marx e Engels *apud* CORREIA, 2011: 43).

(caso mais frequente) e submetidos à organização racionalmente coletivizada do trabalho nas fábricas da cidade ou na agricultura transformada em ramo da indústria (CORREIA, 2011). Nesse sentido, as alianças políticas com os camponeses eram fundamentais para evitar o que, segundo o próprio Marx, teria sido um dos motivos para a derrocada do processo revolucionário de 1848 na França¹⁹.

De todo modo, a intensificação das mobilizações e demandas por terra, especialmente no final dos anos 1950 e início da década de 1960, por todo o Brasil, produziu diversos métodos de organização e de luta social. Alguns claramente inspirados na cultura política operária²⁰, outros reivindicando formas e formulações próprias

[Entre o fim dos anos 1950 e início dos 1960] no meio rural, verificava-se crescimento importante na organização dos trabalhadores com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (1963) e o ressurgimento das ligas camponesas em 1954 e sendo colocadas na ilegalidade em 1964. Além das ligas e do crescimento do número de sindicatos decorrentes da fundação da CONTAG, como esclarece Stédile (1997, p.17), também atuavam as seguintes organizações de trabalhadores da agricultura: i) União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (1953-1964); ii) primeiros sindicatos de assalariados rurais, baseados na legislação para trabalhadores urbanos, em Itabuna (BA), Campos (RJ), Usina Barreiros (PE) e interior de São Paulo (1954); iii) Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), no Rio Grande do Sul – influenciado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1958-1963); e iv) um movimento de cunho pastoral da ala conservadora da Igreja Católica²¹, criado para combater o comunismo no campo (1962-1964) (FERREIRA *et al*, 2009: 157-158).

A escalada na organização dos movimentos camponeses e entidades de trabalhadores rurais, de certa forma, acompanhava e reinterpretava posições no debate sobre a questão fundiária. No Primeiro Congresso Nacional Camponês, organizado pela ULTAB, reunindo lideranças das Ligas Camponesas, do Master e de entidades sindicais, em novembro de 1961

A “questão agrária”, definida pelos protagonistas daqueles conturbados anos, podia ser sintetizada pelo problema do monopólio da terra, pela vinculação da economia nacional ao capital colonizador estrangeiro, pela baixa produtividade da agricultura, pela exploração “semifeudal” do homem do campo e pela ausência de uma legislação trabalhista para o campo. Acrescentavam-se ainda os problemas do alto preço do arrendamento e da parceria, da falta de assistência técnica e financeira ao

¹⁹ Na ocasião, após a derrubada da monarquia, os camponeses ligados ao sistema feudal se aliaram ao Partido da Ordem, alijando os representantes proletários da república recém-instaurada e conferindo sustentação popular a Luís Bonaparte, que lhes retribuiu com o título de pequenas propriedades. As rendas destas, antes terras da nobreza, foram integradas, através de hipotecas extorsivas, ao capital da burguesia urbana e industrial, base do Partido da Ordem. (CORREIA, 2011).

²⁰ Algumas organizações camponesas (ou de trabalhadores rurais) utilizavam-se de instrumentos políticos típicos da classe operária, como os sindicatos e os partidos, além de métodos de luta como as greves (MEDEIROS, 1989).

²¹ A menção a este movimento conservador da Igreja é menos recorrente na literatura a respeito. Por outro lado, costuma-se destacar que organizações da ala progressista da Igreja Católica, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se desenvolveram principalmente ao longo da década de 1970, sob a ditadura militar (1964-1985), assumindo junto a algumas igrejas protestantes importância inclusive na incubação de lideranças e organizações camponesas (PETERSEN, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

pequeno agricultor, dos baixos salários dos trabalhadores rurais, das liberdades restritas à organização camponesa, da carestia que vivia a população rural, com pouco acesso aos gêneros agrícolas e industriais, e da falta de direitos relacionados aos posseiros (VASCONCELLOS, 2010: 473).

Com grande poder de mobilização e articulação com organizações “de operários urbanos, de estudantes e de mulheres” (VASCONCELLOS, 2010: 472), essas (tensas) tentativas de síntese dos principais movimentos agrários existentes impactaram não apenas sobre o debate intelectual, mas em particular sobre as políticas governamentais. Não por acaso, este é considerado o auge da capacidade de *agendamento*²² público destas organizações:

Pressionado pelas forças à direita e à esquerda do espectro político, o governo, em 1962, criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), encarregada de executar a reforma agrária. As forças à esquerda, embasadas na participação popular, predominaram. Seguiram-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (março de 1963), regulando as relações de trabalho no campo e, em 13 de março de 1964, a assinatura do decreto que previa a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas nas faixas de 10 km ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal. Por fim, no dia 15 de março do mesmo ano, o então presidente da República João Goulart encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional propondo um conjunto de providências consideradas “indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações populares” (BRASIL, 1997, p. 1), entre as quais, com realce, a reforma agrária (FERREIRA *et al*, 2009: 158).

Esta última medida constituiria a “gota d’água” para parte dos militares e forças civis de oposição ao PTB, de João Goulart, justificar o golpe em abril de 1964 e a ditadura que se estendeu até 1985 (FERREIRA *et al*, 2009; VASCONCELLOS, 2010).

Trata-se, portanto, da interrupção de um amplo processo social que vinha acumulando forças desde o fim do Estado Novo (após 1945) e apontava para uma primeira grande reversão no aspecto altamente concentrador do modelo agropecuário brasileiro²³. Os desdobramentos dessa ruptura institucional incluíram a progressiva submissão das atividades rurais às determinantes dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) (CAPORAL e COSTABEBER, 2007; PIMENTEL, 2007), com consequências sobre o nível de renda dos camponeses pobres, advindas da dispensa de mão-de-obra e da queda da taxa de remuneração do capital (RIFKIN, 1995; CAPORAL e COSTABEBER, 2007), que se combinaram com a repressão violenta às organizações dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Além disso, como recorda Petersen (2007), a indução governamental à adoção de tecnologias

²² *Agendamento* é entendido aqui como capacidade de estabelecer propostas e conferir prioridades na esfera pública.

²³ Ferreira *et al* (2009: 156) falam de uma história de oportunidades perdidas ao se referir à história da reforma agrária no Brasil.

modernas agravou, por um lado, os impactos ambientais da agricultura de escala e desarticulou, por outro, ricos sistemas socioculturais em diversificada e simbiótica relação com os diferentes biomas. Todo esse processo, associado à implementação da Revolução Verde, que teria se iniciado no Brasil a partir de meados da década de 1960 (CAPORAL e COSTABEBER, 2007), tornou-se conhecido como modernização conservadora:

Os impactos negativos da Revolução Verde nos planos social e ambiental estão fartamente documentados e vieram para exacerbar o histórico padrão anti-popular e anti-ecológico da agricultura brasileira. Não é sem razão que muitos denominam esse processo de modernização conservadora (PETERSEN, 2007: 6).

Assim, no seu auge, a política agrícola do Estado brasileiro teria nos serviços oficiais de Ater, centrados basicamente no fomento através de políticas de crédito agrícola subsidiado (SAUER e BALESTRO, 2009; PIMENTEL, 2007; CAPORAL e COSTABEBER, 2007), o principal mecanismo de modernização da agricultura, reproduzindo ativamente o iníquo padrão fundiário do período colonial.

1.2 – Da República Velha ao Estado Novo: gênese dos serviços de assistência técnica rural na política agrícola brasileira e seu viés agroexportador

Pimentel (2007) mostra que o discurso da modernização rural pelas elites agrárias tem seus primeiros momentos, pelo menos, desde o fim do século XIX, acompanhando de perto a estruturação do Estado republicano no Brasil. Segundo a autora, visando atenuar a hegemonia dos produtores de café do Sudeste na pauta de exportação nacional, por um lado, e reagir e se adaptar aos primeiros impulsos industrializadores, por outro, as elites agrárias não-cafeeiras criaram, em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Seus representantes utilizavam o discurso “da razão, da ciência, do progresso e da produtividade”²⁴ como

²⁴ As influências do *positivismo*, associado aos valores do progresso como resultado da organização racional da sociedade e da resolução científica dos seus impasses, na formação intelectual dos dirigentes da República Velha são um dado histórico, que teria sido cristalizado no lema da Bandeira Nacional, “Ordem e Progresso”. Neste caso, o discurso da SNA no fim do século XIX, como revelado por Pimentel (2007), sugere uma correspondência dos primeiros esforços de organização de classe das elites agrárias nacionais, tanto com a nova classe dirigente emergida no começo do século XX, quanto com um discurso do desenvolvimento que, mais precisamente a partir da década de 1970, associaria o progresso nacional a uma escala de aplicação da ciência e da tecnologia na agricultura, generalizável apenas sob a estrutura patronal-capitalista de produção. Até hoje, a vinculação deste padrão de progresso/modernidade com a agricultura patronal ocupa lugar central no discurso das organizações de classe do setor (hoje reconfigurado como agronegócio), como se pode notar no estudo da socióloga Regina Bruno, sobre a recente campanha “Sou Agro”, promovida pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio: “As cenas [...] constroem simbolicamente a noção de ‘terra’ ao envolver um conjunto de significações: [...] terra Brasil – uma das maiores agronações do planeta; terra, motivo de orgulho de todos. Enfim, terra abençoada. Como imagem de fundo, uma representação do Brasil da *fartura*, da *tecnologia sofisticada*, da *felicidade*. Ao mesmo tempo, um Brasil sem gente, sem trabalhador, *feito só de*

princípios/instrumentos a serem aplicados sistematicamente à produção agrícola, identificando sua alteridade explícita nos “pequenos agricultores” e em sua cultura informal e “supostamente resistente às inovações” (PIMENTEL, 2007: 11).

Esta versão ruralista da ideologia do progresso técnico, calcada na adaptação da ideia de vocação nacional, eminentemente agrícola, aos rudimentos da industrialização capitalista, seria reafirmada ao longo destes primeiros anos, tendo entre seus marcos de consolidação a realização do Primeiro Congresso Nacional da Agricultura, em 1901, e o advento e a posterior atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), a partir de 1909. Este teria cumprido, com êxito, o papel de mediação de conflitos “intraclasse dominante agrária, contribuindo na vulgarização do discurso modernizador da agricultura” (PIMENTEL, 2007: 11). A atuação do Ministério da Agricultura, nos seus primeiros anos, contribuiu, assim, para que as divergências que existiam entre as diferentes forças políticas da época fossem relativamente atenuadas, no âmbito da formulação de políticas estratégicas (PIMENTEL, 2007).

Neste processo, os camponeses, “atrasados” (especialmente aqueles ligados à agricultura de subsistência), seriam constantemente estigmatizados como um estorvo para o salto qualitativo na produção agrícola (PIMENTEL, 2007). Sua própria existência foi apresentada como um sinal de subdesenvolvimento das forças produtivas do segmento rural (VEIGA, 1991), sendo vista como um entrave concreto à afirmação do poder político ruralista no novo cenário político-econômico que se apresentava para a jovem República.

Segundo Pimentel (2007: 11-12), os esforços que empreenderam estas elites para criar um Departamento de Agricultura, nos moldes do homônimo estadunidense, como um órgão que se ocupasse, entre outros assuntos, “de ensino profissional e estudo de mercados consumidores”, constituíram a síntese principal da sua estratégia de *racionalização* do Estado Republicano. Esta racionalização poderia ser definida como a sincronização automática entre os interesses da classe dominante agrária e as ações estratégicas do Estado, tornando-o “objetivamente avesso” ao investimento ou à prestação de serviços a outro segmento das populações rurais que não o patronal:

O papel do Estado na organização da classe dominante e na regulação do conjunto social se afirmava por meio de um discurso da ação, da estratégia, tática alimentada pela ideologia do saber/ciência e cujo produto seria o afastamento da massa de pequenos produtores dos centros institucionais de decisão. Por essa via, ritualizava-

máquinas” (BRUNO, 2012: 1-2. Grifos meus). Sobre o processo de apropriação do termo agronegócio pelo setor patronal brasileiro, a partir do termo americano *agribusiness*, como sinônimo de modernização técnica e econômica, ver Sauer (2008).

se a subordinação/exclusão do trabalhador rural do pacto político (PIMENTEL, 2007: 12-13).

Baseada no imperativo da Razão, ou do Progresso²⁵, esta racionalização coincidiu em todos os casos com a aplicação, às políticas nacionais de desenvolvimento, de um paradigma científico e tecnológico que, segundo Pimentel (2007), atravessou as transformações institucionais produzidas na década de 1930, restando inalterado nas práticas institucionais da Era Vargas (1930-1945), ganhando ainda mais fôlego após a instituição do Estado Novo (1937). Tal paradigma, de um bem intrínseco associado ao desenvolvimento científico e tecnológico, presente nas primeiras gerações de políticas agrícolas e agrárias brasileiras teria um alcance profundo daí em diante: “mais do que produzir um discurso, mais do que promover a associação de seus componentes através da SNA, a eficácia política deste movimento conseguiu inscrever os seus interesses na própria materialidade do Estado Republicano” (PIMENTEL, 2007: 11)²⁶.

Segundo a autora, o discurso oficial de legitimação das ações do órgão, no início do século XX, embora centrado na necessidade de diversificação da pauta de exportação, para além do café, reconhecia a necessidade de incrementar a circulação da produção voltada para o consumo interno (PIMENTEL, 2007). Ainda assim, mesmo esta produção se baseando quase integralmente na comercialização de excedentes da “pequena agricultura”²⁷, os primeiros rudimentos de serviços de assistência técnica rural seriam direcionados exclusivamente para a porção de produtores mais capitalizados (PIMENTEL, 2007).

Já neste tempo, ao Ministério da Agricultura caberia o papel de grande difusor de padrões de produtividade, reforçando a diferença, entre os agricultores que seriam capazes de se adequar aos padrões tecnológicos propostos e aqueles *arcaicos*, destinados a desaparecer (PIMENTEL, 2007). A assistência técnica era disponibilizada exclusivamente a determinados

²⁵ Sobre o caráter eminentemente político da ideia de Progresso, vale recorrer a uma citação de Celso Furtado sobre a sua funcionalidade política: “[...] como desconhecer que esta idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (FURTADO, 1998. Grifos do autor *apud* MONTENEGRO GÓMEZ e THOMAZ JÚNIOR, 2005).

²⁶ Esta tendência a atribuir um caráter “apolítico” às ações do Estado em prol do desenvolvimento se desdobraria como um efeito caracterizador das políticas de Ater ao longo das décadas de 1960 e 1970 (PIMENTEL, 2007: 24). Ver seção 1.4.

²⁷ Sobre o desprezo generalizado à produção de subsistência, chamada de “produtos indígenas” (em relatórios internos do Ministério da Agricultura da primeira metade do século XX), no pensamento econômico deste período, vale transcrever citação do comunista Caio Prado Jr. (1942 *apud* PIMENTEL, 2007: 9): “Era desenvolvida ‘por um elemento humano residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então brancos degenerados e decadentes’”.

ramos de atividade e se consolidaria, a partir de 1920, fundamentalmente como uma política de fomento, orientada então a fornecer insumos a preço subsidiado (sementes, mudas, fertilizantes, inseticidas etc.), além de serviços de mecanização e infraestrutura agrícola (PIMENTEL, 2007).

Os Estados Unidos, pioneiros na vulgarização de tecnologias industriais aplicadas à agricultura (RIFKIN, 1995), foram tomados, desde cedo, como modelo e fonte direta para a importação, além das tecnologias em si, das próprias metodologias de assistência técnica. Estes serviços eram baseados na criação de campos de demonstração/cooperação, postos zootécnicos, fazendas-modelo e estações de monta (PIMENTEL, 2007). Os campos de cooperação, por exemplo, acabariam cumprindo a função de demonstrar a eficiência das máquinas na agricultura, justificando a imprescindibilidade da mecanização, ao alcance de raros agricultores²⁸. Os *postos, fazendas-modelo e estações*, que a princípio serviriam para selecionar e explorar as potencialidades das raças nacionalizadas, cumpriram também o papel eminentemente difusor de tecnologias estrangeiras (as raças selecionadas e ferramentas e técnicas que a sua criação exigiam), através de intermediação e revenda de espécies exógenas, de alta produtividade, mas pouco adaptadas às características do país²⁹ (PIMENTEL, 2007).

De fato houve, na primeira metade do século XX, políticas cujo público alvo específico foi a população rural descapitalizada, mas nenhuma centrada no estímulo ao seu próprio desenvolvimento como donos dos meios de produção. Estas consistiram nos “Serviços de Ensino Agrônômico; de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais; e de Povoamento”, cujos objetivos, segundo Pimentel (2007: 15. Grifo da autora), foram “redistribuir e fixar o *trabalhador nacional*; assistir e incorporar as comunidades indígenas e, por fim, fomentar a imigração/colonização”. A fim de ressaltar as diferenças do

²⁸ Segundo Pimentel (2007: 14), “Os campos de demonstração eram locais para formação de turmas de aradores e para auxiliar os proprietários vizinhos aos campos. Preocupavam-se em demonstrar o manejo de instrumentos e máquinas cedidos pelo Ministério. A partir de 1919 os campos de demonstração passaram a se chamar ‘Campos de Cooperação’ e os seus objetivos e funcionamentos foram redefinidos, sua implantação passou a ser diretamente na propriedade do agricultor, modelo baseado em experiências norte-americanas”. A autora ressalta que este modelo exigia uma contrapartida do agricultor em termos de cessão de área, empregados e ferramentas, tornando o serviço inacessível aos agricultores menos capitalizados.

²⁹ Limitação onipresente da criação animal de base industrial, os animais oriundos de melhoramentos genéticos, realizados por empresas em países desenvolvidos e exportados para o *Sul*, para manterem sua alta produtividade, impõem uma espiral de custos com acondicionamento, alimentação especial, cuidados sanitários, que só podem ser viabilizados economicamente com base em larga escala e vultosos subsídios. Ou seja, com acesso subordinado à indústria farmacêutica e agroalimentar (RIFKIN, 1995). O incentivo público exclusivamente a este modelo de pecuária, conseqüentemente, restringiu o desenvolvimento da agropecuária de base camponesa, cujo padrão de criação animal apresenta desvantagens, em termos de rendimento por unidade, e vantagens, do ponto de vista dos custos econômicos e ambientais (PETERSEN, 2007).

Serviço de Povoamento com qualquer modalidade de reforma, e até mesmo de colonização, agrária, a autora destaca:

[A este serviço] caberia a função de fixação de trabalhadores em lotes demarcados valendo-se de terras devolutas cedidas à União. Diversamente do que ocorriam com os *núcleos coloniais* destinados aos imigrantes, as condições para o assentamento do *trabalhador nacional* seriam bem mais rigorosas, estipulando-se menores direitos e maiores deveres a seus supostos beneficiários. Os pequenos proprietários dos *centros agrícolas* eram, ademais, regimentalmente obrigados a prestar serviços sazonais nas grandes lavouras vizinhas. Para os centros agrícolas seriam também encaminhados os contingentes de retirantes deslocados pelas secas nordestinas, introduzindo-se nos relatórios de ministros, a partir de 1915, uma nova terminologia que viria a agregar-se às denominações de *imigrante* e *trabalhador nacional*: os *sem-trabalho* – referido com exclusividade às populações ociosas das cidades – e os *flagelados*, todos designativos do tipo de objeto da ação pública, isto é, distribuir a população, promovendo o saneamento urbano. Como afirmaria o diretor do Serviço de Povoamento “*a falta de trabalho nos centros industriais, cidades e obras públicas justifica o retorno dos desocupados à terra, onde poderão ser convertidos em fatores eficientes da prosperidade nacional*” (MENDONÇA, 1997 *apud* PIMENTEL, 2007: 15. Grifos da autora).

Tratava-se de uma visão de integração destes segmentos voltada para “construir o espaço nacional enquanto representação simbólica do mercado de trabalho e elaborar uma ‘ética do trabalho’ para a agricultura, ambos sob a tutela pública” (PIMENTEL, 2007: 15). No Estado Novo (1937-1945), quando foi inaugurado um “período de reorientação do desenvolvimento ‘para dentro’”, as políticas voltadas para o aumento da produção na agricultura basearam-se na expansão da fronteira agrícola em vez da produtividade (PIMENTEL, 2007: 17).

Seguindo alguns estudos sobre a relação da agricultura com o desenvolvimento econômico dos países centrais no século XX, isto apenas confirma o caráter extensivo, e “socialmente desarticulado”, do regime de acumulação do capitalismo nacional (VEIGA, 1991), o que, do ponto de vista da racionalidade econômica, não legitimaria investimentos na população rural descapitalizada, muito menos em termos de capacitação técnica. Alguns esforços no sentido da intensificação, ou articulação social, do regime de acumulação nacional já podiam ser observados, com a promulgação de legislações trabalhistas e o processo de formação de uma indústria de base, mas, de modo geral, tímidos e restritos aos espaços urbanos (VEIGA, 1991).

1.3 – Pós-Guerra e década de 1950: *Extensão Rural* e integração com ensino e pesquisa na institucionalização do Sistema de Ater

As transformações políticas do pós-Segunda Guerra (1945), com o fim da ditadura Vargas e os intensos debates sobre os destinos do país, acompanharam um processo de expansão das políticas agrícola e de assistência técnica rural (PIMENTEL, 2007; FERREIRA *et al*, 2009). Começaram, ainda na década de 1940, a figurar as primeiras experiências de sua institucionalização com uma estrutura própria, anunciando foco “desde os pequenos até grandes produtores”, mas ainda reforçando a dicotomia progresso/atraso, que fundamentou a política agrícola desde a República Velha (PIMENTEL, 2007: 17).

Aperfeiçoando, por exemplo, a experiência exitosa do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC (criado no início do século XX), foram criados pelo governo diversos institutos especializados para a promoção de cadeias produtivas nos ramos agrícolas de maior volume de exportação, tendo como um dos principais eixos a assistência governamental permanente, para o aumento da produtividade³⁰. Isto, evidentemente, alcançava apenas os grandes produtores. Para a grande maioria, o paradigma que regeu os primeiros anos de serviços de Ater reservou, basicamente, atividades de intervenção civilizatória (PIMENTEL, 2007).

A origem do termo *extensão rural*, e de sua adoção para a formação do acrônimo Ater, possui papel relevante nesse contexto. Ainda segundo Pimentel, o conceito se desenvolveu a partir das experiências de associações de agricultores estadunidenses que, no fim do século XIX, se organizaram para difundir “conhecimentos úteis associados às descobertas científicas na área agrícola” (PIMENTEL, 2007: 18). O processo teria resultado, nos Estados Unidos, na criação de importantes faculdades de agricultura, precursoras do sistema *Land Grant College*, apoiado sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão³¹.

No Brasil, a experiência pioneira de extensão universitária se deu em 1947, na atual Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG), então Escola Superior de Agricultura e Veterinária, com assistência da Associação Internacional Americana (AIA), ligada ao grupo

³⁰ Entre os institutos especializados criados nesta época (década de 1940) destaca-se o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, criado em Araras-SP para “financiar, subsidiar e controlar a produção, a assistência técnica aos produtores, os preços e a comercialização da cana-de-açúcar” (PIMENTEL, 2007:16).

³¹ A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, mais tarde, seria adotada como princípio geral do sistema universitário brasileiro.

Rockefeller³². Consistiu em seminários para difusão de tecnologias agropecuárias, desenvolvidas no campo científico, para produtores rurais do interior mineiro (PIMENTEL, 2007).

Além de assentar bases da implantação de departamentos de extensão nas universidades brasileiras, esta experiência serviu de piloto para a criação do serviço oficial de extensão rural – que passou a contar com a cooperação técnica e financeira permanente do grupo Rockefeller (PIMENTEL, 2007). Também teve início uma integração sistemática com a formação dos profissionais de ciências agrárias³³ e a pesquisa agropecuária³⁴.

O ponto de partida foi a criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais (ACAR-MG), com base na experiência da Escola Superior de Viçosa (PIMENTEL, 2007). Apresentava então um modelo paraestatal (BARBOSA, 2009), isto é, consistia numa entidade privada sem fins lucrativos, formada a partir de convênios entre a AIA e o Governo Estadual. Em seguida, o mesmo modelo seria estendido para outras unidades da federação³⁵.

A atuação das ACAR's era voltada inicialmente para os pequenos e médios agricultores, buscando “civilizar os seus hábitos culturais atrasados” (PIMENTEL, 2007). Dentro de um paradigma que foi denominado, mais tarde, *humanista-assistencialista* (LIMA, 2001; MDA, 2010), baseava-se na oferta de crédito supervisionado às famílias e na elaboração de “Planos de Administração da Propriedade e do Lar” (RUAS *et al*, 2006: 14). Incluí, neste caso, obras de saneamento (fossa seca), alimentação (hortas e pomares domésticos) e vestuário. Promovia também o subsídio a diversos insumos para estes produtores:

O estímulo se dava com o fornecimento de serviços técnicos gratuitos e insumos para os produtores a preços abaixo do mercado, com o governo subsidiando a diferença. Os insumos disponíveis variavam desde a distribuição de sementes,

³² A Fundação Rockefeller investia então em diversos projetos de desenvolvimento por toda a América Latina, seguindo incentivos do próprio governo estadunidense, tendo o Brasil como um de seus clientes mais representativos (PIMENTEL, 2007).

³³ Caporal e Costabeber (2007: 6-7) notam que “Houve época em que os laços eram tão estreitos entre a ACAR [entidade de assistência técnica e extensão rural] e alguns cursos de Ciências Rurais que os profissionais egressos dos mesmos eram dispensados de fazer concurso para ingressar nas empresas de extensão rural. Note-se que os currículos também passaram a ministrar as regras do crédito rural”.

³⁴ Uma evidência para a relevância institucional progressivamente atribuída à integração com a pesquisa agropecuária é o fato de que este processo dos serviços de Ater culminou, em 1975, com a criação da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) ao mesmo tempo que foram criadas também a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Comperater (Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural), a fim de “assegurar articulação orgânica entre as atividades de assistência técnica e pesquisa” (PIMENTEL, 2007: 26).

³⁵ A expansão das ACARs para além de Minas Gerais se deu na década de 1950 (Sul e Sudeste), 1960 (Nordeste e Centro-Oeste) e 1970 (Norte). Para mais detalhes, ver Pimentel (2007).

matrizes de animais, a patrulhas mecanizadas para preparo de terras e outras atividades. A principal preocupação passou a ser não mais com a educação do produtor para produzir mais e melhor como nos períodos anteriores, mas sim fornecer serviços técnicos e insumos de que ele necessitava a preços de custo ou até mesmo subsidiados (PIMENTEL, 2007: 20).

Quatro anos depois, em 1952, ocorreu a primeira avaliação conjunta das ACAR's existentes (RUAS *et al*, 2006). Foi definido, como objetivo das entidades, criar abertura, nos agricultores, para “a adoção de inovações propostas pelo modelo de desenvolvimento americano – que pautava na necessária transição da sociedade tradicional para a moderna” (RUAS *et al*, 2006: 15). Para isto foram adotadas metodologias de comunicação e divulgação desenvolvidas também nos EUA³⁶.

Neste mesmo ano, teve início treinamento técnico específico na Universidade Federal de Viçosa, para os extensionistas das entidades. Nos anos seguintes, esse treinamento foi expandido e complementado, com uma formação orientada pelas escolas de Agronomia e Sociologia Rural dos Estados Unidos.

A partir daí ocorreu a ampliação de aporte de recursos financeiros por meio de convênios com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, Banco do Brasil e o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura. [...] Os dois pólos iniciais de extensão rural – Minas Gerais e São Paulo – serviram como irradiadores não somente do modelo, mas, sobretudo da doutrina norte-americana no Brasil. Também contribuiu para a irradiação a introdução nas Escolas de Agronomia da idéia da Extensão Rural através do treinamento de um grupo de sete escolas com duração de um ano, nos EUA, através do Instituto *Inter-American Affairs*, com posterior introdução nos currículos escolares (PIMENTEL, 2007: 19).

A relação entre as entidades estaduais, as fundações americanas e centros de ensino e pesquisa ofereceu as bases para estabelecer uma coordenação e orientação conjuntas. Em 1956 foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), responsável por coordenar nacionalmente o serviço, buscar recursos federais e organizar e promover a formação dos extensionistas (PIMENTEL, 2007). Foram criados postos regionais e estaduais de treinamento, além de um currículo mínimo envolvendo disciplinas como extensão rural, noções de crédito rural, administração rural e do lar, higiene rural, relações públicas e associativismo rural. Institucionalizou-se assim, social e normativamente, o então SIBER (Sistema Brasileiro de Extensão Rural, mais tarde denominado SIBRATER, Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural), contando inicialmente com 12 entidades estaduais de extensão rural e atuação em 215 municípios (PIMENTEL, 2007).

³⁶ RUAS *et al* (2006: 14) esclarecem que “A ação extensionista nesse período privilegiou o uso da demonstração técnica e da demonstração de resultados, influenciada pelas teorias do americano Seaman A. Knapp”.

Neste contexto, o paradigma humanista-assistencialista dos primeiros anos de extensão rural foi gradualmente sendo substituído pelo difusionismo-produtivismo (LIMA, 2001; MDA, 2010), que encontraria sua síntese científica na Teoria de Difusão de Inovações, tomando por base a escola *rogeriana*³⁷ de Sociologia Rural (PETERSEN, 2007). Esta fundamentação teórica preconizava explicitamente que a mudança social e econômica no campo ocorreria, basicamente, por meio da adoção de novas técnicas, relegando as dimensões da educação, que de alguma forma tinham se imposto desde o surgimento do SIBER, a um plano claramente secundário (CAPORAL e COSTABEBER, 2007; PETERSEN, 2007).

1.4 – Difusionismo-produtivismo nas décadas de 1960 e 1970: Ater como base estratégica para o desenvolvimento nacional

A secundarização da dimensão educacional fortaleceu a conexão entre a extensão rural, pesquisa agropecuária e formação dos técnicos e engenheiros agrários através de um modelo que submeteu estes três eixos aos interesses comerciais da indústria de insumos e beneficiamento, excluindo, sistematicamente, os agricultores que não adotassem (por falta de identificação ou de capital) as inovações tecnológicas propostas pelos serviços de Ater (PIMENTEL, 2007). O cientificismo inerente à ideologia da “modernização rural” transcendeu a aplicação pura das ciências naturais à agricultura, manifestando-se também nos rumos epistemológicos da própria metodologia de difusão dos conhecimentos, na já mencionada base rogeriana:

Com acuidade científica foram estudados os mecanismos que levam os agricultores a adotar inovações, o processo de comunicação que favorecia ou dificultava a adoção, inclusive o estudo do papel do “líder” rural. Bem como dos tipos de mudança social que poderiam ocorrer numa comunidade (Caporal, 1991 *apud* PIMENTEL, 2007: 21).

Foi nesta conjuntura que ocorreu a federalização do SIBER, que, com o suporte de especialistas estrangeiros e financiamento da OEA (Organização dos Estados Americanos), sofreu nova avaliação, na década de 1960, apresentando orientações que ordenaram o seu crescimento no Primeiro Plano Quinquenal (1961-1965). Segundo Pimentel (2007), ao final

³⁷ Everett Rogers, da escola estadunidense de Sociologia Rural, foi o expoente principal desta tradição teórica: “Em seu livro *Modernização entre camponeses*, ele enumera um conjunto de características da cultura camponesa que deveriam ser superadas, entre elas a falta de espírito inovador, a desconfiança nas relações pessoais, o baixo nível de aspirações de futuro etc. O corolário dessas afirmações é que mudanças sociais no campo só se processariam caso os agricultores viessem a incorporar tecnologias modernas” (PETERSEN, 2007: 5-6. Grifo do autor).

da década de 1960, o SIBER alcançou a marca de 30% dos municípios brasileiros contando com escritórios seus.

Esse ganho de musculatura institucional consolidou a visão sobre os objetivos do SIBER, de modo a subordinar a preocupação humanista na formação dos técnicos, que ainda aparecia em formulações genéricas da sua missão, como “ajudar o homem do campo a ajudar-se” (PIMENTEL, 2007: 23). Esta intencionalidade genérica chegou a aparecer, também, em debates internacionais (impulsionados pela OEA) sobre as políticas de desenvolvimento rural, onde, em contraste com os parâmetros da modernização tecnológica financiada por diversas agências estrangeiras, sobretudo dos EUA, apresentava discursos de declarado respeito à diversidade cultural. Ricardo Verdum, referindo-se à Primeira Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, celebrada na Cidade do México, em 1962, lembra que:

No primeiro ponto da resolução aprovada em 16 de outubro, recomenda-se que os governos dos Estados membros promovam programas nacionais, regionais e locais de desenvolvimento integral das comunidades, inclusive indígenas, tentando lograr a participação ativa e consciente da população na sua execução, especialmente nos campos da reforma agrária, moradia, saúde pública, cooperativas, escolas, biblioteca, estradas, serviços públicos e educação da comunidade (VERDUM, 2010: 20).

O fato é que prevaleceu a restrita orientação da base tecnológica utilizada segundo os padrões do produtivismo industrial, limitando sobremaneira o desenvolvimento da autonomia produtiva, tanto das comunidades rurais como das populações tradicionais³⁸. Havia dificuldade em vislumbrar um desenvolvimento segundo as relações camponesas que articulasse suas dinâmicas culturais e produtivas específicas, isto é, seus modos autônomos, em distintos graus, de produção e de reprodução social (VERDUM, 2010). É possível verificar, nesse contexto, uma definição operacional de determinismo tecnológico, segundo o qual as intencionalidades políticas de respeito às diversidades socioculturais dos serviços de Ater eram subjugados pelos parâmetros “objetivos” da produtividade agrícola:

³⁸ Em material sobre Ater Indígena publicado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o antropólogo Ricardo Verdum (2010) apresenta, no artigo de abertura, dados históricos e propõe que sejam realizadas pesquisas a respeito da correlação histórica e ideológica existente entre a institucionalização, os fundamentos, os efeitos e os processos de revisões críticas da política indigenista e das políticas de Ater no Brasil. Apesar de este tema não poder ser aprofundado aqui (já que para o caso brasileiro, em especial, encerra polêmicas e abordagens que extrapolam o alcance deste trabalho) faz-se o registro deste tema, que poderia desdobrar nas possíveis relações entre as concepções políticas atuais de *indigenato* e de *campesinato*, sobretudo em interface com parte importante dos estudos sobre Agroecologia (sobretudo na Espanha e no México) que abordam concomitantemente as condições históricas e os processos vivenciados por populações camponesas e indígenas, como condições históricas de resistência e recriação em luta pela reterritorialização. Em todo caso, a fim de não desconsiderar importantes elementos da especificidade indígena em geral, que envolve ainda especificidades socioeconômicas dos indígenas brasileiros em relação a contextos de países como México (como também Peru, Guatemala ou Bolívia), aqui se restringirá a abordar o tema do campesinato, na bibliografia nacional sobre desenvolvimento rural, comparativamente mais trabalhado.

[...] o principal indicador de avaliação dos efeitos dos serviços de assistência técnica e extensão rural era o aumento da produção e produtividade, entendida como quantidade física produzida em relação à área física trabalhada [pela Ater]. Nesse contexto, a tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados (PIMENTEL, 2007: 26).

É preciso ressaltar que as tecnologias que formavam o cerne do trabalho extensionista eram desenvolvidas com base nos preceitos da Revolução Verde, que previam o aumento da produtividade agropecuária fundamentado na aplicação ilimitada das novas tecnologias agroquímicas e da mecanização em larga escala, que tinham tanto mais efetividade quanto mais se eliminavam as variáveis culturais e ecológicas dos diferentes sistemas de produção (RIFKIN, 1995; PETERSEN, 2007). Como lembram Sauer e Balestro (2009), para explorar plenamente seu potencial, as condições artificiais onde se desenvolviam cada um dos novos insumos, máquinas e variedades de altas respostas deveriam ser reproduzidas tão fielmente quanto possível nas propriedades rurais, provocando uma decisiva artificialização do ambiente, em termos ambientais e culturais. As variáveis socioecológicas que estorvavam a otimização técnica, no entanto, são as mesmas que, segundo Petersen (2007), fundamentaram historicamente formas de organização da produção alimentar que garantem relativa capacidade de autoderminação técnica e econômica, fazendo deste, um aspecto chave ignorado pela extensão rural no processo de subjugação das populações rurais:

[...] a dependência tecnológica converte-se em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e, com isso, reduzindo as margens de manobra para que famílias e comunidades rurais se auto-determinem por meio da permanente atualização de suas estratégias técnicas e econômicas (PETERSEN, 2007: 7).

Segundo Caporal e Costabeber (2007) e Pimentel (2007), a exclusão dos segmentos menos capitalizados dos serviços de extensão rural foi se tornando uma orientação cada vez mais naturalizada. Sempre sob uma justificativa técnica, inscreveram-se explicitamente nas diretrizes da Ater, na década de 1960, mantendo um viés da racionalidade econômica:

[...] ao realizar uma reunião de avaliação, a extensão rural conclui que o trabalho com pequenos agricultores não dá os resultados esperados e recomenda o trabalho com médios e grandes produtores, com aqueles que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas (CAPORAL e COSTABEBER, 2007: 6).

Por sua vez, os altos custos econômicos (do ponto de vista da unidade de produção) da artificialização dos ambientes pela agricultura industrial, no caso dos grandes produtores, foram absorvidos pelo governo através de crédito subsidiado (SAUER e BALESTRO, 2009). Por outro lado, com uma capacidade econômica consideravelmente menor, por parte dos

camponeses pobres³⁹, bem como de pressão sobre o governo, em função de um regime político repressor, os igualmente altos custos sociais e ambientais foram simplesmente ignorados (PETERSEN, 2007).

Outros custos econômicos (pela má estruturação do desenvolvimento do próprio capital) também foram relegados neste modelo de desenvolvimento rural, expresso na política agrícola oficial e viabilizado com a participação direta dos serviços de Ater. A sujeição da agricultura à indústria, numa aliança representada pelos complexos agroindustriais (PIMENTEL, 2007), favoreceu também que ocorresse uma “desintegração entre a produção tradicional [...] e o abastecimento das populações urbanas” (SAUER, 2008: 55), ignorando os efeitos estruturais sobre a instabilidade nos preços dos alimentos (VEIGA, 1991)⁴⁰. Esta desintegração, embora jamais absoluta, contribuiu para deslegitimar as posições, no amplo debate havido nas ciências sociais, em especial na década de 1970, de defesa da “funcionalidade da pequena produção” (SAUER, 2008: 55), ajudando a construir o discurso conservador sobre a inutilidade da reforma agrária, persistente até hoje (VEJA, 2003).

O paradigma econômico desenvolvimentista legitimou o engajamento do governo no financiamento deste modelo, mesmo diante de todos os efeitos colaterais, baseando-se na ampliação do consumo intermediário do conjunto pelas atividades agropecuárias (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). Mas os sucessivos governos ignoraram, sumariamente, segundo Veiga (1991), pelo menos até os anos 1990, o papel da agricultura familiar bem estabelecida na dinamização da própria economia capitalista, o que se sintetizou numa oposição sistemática à reforma agrária, por parte dos sucessivos governos militares. Assim, o discurso

³⁹ Fetzner e Souza (2003: 70) esclarecem que: “Desde 1965 existia a Lei do Crédito Rural [subsidiado], que regulava a forma como deveriam ser financiados os agricultores. A Lei determinava que deveriam ser fortalecidos com financiamentos principalmente os pequenos e médios agricultores. No entanto, a realidade era diferente. Para o sistema financeiro realizar um empréstimo era necessário o cumprimento de exigências impossíveis de serem atendidas pelos agricultores familiares [...] A Associação dos Agrônomos do Estado de São Paulo também denunciava que o modelo agrícola de crédito e incentivos às grandes empresas agropecuárias, voltadas para produtos de exportação, tinham prioridade em prejuízo dos alimentos básicos, como feijão, arroz, batata e hortigranjeiros, além da utilização indiscriminada de adubos e venenos sintéticos”.

⁴⁰ Para Veiga (1991), a formação do regime intensivo, ou “socialmente articulado”, de acumulação, típico dos países capitalistas desenvolvidos, ocorreu na década de 1930, nos EUA, e na década de 1950, na Europa, coincidindo com, e pressupondo, a redução dos custos com alimentação no orçamento familiar dos assalariados urbanos, cujo consumo de bens duráveis apresenta um papel central para o “crescimento sustentado” do capitalismo industrial. Confrontando o fato de que o crescimento da economia brasileira, nos anos do seu milagre econômico (década de 1970), se mostrou incapaz de desenvolver o país nos anos 1980, Veiga afirma que, neste caso, não se conseguiu superar a fase de crescimento “pré-fordista”, baseado no regime extensivo de crescimento (com a expansão de atividades econômicas sobre áreas geográficas ou setores ainda inexplorados). Sua hipótese era de que a ausência de uma política bimodal (que favorecesse a agricultura familiar, além da agricultura capitalista, baseada em relações assalariadas, isto é, a agricultura patronal) foi fundamental para isso, uma vez que a integração da agricultura familiar ao abastecimento urbano permitiu historicamente estabilização dos preços dos alimentos, resultando na liberação da renda das famílias assalariadas urbanas para o consumo de bens industriais, de maior valor agregado.

determinista da tecnologia escondeu, por trás da aparente neutralidade, interesses de setores econômicos bastante específicos, com amplas consequências políticas para as comunidades rurais (e para o próprio desenvolvimento do capitalismo nacional):

[...] de forma insidiosa, a introdução das técnicas industriais na agricultura retira do agricultor o domínio do conhecimento associado ao seu próprio trabalho. Trata-se de um mecanismo que ao mesmo tempo expropria o saber-fazer das comunidades rurais e *transfere esse poder para as empresas produtoras das modernas técnicas agrícolas* (PETERSEN, 2007: 6-7. Grifo meu).

Pelo menos duas consequências metodológicas deste paradigma econômico sobre a formação extensionista, também persistentes, puderam ser observadas (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). Por um lado, vigorou o entendimento de que “a extensão rural seria a ponte entre os problemas do agricultor e as instituições de pesquisa” (PIMENTEL, 2007: 26), burocratizando o papel do extensionista. Por outro, mas diretamente articulado a este, o pressuposto de que a valorização da pessoa do campo estava, no fim das contas, vinculada à incorporação das melhores tecnologias proporcionadas pela ciência e pela indústria, serviu para promover uma formação “apolítica” dos agentes de extensão, exaltando extensionistas e agricultores para os quais não existiam, ou não interessavam, as relações políticas entre interesses da indústria, pesquisa agropecuária e modelo de desenvolvimento:

O extensionista deveria ser *apolítico* e isento de sectarismo religioso dado a natureza educacional do trabalho destinado a toda a população rural... Deve estabelecer planos de ação que estejam em consonância com as políticas de desenvolvimento nacional e setorial (PIMENTEL, 2007: 24. Grifo meu).

A própria ideia de sustentabilidade, de uma perspectiva humanista, pode ser entendida a partir do contraponto em relação às diretrizes e metodologias dominantes dos serviços de Ater, consolidadas nesse período. Sauer e Balestro (2009: 8) destacam, como um elemento essencial das múltiplas faces da sustentabilidade, precisamente, “o controle consciente sobre os processos sociais e ecológicos”. Isso contrasta com a tendência geral dos serviços Ater daquele período, a se engessar e burocratizar:

Com taxas negativas ao longo da década de 1970, o crédito rural transformou-se no cavalo de batalha da extensão rural, cujo trabalho restringia-se quase por completo aos procedimentos burocráticos e à assistência técnica ao empreendimento financiado (CAPORAL e COSTABEBER, 2007: 7).

Neste sentido, os sistemas de agricultura e pecuária instrumentalizados a partir da extensão e do crédito rural oficiais, ao ignorar, para seguir as reflexões de Schmitt (2009: 195 e 196), o “uso múltiplo dos recursos naturais e o potencial endógeno das comunidades rurais”, caminharam para o extremo oposto da sustentabilidade. Pois, enquanto a agricultura camponesa se caracterizaria por “seu permanente esforço por produzir e reproduzir uma base

de recursos autocontrolada e autogerenciada”, as políticas oficiais de Ater, neste período, se dedicaram a fazer com que

[...] muitas atividades necessárias a esse processo de reprodução [tendessem] a ser externalizadas, passando a se inserir em circuitos cada vez mais amplos de troca mercantil, dominados por agentes externos e cuja dinâmica foge completamente à governabilidade das famílias agricultoras (SCHMITT, 2009: 196).

Diante do exposto, é possível compreender por que a difusão de inovações e tecnologias acabou por se tornar, para alguns autores, o conceito-síntese deste período, iniciado na década de 1960 e consolidado ao longo da década de 1970, acabando por ser resumido, segundo Cyro Rodrigues, pelo binômio *difusionismo-productivismo* (LIMA, 2001; MDA, 2010).

Por fim, sobre o período, cabe dizer que a compreensão crescente por parte dos governos militares de que o Sibrater consistiria em serviço estratégico para a orientação do desenvolvimento do país, resultou na transformação de suas entidades em empresas estatais. Em 1975, uma nova avaliação do SIBER com apoio da OEA, ofereceu os marcos para a criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), convertendo em seguida as entidades estaduais nas respectivas EMATER's (PIMENTEL, 2007). Neste momento, a Embrater reafirmou sem rodeios a diretriz de priorizar o atendimento aos agricultores *mais aptos* a implementar a modernização da agricultura, ao mesmo tempo que incluiu, via créditos oficiais subsidiados, estímulos-imposições sobre a aquisição de procedimentos e tecnologias, cabendo aos agentes de Ater o mero papel de fiscalização e avalizamento. Para a massa de pequenos agricultores, quando muito, destinaram-se serviços de cunho assistencialista (PIMENTEL, 2007).

Desta forma, apesar do efetivo aumento na produção de grãos e de proteína animal como resultado da implementação da Revolução Verde no Brasil, seus maiores efeitos colaterais foram o agravamento da diferenciação social no campo, a intensificação do êxodo rural, a erosão cultural e genética e a contaminação ambiental em larga escala (CAPORAL, 2007; PETERSEN, 2007; PIMENTEL, 2007; CAPORAL, 2009b).

1.5 – Década de 1980: redemocratização e o “repensar” da Ater na crítica ao modelo de desenvolvimento

O quadro antecipa uma longa fase de “crise de identidade” da Ater, a se instaurar entre o fim da década de 1970 e o início da década seguinte (CAPORAL e COSTABEBER, 2007), mas que se manteve, pelo menos, até o início do século XXI (CAPORAL, 2007;

CAPORAL e COSTABEBER, 2007b). Quadro este complementado pela crise econômica da “década perdida” (1980), que debilitou o regime militar e a legitimação do modelo de desenvolvimento associado à Revolução Verde.

Sem se dar conta do processo no qual estava envolvida, a extensão rural depara-se com a agricultura subordinada à agroindústria, bem como com os reflexos sócio-econômicos e ambientais ocorridos durante essa trajetória. [...] De lá para cá, o sistema de extensão rural vive os reflexos que se abatem sobre o setor ao qual se propôs a salvar o atraso. Trabalhando a partir de uma compreensão equivocada, a extensão não se deu conta de que contribui para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura. A partir daí, como se fora um ente social, a extensão rural entra em período de anomia (CAPORAL e COSTABEBER, 2007: 7).

Diversos autores⁴¹ já escreveram sobre os impactos sociais e ecológicos do modelo baseado na Revolução Verde e os questionamentos que passaram a ser levantados, tanto mundialmente como no Brasil, entre movimentos sociais e organizações não governamentais, que já começavam a realizar experiências de extensão rural independentes da política oficial (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). Ao mesmo tempo, as grandes corporações ligadas às indústrias (sobretudo de insumos e processamento agrícolas) ampliaram a disponibilização de serviços privados de assistência técnica para os seus clientes, os grandes produtores que adotaram, ou que poderiam adotar, o modelo baseado na dependência dos seus produtos e no aumento dos custos intermediários (CAPORAL, 2007; PIMENTEL, 2007).

Em estudo sobre os processos vivenciados pela entidade de Ater do Rio Grande do Sul, Caporal (2007) identificou alguns dos dilemas em ela se encontrava, ainda no fim do século XX, com os processos desencadeados a partir da década de 1980, também compartilhados por outras entidades de Ater (RUAS *et al*, 2006; MDA, 2010; MUSSOI, 2011). É ilustrativa a sua apresentação de dados sobre o desenvolvimento rural na região gaúcha, que demonstram um aumento crescente da produtividade por unidade de área e por quantidade de mão-de-obra, acompanhado de “efeitos incontrolados e indesejáveis inerentes ao modelo [convencional de produção], como a concentração da terra, o aumento da diferenciação social no campo, a exclusão e o êxodo rural de massas de camponeses” e de “um fenomenal processo de degradação ambiental, sem precedentes históricos” (CAPORAL, 2007: 50).

⁴¹ Sobre os impactos da Revolução Verde no Brasil, e as críticas, direcionadas aos serviços oficiais, suscitadas entre OnG's de assessoramento de populações rurais descapitalizadas, como também entre parte marginal dos servidores das entidades públicas, ver, entre outros: CAPORAL, 2009b; CAPORAL e COSTABEBER, 2007; PETERSEN, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2006; SCHMITT, 2009; VERDUM, 2010.

O autor constata que, passadas as décadas da modernização, as tragédias socioambientais foram reconhecidas pela maioria dos extensionistas e suas entidades, mas, não havendo consenso sobre as estratégias operativas a ser adotadas, abriram-se duas tendências principais, sobre adaptação ou reformulação da Ater. Segundo ele, ambas passaram a ser articuladas de modo difuso e contraditório, resultando em baixa correspondência prática (CAPORAL, 2007). Associando-as a duas correntes de desenvolvimento rural sustentável (DRS), o autor definiu a primeira tendência, de adaptação do modelo convencional de Ater, isto é, preservando o imperativo do “incremento das taxas de crescimento econômico e da produtividade agrícola” e inspirado na adoção de biotecnologia para a redução dos impactos ambientais, como correspondente à corrente liberal, ou *ecotecnocrática* (CAPORAL, 2007; CAPORAL e COSTABEBER, 2007b).

Identificada por diversos autores com a intensificação verde, esta corrente de DRS se fundamentou na incorporação dos alertas ambientais feitos pelos organismos internacionais e na busca de soluções baseada em novas regulamentações e no desenvolvimento e transferência de novas tecnologias com a promessa da redução de impactos ambientais via intensificação tecnológica e da liberdade de mercado para as grandes corporações (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b). Mantendo praticamente intactos os pressupostos metodológicos do difusionismo, bem como o paradigma econômico da ampliação do consumo intermediário nas atividades agrícolas, mostrou-se de mais fácil incorporação pelos extensionistas e entidades de Ater, tendendo, por sua vez, a ser aplicada “naqueles monocultivos extensivos, nas zonas mais favoráveis, onde a inversão em novas tecnologias e novas práticas agrícolas permitem alcançar resultados positivos em termos de rendimentos físicos e benefícios econômicos imediatos” (CAPORAL, 2007: 51).

A outra corrente de DRS, por sua vez, seria radicalmente crítica ao modelo de difusão tecnológica e à subsunção dos demais fatores aos índices de produtividade, e, apesar de que vinha sendo adotada por algumas organizações não-governamentais ecologistas “e alguns funcionários, investigadores e extensionistas do setor público” já desde a década de 1980, levaria ainda vários anos para obter ressonância prática e política enquanto estratégias de desenvolvimento (CAPORAL, 2007: 51). Ao partir do uso dos recursos locais e se pautar pela redução do consumo intermediário (e seu consequente incremento no controle consciente sobre os processos sociais e ecológicos), esta corrente tendeu a defender um modelo de desenvolvimento rural inspirado justamente no modo de produção dos camponeses menos capitalizados, embora não limitado a eles (SCHMITT, 2009). Por implicar numa diversidade

de soluções técnicas, os extensionistas partidários desta corrente, neste contexto do “repensar da extensão rural” (PIMENTEL, 2007), identificaram-se principalmente pela recusa às metodologias de difusão de inovações e tecnologias e por adotar vocabulário e referenciais teóricos do que passaria a ser entendido como Agroecologia.

Neste caso, aparecem como aspectos fundamentais [...] as noções de variabilidade espacial dos agroecossistemas; de coevolução do homem com seu meio ambiente; de reconhecimento das diferentes estruturas culturais; da importância da biodiversidade. Assim como a necessidade da distribuição da riqueza como alternativa ao crescimento econômico ilimitado. Dados tais condicionantes teóricos, sua proposta operativa para a agricultura sustentável implicaria na necessária integração, em níveis de igualdade, dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, sem aceitar as possibilidades de “trade-offs” [dilemas], sugeridas pela Economia do Meio Ambiente. Se trata, neste caso, da perspectiva que começa a ser conhecida como Agroecologia (CAPORAL, 2007: 50-51).

Como se vê, a perspectiva de integração dos camponeses às políticas de desenvolvimento rural já rondava os debates sobre a Ater pública na década de 1980. Contudo, se encontrava em franca desvantagem em termos de incentivos oficiais, seja do ponto de vista macro, em razão da aliança política entre as elites agrárias e o novo setor agroindustrial, que deformava o paradigma econômico clássico do desenvolvimento e reservava o investimento público exclusivamente ao setor patronal; seja, micro, em razão da profunda simbiose entre os serviços de Ater e práticas conservadoras acostumadas ao difusionismo, sedimentadas tanto no modo de funcionamento das entidades quanto na percepção dos agentes oficiais de Ater.

Mesmo assim, já na virada da década de 1970 para 1980, notaram-se dois processos no mundo rural (que se acentuaram continuamente, inclusive, nos anos 1990), um de caráter sociopolítico, outro de caráter econômico, que serviram para ampliar, gradativamente, a força e a densidade crítica desta corrente junto à Ater pública:

a) ao lado do surgimento de novos movimentos sociais agrários de expressão nacional (MEDEIROS, 1989), setores da sociedade civil organizada, vinculados ao assessoramento técnico e educacional de comunidades rurais e dotados de relativa proximidade com organizações da esquerda institucional (PÁDUA, 1996) e outros setores intelectuais, com destaque para a interface com centros públicos de ensino e pesquisa (PETERSEN e ALMEIDA, 2006; SCHMITT, 2009), passaram a adotar, gradativamente, de modo explícito, a Agroecologia como matriz técnica, ético-filosófica e científica para enfrentar os desafios socioambientais impostos pela modernização conservadora;

e b) os serviços públicos de Ater, sofrendo uma concorrência desigual (em tempos de crise econômica e de germinação do discurso neoliberal no Brasil) com escritórios de

assistência técnica privada, financiados pelo setor agroindustrial, passaram, também gradativamente, a ser considerados defasados, quando não inadequados, para o grande empresariado rural (CAPORAL, 2007; CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Reflexo de ambos os fatores, segundo Ruas *et al* (2006: 16-17), nos anos 1980, a própria Embrater começou a propor e implementar uma formação dos extensionistas com base em pressupostos inversos daqueles do difusionismo, buscando orientar a Ater pública para a “pequena produção” e para uma equiparação entre saberes populares e técnico-científicos⁴². A Embrater promoveu, então, cursos para extensionistas das várias entidades estaduais “capacitando-os em conteúdos sociais e análises estruturais da economia e da política” (RUAS *et al*, 2006: 17). Seria o curto período no qual a Ater teria se pautado pelo paradigma do *humanismo-crítico*⁴³:

Em sintonia com essas mudanças no cenário nacional [o fim do período militar, a ampliação das mobilizações populares], na década de 1980, a EMBRATER, no papel de coordenadora dos serviços de extensão rural, apresenta às EMATERs estaduais, em meados dessa década, uma nova metodologia, na qual o extensionista assume o papel de mediador dos interesses do Estado e da pequena produção, trabalhando com os pequenos produtores a partir do diálogo e tendo como horizonte a noção de que o saber popular e o saber acadêmico são complementares (RUAS *et al*, 2006: 17).

O fato é que, no final dos anos 1970, o regime militar foi perdendo a capacidade de responder, seja por meio da repressão violenta, seja por meio do crescimento econômico, às demandas da sociedade (inclusive dos agricultores) crescentemente mobilizada e organizada (MEDEIROS, 1989). Para vários setores sociais e acadêmicos vinculados aos movimentos agrários, que vinham executando pontualmente serviços não-governamentais de extensão rural, a deslegitimação do regime militar deveria corresponder, por um imperativo socioambiental⁴⁴, também à desconstrução do modelo agropecuário e da estrutura fundiária vigente (baseado exclusivamente na agricultura patronal):

⁴² “Uma publicação interessante da Embrater, no final da década de 70, ilustra esse repensar e o público prioritário de pequenos agricultores. Trata-se do ‘fichário de tecnologias adaptadas’ que é uma coleção composta por 43 fascículos com técnicas desenvolvidas prioritariamente por agricultores em todo o Brasil. É a sistematização de algumas experiências técnicas de baixo custo desenvolvidas por agricultores, apontando como se faz, sua utilização e os resultados alcançados em suas experiências” (PIMENTEL, 2007: 28).

⁴³ Segundo Cyro Rodrigues, a diferença do paradigma do humanismo-crítico para os outros dois, que conformaram os períodos anteriores da Ater pública no Brasil (o humanismo-assistencialista, e o difusionismo-produtivista), reside no estabelecimento da relação sujeito-sujeito entre extensionistas e agricultores, calcado na valorização radical da ideia de participação política, em franca ascensão no pós-ditadura (MDA, 2010: 24).

⁴⁴ Economistas não associados às correntes de esquerda (sem a mesma vinculação com os movimentos sociais) também formularam, no começo dos anos 1990, críticas ao modelo agropecuário incentivado pelos governos militares, ressaltando, para além de um imperativo social e ambiental, um imperativo diretamente econômico, baseado na ideia de crescimento econômico sustentado “socialmente articulado”. Para mais detalhes, conferir Veiga (1991).

Dentre as dimensões atingidas pela crise desse modelo, podemos destacar: a econômica (a agricultura atingiu, na tentativa de buscar eficiência tecnológica e comercial, uma superprodução, com grandes conseqüências sobre o dinamismo da atividade produtiva, ao mesmo tempo em que perdeu seu peso relativo no conjunto das atividades produtivas e tendeu a concentrar-se nas áreas mais favoráveis às trocas comerciais); a social (com a modernização ocorre redução da necessidade de força ocupada nas atividades agrícolas, desprezando a produção de uma parcela de trabalhadores); e a ambiental (com o uso indiscriminado de insumos químicos de origem industrial até então estimulados, cresce o risco de contaminação ambiental em um momento em que o debate sobre os limites dos recursos naturais se acirra) (Wanderley, 2000 *apud* PIMENTEL, 2007: 28-29).

Caporal fala de uma “politização ecológica, tanto da agricultura como dos alimentos”, cujo efeito teria sido acentuar a influência dos movimentos ecológicos e similares sobre diversas políticas públicas, afetando em específico, também, as orientações dos serviços de Ater (CAPORAL, 2007: 50). Isto equivale a dizer que, no âmbito dos serviços públicos para a população rural, as críticas começaram a assumir caráter explicitamente político, econômico, ecológico, e até mesmo étnico e cultural (PÁDUA, 1996). Em outras palavras, o repensar da Ater articulou-se cada vez mais a uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b).

Este dado deve ser complementado pelo crescente protagonismo, no plano político, que os novos movimentos sociais agrários⁴⁵ (entre os quais é preciso incluir, além de uma ampliação na liberdade de ação sindical, a expressão política de novas identidades coletivas, como os sem terra, as populações indígenas, os remanescentes de quilombos e as organizações de mulheres⁴⁶, dentro e fora dos sindicatos) conseguiriam assumir no debate nacional, a partir da década de 1980. Este protagonismo se viu refletido, por exemplo, na enunciação de direitos específicos na formação da Nova República, através dos debates da Assembleia Constituinte e da promulgação da Constituição Federal, em 1988, nos quais a

⁴⁵ A renovação de vigor e formas da luta pela reforma agrária (sobretudo com a generalização das ocupações de terras), na década de 1980, que culminou na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se desdobrou em uma miríade de outros movimentos sociais, transformou a correlação dos movimentos agrários com os sucessivos governos (MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001). Também produziu transformações importantes na reorganização sindical, já a partir desta década. Levando em conta a principal organização sindical em nível nacional, a Contag, a reforma agrária assumiu crescente centralidade nas pautas da entidade e de seus sindicatos filiados, sendo acompanhada de várias mudanças nos seus estatutos e estrutura de organização tendo em vista um esforço de democratização da entidade, ao longo das décadas de 1980 e 1990 (MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001; FETZNER e SOUZA, 2003).

⁴⁶ No caso do movimento sindical, simultaneamente aos esforços de democratização das entidades de representação, fortaleceu-se a identidade coletiva das mulheres. Algumas das conseqüências foram: o simbolismo da eleição da primeira mulher a compor (embora como suplente) a diretoria da Contag, em 1989 (seguida pelas conquistas crescentes de cotas de representação para mulheres na entidade e participação em Plenárias e nos Congressos); a inclusão estatutária, mais tarde, de mais um “T”, para Trabalhadoras, no nome do Congresso da entidade e nas referências ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e a emergência das questões de gênero e de empoderamento feminino no campo nos seus debates e pautas reivindicativas (FETZNER e SOUZA, 2003).

reforma agrária ocupou grande parte das atenções e se afirmaram direitos territoriais indígenas e quilombolas (MEDEIROS, 1989; PETERSEN, 2007; FERREIRA *et al*, 2009).

É assim que, para Sauer, a luta pela terra (entendida tanto como acesso à terra, quanto manutenção do controle sobre o território, no caso das populações tradicionais ou assentadas, pressionadas seja pelo agronegócio, seja por megaempreendimentos de mineração, de infraestrutura etc.) resultou, historicamente, em mais do que conquistas concretas pontuais. Forjou também, através delas, novos sujeitos políticos e identidades, portadoras de *outra modernidade* ao ressignificar, através da ação, o próprio espaço rural:

A luta pela terra – como um processo social de resistência ao modelo agropecuário e à “ruralidade de espaços vazios” (Wanderley, 2001) – se transforma em uma luta política, social, cultural, pela construção e realização da cidadania das populações rurais (Martins, 1994). Está em curso uma “práxis espacial emancipatória” (Soja, 1993), ou seja, um processo social de “reinvenção” do rural no Brasil sendo que a luta pela terra materializa esta “recriação”, agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, criando uma nova ruralidade (SAUER, 2003: 17).

Raciocínio semelhante é encontrado em Wanderley (2009), ao se debruçar sobre diversas fontes historiográficas, a fim de desenhar os traços da constituição social específica do que seria o *campesinato* no Brasil. É possível notar como o processo, em pleno curso durante a década de 1980, de construção de novas identidades coletivas originadas no meio não-urbano, esteve intrinsecamente relacionado ao enfrentamento das condições criadas pelo padrão de modernização da agricultura⁴⁷ adotado, e, assim, com a formulação de uma outra modernidade, no sentido preciso de *outro desenvolvimento*.

[...] esta constituição [de identidade camponesa, no Brasil] tem como base o acesso à terra e a reprodução de formas particulares de produção e sociabilidade. O acesso à terra foi aqui doloroso e restrito, do que resultou, para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial. [...] Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 2009: 180).

Com isto, a formação de novos sujeitos políticos nos meios rurais brasileiros se deu em grande parte através do enfrentamento, da crítica, e também da formulação de alternativas, àquilo que compõe o cerne do trabalho de extensão rural. Isto é, crescentemente passou-se a conceber que, da mesma forma que os serviços de Ater, juntamente com o ensino e a pesquisa

⁴⁷ Para Maria de Nazareth Wanderley, ao reforçar a noção de *campesinato*, baseados no reconhecimento de um desenvolvimento desigual do campo brasileiro, alguns movimentos sociais agrários buscaram constituir sua identidade coletiva enquanto “portadores de uma outra concepção de agricultura moderna” (WANDERLEY, 2009: 14).

agropecuária, tiveram papel preponderante na criação das “condições da modernização brasileira”, nas décadas de 1960, 1970 e parte da década de 1980 (as mesmas condições que ajudavam a identificar embrionariamente estas novas coletividades), a demanda pelos serviços de Ater também poderia ser reapropriada, por estes mesmos setores sociais (populações rurais excluídas, extensionistas de entidades governamentais e não governamentais, pesquisadores, e alguns formuladores/executores de políticas), como um dos instrumentos para a superação dessas condições. A extensão rural passou, nesse momento, a ser vista como campo de disputa (MARQUES, 2003) para a criação de condições de uma nova modernidade, projetando outra via para o desenvolvimento rural (PETERSEN, 2007).

A afirmação deste papel da Ater se tornou clara, por exemplo, em pressuposições como a de que “o [novo] extensionista deverá passar a entender o *público* como sujeito da história, respeitando e potencializando sua cultura e seus conhecimentos, favorecendo a ação participativa do grupo familiar e da *comunidade*” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007: 14. Grifos dos autores). Portanto, a nova Ater, na perspectiva de uma Extensão Rural Agroecológica⁴⁸, deveria incorporar, na sua missão, o imperativo de fortalecer as novas identidades coletivas de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento dominante (CAPORAL, 2009a e 2009b).

1.6 – Década de 1990: Estado Mínimo, fim do Sibrater e a política agrícola dualista para o Brasil

Entretanto, do ponto de vista institucional, o ocaso do regime militar, a transição civil com José Sarney (1985-1990) e toda a expectativa gerada com a emergência de novas identidades e sujeitos políticos no próprio processo de elaboração da nova Constituição (1988), foram seguidos, principalmente nos anos 1990, de transformações na conjuntura política e econômica que levaram a uma forte descontinuidade gerencial e orçamentária de diversas ações, projetos e programas governamentais, bem como, ao desmonte de órgãos,

⁴⁸ Em 2008, ao apresentar uma compilação de artigos que resultaram de um curso de especialização para extensionistas e pesquisadores vinculados ao extensionismo, viabilizado pelo Departamento de Ater do MDA (o qual coordenava na época), Francisco Caporal afirmou que a “base de um novo paradigma para a agricultura e o desenvolvimento rural” nasce, simultaneamente, das “experiências ancestrais”, ainda vivas, além dos acúmulos das diferentes correntes de agriculturas alternativas e de uma nova aproximação da agronomia com a ecologia. Consequentemente, a “extensão rural agroecológica” surgiria da incitação a processos de transição para uma agricultura sustentável, cujo embasamento científico deve ser social e culturalmente referenciado, significando concretamente construção de processos de *ação social coletiva* (CAPORAL, 2009a: 15-16). Sobre a fundamentação da Agroecologia, e seus processos de transição, enquanto processos de ação social coletiva, ver ainda Marsden *et al* (2001) e Sevilla Guzmán (2002).

sistemas e políticas públicas inteiras (FERREIRA *et al*, 2009). Esse processo atingiu em cheio as iniciativas em torno da reformulação dos serviços públicos de extensão rural, que haviam começado a ensaiar-se em meados da década de 1980, como afirmam Ruas *et al* (2006):

Apesar dos investimentos iniciais, inserindo esses conteúdos [sociais e análises estruturais da economia e da política] nos programas de cursos de ‘Pré-Serviço’ daquela época [final dos anos 1980], houve uma descontinuidade devida, principalmente, a mudanças políticas no cenário nacional que provocaram desdobramentos na direção institucional da EMBRATER e das EMATERs. (RUAS *et al*, 2006: 18).

Ao contrário do que reivindicavam diversos movimentos sociais urbanos e rurais, que vinham se fortalecendo continuamente desde o fim dos anos de 1970, a reformulação das relações do Estado com a sociedade não passou exatamente por uma reorientação de público (no caso particular das políticas agrícolas, para a agricultura familiar). Em vez disto, verificou-se uma profunda desregulamentação das atividades econômicas no país e a defesa aguda do “Estado Mínimo”, ancorada na generalização da premissa de não-intervenção estatal sobre as dinâmicas econômicas (PÁDUA, 1996; FERREIRA *et al*, 2009; MDA, 2010).

Os anos de 1990 consolidaram, portanto, o que ficou conhecido como o *período neoliberal* no Brasil, seguindo aliás tendência do conjunto da América Latina, após a dissolução da União Soviética, ao fundamentarem-se seus respectivos governos nos preceitos enunciados pelo chamado Consenso de Washington⁴⁹. Estes propugnaram que os Estados nacionais deveriam reduzir o seu peso na economia e nas políticas sociais, sob o argumento da dupla vantagem de reduzir gastos e valer-se da pressuposta maior eficiência do mercado⁵⁰

⁴⁹ O FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Mundial), ambos criados após a II Guerra Mundial e controlados pelas nações mais ricas, em particular os Estados Unidos, cumpriram papel chave na divulgação, justificação e imposição dos preceitos do neoliberalismo, no caso da América Latina, especialmente na década de 1990. Sua interferência se deu, principalmente, por meio de empréstimos oferecidos aos Estados em dificuldades financeiras, que apresentaram, como requisito, a implementação dos programas de privatizações, redução de gastos e investimentos públicos e desregulação dos mercados (ZIEGLER, 2001; MILLET e TOUSSAINT, 2007).

⁵⁰ Para Barbosa e Souza (2010: 8-9), segundo a visão neoliberal, “o crescimento da economia depende de fatores de curto prazo e, como tal, não pode ser afetado de forma permanente pela política macroeconômica. Assim, medidas de estímulo monetário, fiscal ou cambial teriam influência pequena ou, na maioria das vezes, danosa sobre a economia”. De forma mais geral, trata-se de defender que o Estado não deve estimular, ou sequer orientar, a economia, mas apenas criar condições para que o mercado o faça: “Para os liberais a aceleração do crescimento deve ser buscada principalmente por intermédio de ‘reformas estruturais’ pró-mercado, isto é, reformas nas leis e nas instituições da sociedade para diminuir a interferência do governo em decisões privadas. A idéia subjacente a tal visão é que eventuais falhas de mercado são muito menos danosas à sociedade do que falhas de governo”. Nesta lógica, as “falhas de mercado” podem justificar políticas sociais, para os segmentos de vulnerabilidade extrema, mas políticas universais como as de educação, saúde ou segurança pública devem ser minimizadas: “De acordo com esta vertente, o melhor que o Estado pode fazer é adotar uma postura minimalista, seja na regulação, seja na administração macroeconômica”. De modo similar, a reforma agrária, ou mesmo as políticas para a agricultura familiar, podem ser defendidas a partir de uma visão neoliberal, mas apenas enquanto ações pontuais (isto é, política social setorial) do Estado visando compensar as “falhas do mercado”, jamais como estratégias de desenvolvimento (CARVALHO FILHO, 2009; SABOURIN, 2009).

na regulação de relações sociais e econômicas (MILLET e TOUSSAINT, 2007). Para Ruas *et al* (2006), os efeitos sobre os serviços oficiais de Ater, seguindo o desmonte no nível federal⁵¹, se fizeram sentir amplamente nas agências e entidades estaduais e seus escritórios locais:

Analisando o contexto geral desse último período [1990/atual], mencionam-se alguns fatos que interferiram de forma significativa no modelo de extensão rural brasileiro. Sob a orientação neoliberal baseada na teoria do Estado Mínimo, foi extinta, em 1990, a EMBRATER. Essa decisão teve como consequência o desmantelamento do Sistema Nacional de ATER (SIBRATER). Sem recursos federais para a manutenção dos serviços, e sem a orientação nacional, coube a cada estado encontrar alternativas de sobrevivência e qualificar a ação extensionista. As estratégias foram as mais diversas, incluindo processos de fusão das instituições de pesquisa e extensão, renegociação dos convênios com as prefeituras municipais ampliando a participação financeira dos municípios, redução do quadro de pessoal nas empresas, e, em alguns casos, a extinção de EMATERs nos estados (RUAS *et al*, 2006: 19).

Do ponto de vista do grande empresariado rural, capitalizado, a reestruturação global do capitalismo promovida pela onda neoliberal foi acompanhada da consolidação de novas representações sociais (SAUER, 2008), germinadas ao longo do processo de integração da agricultura à indústria (de insumos, processamento, mecanização e redes de distribuição de alimentos) e completado com a expansão e a intensa mobilidade global do capital financeiro (o mercado de *commodities* agrícolas). Buscando associar, junto à opinião pública e ao Estado, sua imagem às ideias de intrínseca eficiência técnica e econômica, parte importante do setor patronal (em aparência, aproximando-se do modelo dos EUA, que concentrou a assistência técnica em serviços privados) reforçou a percepção/o discurso de defasagem da capacidade do Estado em prover serviços eficientes de assistência técnica (CAPORAL, 2007; SAUER, 2008). Este modelo, ao sintonizar-se com as reformas do Estado impostas pela nova hegemonia política e econômica, consolidou tendência derivada das alianças formadas no contexto da Revolução Verde:

Com a modernização da agricultura, a extensão privada passou a ter um lugar já que passava a ser a mola mestra das indústrias e firmas de insumos modernos, agroindústrias, cooperativas e organizações especializadas em planejamento, que, por meio da contratação de técnicos forneciam serviços de assistência técnica aos produtores para impulsionar a venda de seus produtos (PIMENTEL, 2007: 26-27).

Por outro lado, também ao longo da década de 1990, toda a discussão do *fazer* e do *por quê* da extensão rural pública aprofundaria a outra tendência, iniciada no fim dos anos 1980, de articulação de atores sociais vinculados à Ater com demandas pela desconcentração

⁵¹ O processo de extinção da Embrater, embora completado em 1990, no governo Collor, teve início já no governo Sarney, no final da década de 1980 (FETZNER e SOUZA, 2003; FERREIRA *et al*, 2009).

fundiária e pela incorporação da agricultura não-patronal às estratégias de desenvolvimento nacional (SEMINÁRIO, 1997). Assim, apesar do desmonte institucional e dos cortes orçamentários, orientados pela cartilha neoliberal, a defesa da Ater pública resistiu, em um contexto cada vez mais polarizado em torno da reforma agrária, agravado, inclusive, pela ampliação da violência no campo, bem como de sua visibilidade (CARVALHO FILHO, 2009).

Na década de 1990, a política neoliberal não conseguiu barrar a discussão latente sobre os assuntos referentes à agricultura familiar, que buscava a sua inserção e valorização dentro da estrutura governamental e da sociedade. Essa luta ganha espaço e a agricultura familiar passa a ser reconhecida como segmento importante no cenário econômico, social e cultural em virtude da sua organização e representatividade (MENDES, 2009: 119).

Especificamente em relação às políticas de extensão rural, a intensa mobilização dos movimentos do campo assegurou conquistas pontuais, na elaboração da Constituição e em algumas legislações que se seguiram, apesar de uma forte atuação dos representantes do setor patronal, cada vez mais integrado aos representantes de corporações transnacionais e do capital financeiro⁵² contra as medidas pró-reforma agrária. Segundo Ruas *et al* (2006: 17 e 19), ficou estabelecido “na Constituição Nacional, o dever da União em manter o serviço de assistência técnica e extensão rural pública e gratuito destinado aos pequenos produtores e assentados da reforma agrária”, assim como “[a] Lei Agrícola de 1991 reforça os direitos dos pequenos agricultores à assistência técnica e extensão rural, de forma gratuita”.

Tudo isso (alcance das reformas neoliberais sobre as políticas agrícola e agrária, articulação do extensionismo público com os movimentos sociais) se desdobrou, de modo particular, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Tal acirramento se deveu tanto ao compromisso político-ideológico deste governo com os planos de ajuste estrutural do FMI e Banco Mundial (SAUER e PEREIRA, 2011), quanto ao fato de que o arco de alianças que o levou à Presidência da República, e se organizou como sua base no Congresso Nacional, era formado em grande parte pelo chamado setor do agronegócio, ou, em termos parlamentares, a bancada ruralista (CARVALHO FILHO, 2009; FERREIRA *et al*, 2009). Ocupando espaços diretamente no Poder Executivo, representantes

⁵² A aliança entre o setor agrário patronal e o capital transnacional e financeiro seria sacramentada especialmente no contexto das discussões da Assembleia Constituinte (1986-1988) e passaria, a partir da década de 1990, a ser reconhecida tanto interna quanto externamente como setor do agronegócio. Para mais detalhes sobre a formação desta aliança na Constituinte e os aspectos de construção desta representação social, ver, respectivamente, Ferreira *et al* (2009) e Sauer (2008). Conferir também Stedile e Carvalho (2010).

do setor patronal rural expuseram claramente sua presença como obstáculo às ações de reforma agrária, como se notou na formação do primeiro ministério do governo:

O novo Ministro da Agricultura era José Eduardo de Andrade Vieira, um banqueiro, dono de 254.410 hectares espalhados pelo país, dos quais utilizava apenas 85.917 hectares, empregando 138 assalariados. Sua primeira declaração ao ocupar o cargo [em 1995] foi de que o governo não tinha recursos para assentar as 40 mil famílias previstas no programa [de governo] (MORISSAWA, 2001: 150).

Por essa razão, tornou-se emblemático, a respeito do período, o modo como se deram as relações do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) com os movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com implicações sobre sua proposta de modelo de desenvolvimento rural e de reforma agrária, de integração da agricultura não-patronal ao mercado competitivo (FERREIRA *et al*, 2009). Tentando responder, simultaneamente, aos seus compromissos políticos e ideológicos e às pressões mobilizadas por entidades como o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁵³, bem como outros setores da sociedade, o governo FHC institucionalizaria a abordagem dualista do setor agrícola⁵⁴ (SABOURIN, 2007). Isto se manifestou na formulação de programas e ações direcionados para o segmento não-patronal (que viria a ser identificado, nos anos de 1990, cada vez mais, como agricultura familiar⁵⁵).

Ao apresentar seu programa para o segundo mandato (1999-2002), o governo FHC sintetizou a sua concepção de desenvolvimento rural em um documento chamado *Novo*

⁵³ Segundo Carvalho (2009) e Ferreira *et al* (2009), a Marcha a Brasília, promovida pelo MST em 1997, acabou se tornando uma emblemática demonstração de força popular frente ao governo. Importantes atores da política agrária federal apostaram claramente no fracasso da marcha, fazendo declarações categóricas quanto à deslegitimidade que atribuíam ao MST, apenas algumas semanas antes de terem sido obrigados a receber seus dirigentes, quando o MST conseguiu reunir mais de cem mil pessoas na chegada a Brasília (FERREIRA *et al*, 2009). Importante notar que as divergências do governo FHC com o MST iam além da política agrária, pois a crítica às reformas neoliberais se constituiu, desde cedo, como parte da plataforma identitária deste último (MORISSAWA, 2001). Também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) havia dado início, em 1994, à mobilização anual do Grito da Terra Brasil (GTB), com uma metodologia progressiva de mobilizações até suas marchas em Brasília, conseguindo inscrever estes eventos na agenda extra-oficial do governo (FETZNER e SOUZA, 2003). Também esta relação teria se dado a contragosto do governo, pois, assim como o MST, desde as eleições de 1989, a entidade buscou mobilizar suas bases em favor das candidaturas de Lula à Presidência, havendo, ambas as entidades, integrado também o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, criado em 1995, juntamente a outras forças políticas que questionavam a política agrária pontual e a política econômica do governo. Além disso, segundo a Contag, os temas que centralizaram a organização dos GTB's "sempre foram o questionamento às políticas neoliberais e a proposição de políticas públicas voltadas para o campo" (FETZNER e SOUZA, 2003: 51).

⁵⁴ Sobre a institucionalização da abordagem dualista do setor agrícola brasileiro, ver o item 2.1.

⁵⁵ É importante ressaltar que a institucionalização da expressão *agricultura familiar* pelo governo, ao instituir o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, coincidiu, parcialmente, com a apropriação que vinha sendo feita por setores das organizações sociais agrárias desde meados da década de 1990, especialmente por parte do setor sindical, em oposição ao conjunto do setor patronal, cada vez mais auto-referido como agronegócio (SCHNEIDER, 2003). Mesmo assim, a origem do termo remonta à noção mais antiga de *family farm*, utilizada nos Estados Unidos com uma concepção sensivelmente distinta daquela mobilizada por parte dos movimentos sociais (SAUER, 2008). Sobre este tema, ver o item 2.1.

Mundo Rural (FERREIRA *et al*, 2009; CARVALHO FILHO, 2009). Foi assim que, buscando respaldar-se parcialmente em determinadas linhas de estudos rurais, que ressaltavam os modelos dualistas de desenvolvimento rural adotados por países desenvolvidos (VEIGA, 1998; ABRAMOVAY, 2000), o governo formulou discursos e elaborou programas públicos apoiado em ideias como “desconcentração da base produtiva”, “crise do modelo urbano-industrial”, “desenvolvimento territorial”, “descentralização administrativa”, “emancipação dos assentamentos” (FERREIRA *et al*, 2009: 188-190):

As premissas dessa proposição eram as seguintes: i) crise – ou esgotamento como colocada na primeira versão – do modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal; ii) baixo crescimento econômico e agravamento da exclusão social advinda da concentração de riqueza e de renda; iii) os trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária, depois de receberem os investimentos básicos, passam a ser considerados agricultores familiares; iv) necessidade de integração entre as políticas de apoio creditício e de assistência técnica, para maior eficácia de alocação de recursos públicos escassos; v) ênfase no desenvolvimento local regional dependente da efetiva descentralização das ações e democratização das decisões; e vi) necessidade de um novo desenho institucional para a reforma agrária e para a agricultura familiar que articule poder público e sociedade civil para a promoção do novo mundo rural. (FERREIRA *et al*, 2009: 189).

À primeira vista, revela-se uma contradição entre o governo e o setor patronal que, ao mesmo tempo, lhe dava sustentação política e era beneficiado pelo modelo que ele, agora, declarava esgotado (ou ao menos em crise). Mas algumas transformações, intensificadas ao longo da década de 1990, no campo das representações sociais deste setor patronal, esclarecem alguns pontos sobre esta aparente contradição. Sauer (2008: 14), por exemplo, distingue o uso corrente do termo *agronegócio* daquele associado à “lógica latifundista, [com] grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor”.

Pode-se considerar que, embora tivesse uma base de sustentação no Legislativo e no Executivo vinculada ao “setor patronal latifundista”, a filiação ideológica do governo FHC, sustentada por sua matriz política internacional (SAUER e PEREIRA, 2011), era mais afinada ao perfil do agronegócio, que apresenta contradições pontuais⁵⁶ com o setor latifundista tradicional (SAUER, 2008). O fato é que, apesar de uma sobreposição geral, com o primeiro

⁵⁶ Estas divergências intraclasse, que tampouco podem ser vistas com a profundidade de um antagonismo, são evidenciadas em temas específicos, devendo-se, provavelmente, ao que Sauer (2008) descreve como uma tentativa de reconstruir a imagem do setor patronal, distanciando-o de posições políticas consideradas demasiadamente truculentas ou retrógradas. Na página da Associação Brasileiro de Agronegócio (Abag), por exemplo, pode-se notar, além de um grande esforço de *marketing* na construção da imagem do agronegócio, como, atualmente mais do que a reforma agrária, temas trabalhistas ou ambientais expressam divergências características entre diferentes segmentos do setor rural patronal. Ver, por exemplo, a Nota de Esclarecimento “Nosso Agronegócio sob a tutela do Greenpeace?”, escrita pelo presidente da ABAG: <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=04.00.00&acao=ver&id=78&pg=1>>.

perfil, mais do que com o último (aferrado ao uso da terra como reserva de valor e, segundo Caporal e Costabeber (2007), também, fonte de poder), pode efetivamente se combinar determinado modelo de desconcentração fundiária, como observado no desenvolvimento do agronegócio nos países capitalistas centrais. Ora associada à formação de novos “produtores viáveis” (SAUER, 2008), como um novo empresariado rural familiar (VEIGA, 1998), ora à amenização da exclusão social gerada pela lógica de mercado, ou seja, como uma “política compensatória, de corte assistencialista”, viram-se tentativas permanentes do governo de se apresentar como um governo agrorreformista (FERREIRA *et al*, 2009; CARVALHO FILHO, 2009).

Nesse sentido, ao longo de seus dois mandatos, o governo FHC manteve o discurso e a tomada de medidas pontuais pró-“reforma agrária”, as quais, de acordo com Pimentel (2007), além de seu caráter focal, se deram frequentemente em reação à repercussão midiática de episódios de violência contra trabalhadores rurais⁵⁷ e a demonstrações de força de mobilização dos movimentos agrários e entidades sindicais, a exemplo das marchas do MST e da Contag mencionadas anteriormente. Segundo Carvalho Filho (2009: 215), “o governo FHC procurava esconder a principal característica da sua política agrária, qual seja, o seu caráter reativo, compensatório e marginal frente às demandas sociais”.

Basicamente, o governo utilizava duas linhas de argumentação ou de convencimento. De um lado, com o uso de meias-verdades [...], mostrava-se agressivo e eficaz na implementação da reforma agrária anunciando metas nunca dantes alcançadas, alterações legislativas (ITR, Rito Sumário, novos critérios de avaliação etc.), aumento do volume de crédito para assentados (Propera) e agricultura familiar (Pronaf), redução do conflito agrário e novos programas (Lumiar, Casulo, Banco da Terra etc.). Ou seja, procurava mostrar um enorme e bem sucedido esforço na implantação da sua política agrária, chegando a afirmar que estava havendo uma “revolução cultural” na reforma agrária brasileira. Por outro lado, [...] a crítica contínua aos movimentos sociais [...], procurando desqualificá-los, enfraquecê-los e criminalizá-los – prática recorrente em nossa história sempre que a organização popular apresenta fortalecimento e chega a conquistas. O objetivo era mostrar que o governo tinha a iniciativa da reforma, quando se sabe [...] que este assunto voltou a ter relevância nacional devido à ação dos movimentos sociais (CARVALHO FILHO, 2009: 215).

⁵⁷ A visibilidade de dois massacres, comandados pelas respectivas polícias estaduais e contando com leniência judiciária, foram cruciais na redefinição parcial das relações do governo, e da própria sociedade, com o MST e a questão da reforma agrária como um todo, pela repercussão nacional e internacional que tiveram: o Massacre de Corumbiara, em 1995, em Rondônia (MORISSAWA, 2001: 154), e de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará (MORISSAWA, 2001: 156). Uma das consequências apontadas pela repercussão teria sido a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Entretanto, “No período do governo de Fernando Henrique Cardoso instrumentos de criminalização da luta pela reforma agrária, como a Medida Provisória 2.183 e as Portarias que a sucederam, deram às polícias, ao judiciário e ao INCRA, mais poder para reprimir a luta e impedir avanços nas desapropriações. Mesmo com a criação do MDA, a repressão e agressões a trabalhadores e trabalhadoras rurais não impediram que a violência e impunidade continuassem nas áreas de conflito” (FETZNER e SOUZA, 2003: 66).

No caso dos serviços de Ater, destes entrecosques surgiu, em 1997, como um programa específico, declaradamente “emergencial”, para assentados da reforma agrária, o Projeto Lumiar⁵⁸. Foi criado também um órgão específico para a política agrária, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), mas, apesar das conquistas que representaram, tanto um como outro tiveram alcance bastante limitado, dado o direcionamento a um segmento restrito dentro do conjunto maior da agricultura não-patronal (não por acaso, aquele que havia alcançado maior capacidade de organização e mobilização), a restrição de recursos e as descontinuidades de programas, não representando, portanto, a inclusão da agricultura familiar propriamente em políticas de desenvolvimento nacional⁵⁹. Tais programas justificaram, assim, a afirmação de que “o conceito de reforma agrária [do governo FHC] era claramente compensatório, sem pretensões de alterar o padrão de concentração fundiária que sempre existiu no campo”⁶⁰ (FERREIRA *et al*, 2009: 184).

Com efeito, nesse processo de dualização da política agrícola brasileira, com consequências sobre as políticas de Ater, merece destaque a instituição do Programa Nacional

⁵⁸ Segundo Ferreira *et al* (2009), o Projeto Lumiar, desenvolvido de fato entre 1997 e 2000, consistia em uma promessa de uma (insuficiente) compensação, gestada após o desmonte do sistema de extensão rural, em 1990. Em cartilha publicada em 2005 (CORTEZ e EMMANUELA, 2005), membros do MST fizeram um resgate histórico da Ater para assentamentos de reforma agrária em que, ao mesmo tempo, posicionam o Lumiar como “a maior experiência do MST com programas oficiais” de extensão rural, até então, mas tecem duras críticas, afirmando que os discursos inovadores em relação à gestão participativa escondiam, na realidade, a lógica de precarização do serviço público: “A característica principal, por a terceirização dos serviços públicos, respaldando o programa neoliberal de seu governo e a desarticulação da base assentada do MST. Concebe-se o Lumiar com um discurso progressista: ‘os assentados irão contratar a assistência técnica, tornando-se gestores do programa’ [...] com os belos discursos [...] do seu ‘controle pelos assentados’, [mas] o Governo FHC preparou a transferência dos custos do programa para os assentados e buscou desmontar qualquer ascendência ou relação com Cooperativas Centrais dos Assentados ou das Associações Estaduais de Cooperação Agrícola vinculadas ao MST e, portanto, com os assentados” (CORTEZ e EMMANUELA, 2005: 10).

⁵⁹ “No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram criadas diferentes políticas públicas assentadas na lógica da corrente da viabilidade da agricultura familiar articulada ao mercado, que foram: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Novo Mundo Rural, que teve como objetivo principal ‘a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além da criação de infra-estrutura social nos assentamentos rurais’ (FERNANDES, 2004). Outras políticas públicas que não se adequaram ao novo modelo capitalista foram extintas ou ficaram congeladas durante muito tempo, como por exemplo: o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA); o Projeto Lumiar de Assistência Técnica e; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este último ficou congelado durante quase todo o segundo governo FHC” (CORREIA, 2011: 95).

⁶⁰ A respeito da concepção de reforma agrária do governo FHC, Maria da Conceição Tavares publicaria, em 1997, uma análise na Folha de São Paulo, afirmando que: “Na ótica do Governo a reforma agrária teria perdido seu conteúdo histórico, tendo na atualidade escassa importância econômica e mesmo política. Por trás desta visão está o argumento de que as mudanças recentes no país, ao desvalorizar a terra como ativo, fragilizaram o latifúndio que, nas palavras do Presidente da República, estaria agonizante. O tiro de misericórdia seria dado pela nova legislação sobre o ITR (Imposto Territorial Rural) que, num prazo curto, exerceria um efeito praticamente confiscatório sobre as terras improdutivas” (TAVARES, 1997). Sobre o debate das funcionalidades da reforma agrária, conferir Veiga (1991 e 1998) e Sauer (2008).

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996⁶¹. A sua relevância decorreu tanto do aspecto conceitual, enquanto primeiro programa exclusivo para o conjunto do segmento não-patronal, como dos efeitos diretos sobre a estruturação econômica de unidades produtivas familiares em diversas partes do país (MATTEI, 2005; SCHNEIDER *et al*, 2004). Para os combalidos serviços oficiais de Ater, o Pronaf representou uma renovada justificação para sua existência (LIMA, 2001)⁶².

De certa forma, pode-se considerar também que o Pronaf inaugurou um desenho institucional calcado na valorização da participação da sociedade na execução de uma política para a agricultura familiar, através de conselhos municipais (SCHNEIDER *et al*, 2004). Isto, apesar de haver esbarrado em limitações e contradições estruturais⁶³, teve implicações sobre todas as formulações seguintes de políticas para este segmento:

O Pronaf ilustra a nova orientação, de políticas públicas descentralizadas, com estruturas colegiadas de gestão e constante avaliação e interferência das organizações sociais. Seu surgimento, em 1996, marca um momento singular no

⁶¹ “A primeira política pública de crédito voltada para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). É um programa para fortalecer a agricultura familiar por meio de financiamentos de investimento e custeio aos agricultores familiares, bem como às suas associações e cooperativas” (MENDES, 2009: 118). Segundo publicação da própria Contag (provavelmente a principal entidade responsável empunhar a bandeira do Pronaf), FHC teria viabilizado o Programa, apesar de “ter argumentado que havia uma tendência de esvaziamento do espaço rural, e que apenas 3% da população brasileira estaria no campo num futuro próximo” (FETZNER e SOUZA, 2003: 72). Segundo a mesma publicação, a proposta de uma política agrícola exclusiva para a agricultura não-patronal, que apresentasse requisitos e utilizasse instrumentos apropriados para o financiamento deste público, já vinha sendo formalizada em diálogos da entidade com o governo federal no começo da década de 1990, remontando a um acúmulo de reivindicações desde os anos 1960-1970. Relatório final de série de encontros regionais realizados pela Contag e suas federações, nesta época, já defenderia: “uma profunda reorientação da política agrícola, no sentido de favorecer as explorações familiares [...], que revissem taxas de juro, prazos, e que os empréstimos tivessem por garantia a produção [...]; os preços mínimos deveriam considerar os custos reais de produção [...] e os projetos de colonização deveriam estar fundamentados sobre a exploração familiar e não sobre as grandes empresas” (FETZNER e SOUZA, 2003: 71). Atualmente, o governo federal já costuma apresentar o Plano Safra e o Plano Safra da Agricultura Familiar para cada ano agrícola.

⁶² Lima (2001) destaca também, na implementação do Pronaf, a criação de um gabinete próprio, com acesso direto ao Presidente da República, criado para evitar que o Ministério da Agricultura, historicamente dominado pelo setor patronal (PIMENTEL, 2007), fosse um obstáculo a sua execução. Esta experiência, juntamente com a formação do MEPA, em 1997, formariam a base para a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1998 (SABOURIN, 2007). Mais tarde, este Ministério desempenharia papel importante na reorganização do Sistema Brasileiro de Ater (CAPORAL, 2009a).

⁶³ Sobre participação e controle social, Caporal (2007: 68-70) lembra que “não existe um único tipo de participação, o que exige um maior aprofundamento sobre o tema, para saber onde estamos e onde poderemos chegar se desejamos ‘construir’ a agricultura sustentável como um processo de aprendizagem coletivo”. Assim, ele apresenta uma classificação da participação em oito tipos, dentre os quais, aqueles mais recorrentemente observados nos serviços de Ater da década de 1990 (no seu estudo, pelos agentes públicos de Ater do Rio Grande do Sul), seriam adequados a “toda sorte de manipulações, o que levaria a negá-los como tipos reais de participação propriamente dita”. Ele destaca a *participação funcional*, que integraria, segundo ele, uma série de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural. Nesse caso, os agricultores participam apenas de decisões periféricas, isto é, enquanto as ações e condições de ação já estão decididas previamente por especialistas e níveis hierárquicos mais elevados, o público-alvo delimita apenas algumas dimensões de como executá-las, normalmente atendendo a um pré-requisito legal/normativo ou ao imperativo de redução dos custos operacionais (CAPORAL, 2007).

processo de intervenção estatal na agricultura, reorientando estrategicamente as políticas públicas de desenvolvimento do meio rural brasileiro, que sistematicamente excluía a participação dos agricultores familiares. Este surgimento responde à pressão dos movimentos sociais em favor de transformações estruturais e da democratização das políticas públicas. [...] Pela primeira vez temos um programa comprometido com o apoio à agricultura familiar (MENDES, 2009: 118-119).

O programa, além de pioneiro, consolidou-se ao longo do tempo como o de maior envergadura dentre as políticas voltadas para a agricultura familiar (MATTEI, 2003). Por esse motivo, no campo acadêmico, foram diversos os estudos com avaliações sobre os avanços e limites do Pronaf, fosse do ponto de vista operacional (LIMA, 2001; MATTEI, 2003; SCHNEIDER *et al*, 2004) ou conceitual (MARQUES, 2003). Formularam-se, também, severas críticas quanto ao seu real efeito sobre a agricultura familiar camponesa, em contraste com a agricultura familiar empresarial (SABOURIN, 2007; GORGEN, 2012).

No fim de contas, ao esconder, como diz Tavares (1997), a “natureza estrutural da necessidade da Reforma [Agrária]” atrás da política agrícola, então explicitamente apoiando seu dualismo na tese liberal-conservadora sobre o papel marginal da agricultura familiar tal como preconizada pela OCDE⁶⁴, mas claramente orientada à integração subordinada da agricultura familiar, o governo Fernando Henrique foi, subsidiariamente, de encontro à corrente de defesa dos serviços públicos como meio de intervenção sobre o modelo de desenvolvimento nacional. Até porque, ainda segundo Tavares (1997), “[a] conclusão implícita é que a desmontagem da estrutura latifundiária se daria ‘naturalmente’ através de ‘estímulos ao mercado de terras’ e a intervenção estatal só seria requerida para a solução de problemas e conflitos localizados” (TAVARES, 1997). Em certa medida, isto se refletiu na pequena abrangência, durante os governos FHC, apesar do discurso a respeito do “Novo Mundo Rural”, dos programas específicos para a agricultura familiar, em que se inclui a postergação de uma política federal abrangente e contínua para a Ater (PEIXOTO, 2008).

Assim mesmo, e ponderada a hegemonia do discurso de crise orçamentária e ajuste estrutural no período, verificou-se a utilização da porta aberta pela política de financiamento específico da agricultura familiar para defender a retomada dos serviços públicos de Ater na esfera federal (SEMINÁRIO, 1997). A partir da trincheira aberta com o Pronaf, parte do “movimento social extensionista” (PEIXOTO, 2008), envolvendo extensionistas, oficiais ou do terceiro setor, pesquisadores e agricultores familiares, através de suas respectivas

⁶⁴ O dualismo na política agrícola e a tese liberal-conservadora sobre a agricultura familiar, que teve grande influência sobre as formulações teóricas que embasaram as políticas do governo FHC, serão abordados no Capítulo II. Para aprofundamentos sobre isto, conferir Abramovay (1994) e Sabourin (2007).

organizações sociais⁶⁵, iniciou a construção de uma pauta comum para defender, na agenda governamental, o fortalecimento do sistema público de Ater sob o argumento de conferir efetividade (leia-se: rendimento econômico de corte monetário) ao financiamento público da agricultura (LIMA, 2001). Neste sentido, a articulação com os movimentos sociais agrários se mostrou fundamental para aprofundar a agenda política comum, pautando a necessidade de transformar criticamente a própria forma de atuação⁶⁶ da extensão rural a fim de comprometê-la com o segmento historicamente mais excluído das políticas agrícolas, buscando incluir assim o debate sobre novas perspectivas de desenvolvimento para o campo⁶⁷ (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b).

⁶⁵ Incluíram-se, nos debates sobre a Ater pública, na década de 1990, tanto as organizações sindicais de trabalhadores rurais e de servidores extensionistas, quanto a própria associação de entidades públicas estaduais, os movimentos agrários emergentes, as organizações não-governamentais que os assessoravam, pesquisadores e suas universidades e também órgãos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (SEMINÁRIO, 1997; LIMA, 2001; CAPORAL, 2007).

⁶⁶ Na década de 1990, Caporal e Costabeber (2007: 11), dois autores de referência no campo da Agroecologia formados na atuação como extensionistas publicaram na Revista *Reforma Agrária* um texto afirmando que “[a] extensão rural, que sempre optou pelo trabalho com os segmentos mais aptos a adotar as tecnologias preconizadas, terá que revisar não só o seu entendimento quanto ao tipo e o papel da tecnologia agropecuária, como, sobretudo, mudar radicalmente sua forma de atuação, para que possa responder adequadamente às exigências impostas pela realidade destas famílias empobrecidas”.

⁶⁷ Ilustrando com a experiência vivenciada pela Emater-MG, Ruas *et al* (2006) apontam que é justamente do contexto de conquistas pontuais sob o marco legal decorrentes da crescente organização e mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais que surgiu, entre as entidades extensionistas remanescentes, uma correlação favorável para aprofundar a autocrítica metodológica e estratégica dos serviços de Ater: “[a]s instituições que permaneceram, após essa reestruturação, são pressionadas pelos movimentos sociais e as organizações sociais dos trabalhadores rurais e agricultores familiares a cumprir os direitos constitucionais já assegurados aos agricultores familiares, que exigem a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de forma gratuita, de qualidade e coerente com as estratégias de desenvolvimento do País” (RUAS *et al*, 2006: 19-20). Segundo os autores, esta pressão dos movimentos agrários sobre os órgãos remanescentes teria sido fundamental para conferir legitimidade e densidade, por exemplo, às metodologias participativas que passaram a balizar, apenas teórica ou também praticamente, dependendo do caso, a ação extensionista (LIMA, 2001; RUAS *et al*, 2006).

CAPÍTULO II – A REGORGANIZAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE ATER COM FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ENTRE O DUALISMO AGRÍCOLA E A ADOÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO VIA CAMPONESA PARA O DESENVOLVIMENTO

Infelizmente isto evidencia as dificuldades e os desafios institucionais tanto da Extensão Rural como da Pesquisa Oficial no que se refere a políticas públicas que incorporem a Agroecologia como paradigma institucional. Os processos de transição institucional são difíceis e demorados, *principalmente quando encontram modelos de gestão e construções institucionais com raízes muito profundas em concepções clássicas de desenvolvimento, como é a perspectiva da Revolução Verde que ofereceu as razões para a construção dos principais instrumentos de políticas públicas para a agricultura no Brasil* (MUSSOI, 2011: 74. Grifo meu).

2.1 – Novas representações sociais no campo e diferentes estratégias de desenvolvimento rural

De fato, pela amplitude do Pronaf, que se propôs a universalizar o financiamento à agricultura familiar (SCHNEIDER *et al*, 2004), ele representou uma quebra com o padrão histórico brasileiro de política agrícola unimodal, direcionado exclusivamente para a agricultura patronal. Neste sentido, segundo Sabourin (2007), uma abordagem dualista da política agrícola seria institucionalizada, no Brasil, a partir de 1998, pelo governo FHC, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

Essa medida apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura a duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada. Essa visão foi fortalecida pela oposição cada vez mais radical, institucionalizada no seio do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva e provedora de divisas (qualificada de agronegócio por referência ao *agribusiness* americano) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte (SABOURIN, 2007: 718).

Portanto, do ponto de vista da agricultura familiar camponesa, historicamente excluída das políticas agrícolas, essa mudança representou uma conquista institucional, tornando-se o ponto de partida para reivindicar uma nova geração de políticas específicas para atendê-la⁶⁸ (MENDES, 2009). Ressalte-se que esta nova abordagem é correspondida por um

⁶⁸ A criação do Pronaf e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos anos 1990, coincidiu com o processo que consolidou entre representantes do Estado e da sociedade o consenso de que a agricultura familiar deveria ser o público prioritário, senão exclusivo, da Ater pública (a esse respeito, ver Caporal (2007) e o item 2.2, a seguir). Sabourin (2007) cita como exemplos formais dos desdobramentos dessa abordagem dualista, no primeiro governo Lula (2003-2006), a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) e a formulação do novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

aceso debate produzido nas ciências sociais nos anos 1990, sobre a relevância para o desenvolvimento econômico nacional, isto é, as funcionalidades, da reforma agrária (SAUER, 2008).

Autores como Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e Graziano da Silva apresentam, em especial ao longo da década de 1990, diversos estudos sobre o papel dinamizador da agricultura familiar nas economias desenvolvidas, propondo que os investimentos nesse público não se opõem, mas complementam a produção agropecuária em escala industrial. O centro desta perspectiva seria a compreensão de que a reforma agrária expressa tanto mais o seu potencial redistributivo quanto mais funcionalidades são atribuídas à agricultura familiar, para além da produção agropecuária (SAUER, 2008). Estes autores admitem a prevalência da agricultura patronal no abastecimento de grãos para a configuração contemporânea da sociedade brasileira (reafirmando a tendência à desconexão entre agricultura familiar e abastecimento alimentar), ao mesmo tempo que reforçam a prevalência da agricultura familiar na promoção de um “desenvolvimento local sustentável” por meio da alta inserção territorial de múltiplos serviços associados à produção de “capital social” e de amenidades ambientais importantes para o conjunto da sociedade (VEIGA, 1998; ABRAMOVAY, 1994 e 2000). Sauer (2008) cita ainda a importância atribuída, por Romeiro e por Graziano da Silva, à função de “regulação do êxodo rural”, que seria cumprida eficientemente pela reforma agrária e pelo desenvolvimento da agricultura familiar de modo geral.

Do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo nacional, o argumento mais relevante desta perspectiva é o de que a formação de produtores viáveis dentro da agricultura familiar é fundamental para a passagem de um modelo pré-fordista de crescimento, que teria caracterizado particularmente o modelo agrícola brasileiro e o incremento de suas políticas desde a década de 1970, para um modelo intensivo (VEIGA, 1991). Esta passagem, experimentada anteriormente pelos países desenvolvidos, seria representada pela transformação do “poder aquisitivo do salário [dos trabalhadores urbanos] [n]o componente central da demanda [industrial]”, o que dependeria do efeito regulatório da maior estabilidade da produção familiar de alimentos em comparação com a produção patronal, tendente a se direcionar para outros setores econômicos cada vez que as oscilações e projeções de mercado o favorecessem (VEIGA, 1991). Em outras palavras, a agricultura familiar, por seus vínculos sociais e culturais, e tanto mais quanto suas outras atividades no campo representassem

ganhos econômicos, seguiria produzindo alimentos, mesmo em um contexto de baixa de preços, em contraste com a agricultura empresarial de larga escala.

Neste sentido, conforme Sabourin (2007), o debate sobre o Pronaf, isto é, a justificativa institucional para o investimento na agricultura não-patronal, combinou sempre duas teses: a da possibilidade de capacitação empresarial (de parte) da agricultura familiar, integrando-a ao mercado internacional e a nichos segmentados de mercado, através dos complexos industriais e de distribuição; e a tese liberal-conservadora de que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e a profunda globalização da agricultura brasileira simplesmente inviabiliza a formação de agricultores familiares competitivos. Esta última tese, embora componha historicamente o discurso conservador⁶⁹ e “se aproxime muito da visão neoliberal do setor do *agribusiness*” (SABOURIN, 2007: 717), em um contexto de forte pressão social agrária que estabeleceu o dualismo ao conquistar políticas específicas, não exclui a sua combinação com políticas de “reforma agrária” e outras para a agricultura familiar, mas atribui a estas caráter pontual e função meramente compensatória⁷⁰. Referindo-se ao debate europeu sobre os rumos da Política Agrícola Comum (PAC), no início da década de 1990, Abramovay apresenta as variações da tese liberal-conservadora, assegurando que:

[...] não são poucos os que preconizam abertamente a concentração das funções produtivas agrícolas entre os maiores agricultores (os 20% que hoje garantem 80% do valor da produção), os capazes de enfrentar a competição internacional [...]. Um geógrafo chegou, de maneira provocativa, a entitular matéria publicada numa revista científica de grande circulação com a iconoclasta palavra de ordem "ousar o deserto" (Lévy, 1994). Mesmo os que não chegam a tanto (a OCDE, por exemplo) aceitam que os agricultores sejam objeto de políticas de desenvolvimento rural, desde que a agricultura - liberada das garras paralisantes da intervenção comunitária - regule-se livremente pelo mercado (ABRAMOVAY, 1994: 161).

Em todos os casos, a justificativa econômica mais estruturada para o financiamento da agricultura familiar, bem como para algum nível de desconcentração fundiária, sob o ponto de vista do crescimento capitalista “sustentado” (para os liberais), ou “socialmente articulado” (para os socialdemocratas), estaria na promoção de certa estabilidade de preços nos alimentos,

⁶⁹ Segundo Veiga (1998: 1), “Desde meados do século [XIX], quando o Brasil optou por uma estratégia inversa à norte-americana, as elites rurais brasileiras tentam persuadir a sociedade de que essa [por que a agricultura familiar] é uma pergunta que nem faz sentido, pois o caminho do campo só pode ser um: o da grande fazenda com assalariados”.

⁷⁰ Note-se que, segundo Sabourin (2007), a tese da irracionalidade econômica do apoio à agricultura familiar, mesmo associada a setores conservadores, estaria presente também na dimensão rural de programas de redução da pobreza (como Fome Zero, Bolsa Família, Brasil Sem Miséria), quando não combinadas a outras políticas de desenvolvimento rural. O autor afirma que, nestes casos, as políticas para a agricultura familiar e a “reforma agrária” são justificadas pragmaticamente por promover a fixação de contingentes populacionais no campo (SAUER, 2008; MENDES, 2009), devido ao foco na produção de alimentos básicos e à alta inserção territorial (capilaridade), permitindo a redução de custos transacionais e de infraestrutura para a ressocialização da população excluída pela modernização da agricultura (SABOURIN, 2007; MENDES, 2009).

devido à alta volubilidade do agronegócio em função dos preços, como apontado por Veiga (1991). Importa notar neste contexto que o rompimento parcial com a tendência histórica brasileira de crescimento extensivo (pré-fordista) foi acompanhado pelo surgimento de novas representações sociais no campo brasileiro, as já mencionadas noções de *agronegócio*⁷¹ e *agricultura familiar* (SAUER, 2008).

Segundo Sauer (2008), é na década de 1990 que surge no Brasil o conceito de “agronegócio” como a principal representação dos sujeitos sociais ligados à agricultura empresarial de larga escala e ao modelo agroexportador (sempre privilegiado pelas políticas agrárias como um todo e, pelo menos até a década de 1980, também pelas políticas de Ater). A partir desse momento ganhou força o discurso de que o mercado proveria a assistência técnica com a eficiência exigida por um “novo” setor patronal, atribuindo-se a isto mesmo um caráter de distinção, pois haveria

[...] estreita relação entre a noção [...] de agronegócio e a incorporação (investimentos pesados na aquisição e uso) de tecnologia, na lógica da modernização, com a adoção do aparato da Revolução Verde. [A noção] delimita o campo, distinguindo o setor do agronegócio dos setores “atrasados”, ineficientes e incapazes de acompanhar as inovações tecnológicas, buscando distanciar-se tanto da noção de latifúndio como da de pequena produção (SAUER, 2008: 17).

O autor destaca, porém, a relação do setor do agronegócio, associado à eficiência e à liberalização dos mercados, com um processo de transformação do velho setor patronal a partir da intervenção estatal direta. Afinal, estes sujeitos sociais foram o alvo privilegiado, senão exclusivo, das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura pelo menos desde o século XIX, entre as quais se incluem os pesados investimentos públicos em Ater e políticas a ela associadas ao longo do século XX:

É importante considerar que a adoção ou a imposição do aparato tecnológico não é fruto só da ação ou lógica do mercado, isto é, não é apenas resultado de processos econômicos e financeiros que levaram a ganhos, a incorporação de rendimentos e, por conseguinte, a mais investimentos em novas técnicas. Além do fundamental apoio de políticas públicas (*subsídios, incentivos fiscais, assistência técnica, pesquisas* etc), amplamente analisadas por vários autores (MARTINS, 1994; SILVA, 1994), o processo de modernização foi resultado também de imposições ideológicas e simbólicas sobre a esmagadora maioria da população rural (SAUER, 2008: 18. Grifo meu).

No mesmo contexto, a representação social dos setores historicamente excluídos destas mesmas políticas de desenvolvimento agrícola também sofreu reformulações: “em

⁷¹ De acordo com Sauer, “[o termo agronegócio] materializou-se por iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária brasileira. Na verdade, o termo agronegócio ganhou materialidade no Brasil com a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), fundada em evento ocorrido na Câmara dos Deputados, em maio de 1993” (SAUER, 2008: 15).

contraposição à adoção do termo agronegócio para designar o setor patronal altamente tecnificado, popularizou-se outra expressão traduzida do modelo norte-americano: agricultura familiar” (SAUER, 2008: 20). A dificuldade em agrupar sob uma mesma denominação uma enorme heterogeneidade de sujeitos sociais do campo brasileiro em situação de marginalização foi então circunstancial, embora nunca definitivamente, superada através de processos de reapropriação e resignificação, que por sua vez contaram tanto com motivações sociopolíticas quanto jurídico-institucionais (SCHNEIDER, 2003).

Assim mesmo, em função do processo de construção de sujeitos políticos que reclamam diferentes concepções de políticas públicas para o(s) setor(es) não-patronal(is), o termo jamais representou, em qualquer momento, uma acepção unívoca (SABOURIN, 2007 e 2009; SAUER, 2008; CORREIA, 2011). Enquanto outros segmentos do campo chegaram mesmo a se constituir em movimento autônomo em torno da construção ou reafirmação de outros termos, como foi o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores em relação à questão da “identidade camponesa”, como forma de remarcar a ideia de “resistência” e “recriação” enquanto recusa da integração do seu modo de produção e de reprodução social à lógica capitalista (CORREIA, 2011), a maior parte do movimento sindical o assumiu deliberadamente como forma de demandar políticas públicas específicas de modo a garantir maior ressonância das suas demandas junto às teses da capacitação empresarial da agricultura familiar, parcialmente presente no governo e na formulação do Pronaf (MARQUES, 2003; GORGEN, 2012). Assim, em parte devido aos simbolismos e estigmas do “atraso” da agricultura familiar historicamente recorrentes, então remobilizados na tese liberal-conservadora que defendia o agronegócio em meio ao processo de liberalização do mercado nacional dos anos de 1990, o próprio movimento sindical assumiu um discurso produtivista e mercantilizador (GAZOLLA, 2009; SABOURIN, 2009) ao reclamar para si o termo:

O uso dessa expressão [agricultura familiar] visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores sociais como a “pequena produção” ou a “produção de subsistência” (ou mesmo com a noção de produção camponesa), especialmente porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade (“pequeno produtor”) e não-inserção no mercado (SAUER, 2008: 20).

Do ponto de vista acadêmico, segundo Schneider (2009), embora ainda amplamente controversa, a conceituação de agricultura familiar apresentada por Abramovay na primeira metade da década de 1990 se disseminou consideravelmente. Nela, este autor estabelece uma diferença entre os camponeses, como formadores de sociedades parciais, integradas de modo incompleto a mercados imperfeitos, constituindo um modo de vida caracterizado por vínculos sociais personalizados, no qual tem pouca ou nenhuma importância a contabilidade das

atividades produtivas; e os agricultores familiares, como uma metamorfose daqueles sujeitos para uma categoria profissional plenamente integrada ao mercado competitivo (ABRAMOVAY, 1994; SCHNEIDER, 2009).

Neste caso, a transformação seria caracterizada pela incorporação de aspectos das relações capitalistas de produção e comercialização, onde a competição e a eficiência passam a normatizar e condicionar a reprodução social (CORREIRA, 2011). A relevância desta abordagem, no contexto desta década, residiu na emergência, sobretudo a partir do Pronaf, de políticas para “o universo de estabelecimentos rurais que não contratavam força de trabalho”, fazendo avançar pesquisas e formulações sociopolíticas “que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar”, em oposição à agricultura patronal (SCHNEIDER, 2009: 9).

Isto permitiu a multiplicação de estudos, na década de 1990, formulando categorias, representações e propostas de políticas que associaram especificidades da agricultura familiar com estratégias de desenvolvimento rural, em arte das quais a noção de desenvolvimento territorial e de pluriatividade ganharam maior relevo (ABRAMOVAY, 1999a e 1999b; SCHNEIDER, 2003). O debate sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento rural, neste momento, se valeu principalmente da ideia de que o fortalecimento dos territórios exige, antes de tudo, pessoas, socialmente integradas⁷² (ABRAMOVAY, 1994; 1999a e

⁷² Correia (2011: 94) trata os trabalhos de Ricardo Abramovay, Eli da Veiga e José Graziano da Silva como uma mesma corrente de estudos rurais, atribuindo-lhes o epíteto de “teóricos da agricultura familiar”, que, segundo ela, “interpretam o desenvolvimento do capitalismo no campo como um processo de metamorfose do camponato”, sendo que “Tal interpretação teve forte influência: a) na organização dos movimentos camponeses; b) nas políticas públicas elaboradas pelo Estado e; c) nas pesquisas acadêmicas”. Neste campo ela posiciona os trabalhos *Paradigmas do capitalismo agrário em questão, Agricultura familiar e capitalismo no campo* (Abramovay); *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária, Tecnologia e agricultura familiar* (Graziano da Silva) e *Fundamentos do agropopulismo* (Eli da Veiga). A autora questiona essa interpretação dizendo que dela derivariam conclusões, segundo as quais “a única condição de existência do camponês seria sua conversão em agricultor familiar. Esta nova categoria social [agricultura familiar] representa[ria] o moderno e o progresso, enquanto que o camponês representa[ria] o velho, o arcaico e o atraso” (CORREIA, 2011: 94). Apesar desta leitura, é preciso ponderar que as linhas de argumentação específicas destes autores apresentam nuances importantes, como é o caso de Abramovay, para quem, remetendo-se a estudos realizados no âmbito da OCDE, “o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais [...] representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000: 22). Neste sentido, a ideia de camponês como símbolo de atraso surge muito mais como definição operacional para caracterizar um tipo de sujeito social vivendo à margem da sociedade nacional, do que às populações capazes de manter um grau de “autonomia camponesa” sobre o tempo e o espaço de produção, embora socioeconomicamente integradas, como defende Correia (2011). Assim, a noção de agricultura familiar articulada com a multidimensionalidade das redes territoriais trazida pelos trabalhos de Abramovay (1999b, 1999 e 2000) sugere uma compreensão mais relativamente próxima do que Correia (2011: 100) apresentaria como formas de “criação e recriação do camponato” do que uma dicotomia clara. Sua divergência fundamental residiria no entendimento, para Correia,

1999b) – o que, no contexto brasileiro, significava também, em alguma medida, legitimar as funcionalidades da reforma agrária (VEIGA, 1998). E, ainda que autores como Abramovay (2009a e 2009b) e Veiga (1991) procurassem se manter a meia distância das posições clássicas de esquerda (demarcando sempre que a formação de interações múltiplas, de redes territoriais, dependeria também de um ambiente propício ao empreendedorismo familiar e à integração profissional dos agricultores ao mercado), o papel das políticas públicas específicas para a agricultura familiar é, então, tratado por eles como decisivo:

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transforme as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico (ABRAMOVAY, 1999: 2).

Segundo Silvana Correia (2011), em pesquisa sobre experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), atualmente, “as principais abordagens sobre o campesinato brasileiro têm se centrado, no âmbito das transformações ocorridas com a expansão do capitalismo no campo, na capacidade ou não da adoção de tecnologia pelo campesinato e de sua inserção no mercado”; neste sentido, ela tece críticas às conclusões associadas a perspectivas, para as quais haveria, segundo ela, “dois caminhos para os camponeses: ou eles se transformam em ‘agricultores familiares’ e se integram ao mercado capitalista ou se mantêm como camponeses e desaparecem devido à expansão do capitalismo no campo” (CORREIA, 2011: 92). Sua principal crítica é o quanto esta dicotomia, entre integrar-se à lógica capitalista ou manter-se miserável e desaparecer, teria determinado posturas teóricas e políticas que ignoram o potencial das populações camponesas para constituir, ao integrar-se economicamente de determinada forma, uma “nova modernidade”⁷³, baseada no fortalecimento da autonomia camponesa:

de que a agricultura camponesa, embora se desenvolva no interior do capitalismo, se mantém antagônica à lógica capitalista, por se basear em formas de controle autônomo do tempo e do espaço de produção, enquanto, para Abramovay, essa autonomia é uma forma possível e desejável de “inserção social”, ou seja, construção social dos mercados, consistindo em um processo “evolutivo” da relação entre economia, sociedade e natureza, alcançando, para ele, um projeto “emancipador” não necessariamente oposto ao capitalismo (ABRAMOVAY, 2009a).

⁷³ A ideia de uma nova modernidade forjada na luta pela terra, além de Wanderley (2009), é um elemento importante na abordagem de Sauer (2008: 67-68): “Por sua vez, a agricultura familiar camponesa é a base de sustentação de uma mudança cultural no meio rural. Para tanto, é fundamental uma política agrária capaz de democratizar o acesso a terra. Além de viabilidade econômica, a reforma agrária significa modernidade, porque, entre outros fatores, permite superar relações de dominação, criando oportunidade de trabalho para milhões de pessoas excluídas do processo produtivo. A luta pela terra – que é também a luta por um ‘outro lugar’ é um

As idéias de Abramovay e Veiga se especializaram na academia, nos movimentos camponeses e, principalmente, no governo de FHC, redefinindo territórios teóricos e políticos e entrando em conflito com outras correntes teóricas como a que pressupõe a permanência do campesinato através da sua resistência e recriação apoiada na lógica de que o desenvolvimento capitalista no Brasil é desigual e contraditório. Como integrantes dessa corrente, neste trabalho, destacamos a contribuição de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Eliane Tomiase Paulino e Bernardo Mançano Fernandes (CORREIA, 2011: 97).

Assim, para os movimentos sociais considerados de base camponesa⁷⁴, o mero fortalecimento da agricultura familiar, no sentido de integrá-los a um mercado sem controle social (GAZOLLA, 2009; SABOURIN, 2009), pelo contrário, dominado pelos fluxos internacionalizados de capital do agronegócio, se revelaria uma forma de subordinação das populações rurais ao sistema econômico controlado por grandes produtores e grandes corporações, reproduzindo a degradação das suas condições sociais e ambientais (CORREIA, 2011; GORGEN, 2012). Por mais que nos países avançados a abordagem dualista do desenvolvimento rural tenha produzido uma agricultura familiar vigorosa em outras dimensões que não apenas a econômica (VEIGA, 1998), e que as questões socioambientais tenham sido incorporadas aos novos desenvolvimentos tecnológicos visando o aumento da eficiência energética (ABRAMOVAY, 1994), as pressões tecnológicas e econômicas da agricultura patronal industrial, materializada no “grande agronegócio” (SAUER, 2010: 109 e 113; MUSSOI, 2011: 144 e SAUER e PEREIRA, 2011: 604), na prática, reduziriam a capacidade de viabilização econômica da agricultura familiar para a construção de “um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável” (SAUER, 2008: 68).

O processo sócio-histórico de consolidação da crítica teórica e prática a este processo (associando-o ao modelo de intensificação verde do desenvolvimento rural sustentável), ao longo dos anos 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, se expressou na aliança, entre parte desses movimentos camponeses e dos pesquisadores e extensionistas ligados a

processo social e político que não se restringe à sua dimensão econômica (SAUER, 2002)”. Neste sentido, ele reforça o papel do processo sociopolítico da luta pela terra, ao forjar nos atores sociais esta representação de agricultura familiar camponesa como portadora de uma modernidade distinta daquela do difusionismo-produtivista e condizente com o desafio da sustentabilidade: “As mobilizações, lutas e conquistas consistem em processos políticos de transformação social, que questionam valores, estabelecem novas práticas e constituem sujeitos políticos modernos, agricultores familiares camponeses como protagonistas de um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável” (SAUER, 2008: 68).

⁷⁴ Segundo Correia (2011: 94-95), em particular atuariam com a perspectiva de um desenvolvimento rural de base camponesa, que recuse o papel, mesmo complementar, do agronegócio, os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil, na qual se inseriam, até então: “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); a Comissão Pastoral da Terra (CPT)”. Sem dúvida, este tema, da “unimodalidade” camponesa do desenvolvimento rural, não é livre de polêmicas e variações nas posições adotadas pelos diferentes movimentos sociais e pelos intelectuais ligados a eles, inclusive dentro da própria Via Campesina.

organizações da sociedade civil e algumas instituições públicas, em torno da Agroecologia⁷⁵ (PETERSEN, 2007; MUSSOI, 2011). Neste processo, pode-se afirmar que a pauta da extensão rural exclusiva para a agricultura familiar serviu como um ponto de aglutinação social e política das demandas por um novo modelo de desenvolvimento rural, caracterizando o que poderia ser chamado o “movimento social extensionista” (PEIXOTO, 2008).

Esta aliança formaria, assim, algumas das bases para a formulação de conceitos, arranjos institucionais e, sobretudo, políticas públicas, que emergiram, mais tarde, concomitantemente à tentativa de reorganização do Sistema Brasileiro de Ater, no início do século XXI, como “novas estratégias de desenvolvimento rural” (CAPORAL, 2005 e 2007). Antes disso, contudo, na segunda metade da década de 1990, em pleno contexto de desorganização dos serviços públicos, a Federação dos servidores públicos das entidades estaduais de Ater remanescentes (FASER) e a Contag protagonizaram diálogos com o poder executivo que merecem destaque pela formalização de consensos institucionais sobre a extensão rural pública que ofereceram base à formulação de políticas públicas na década seguinte (SEMINÁRIO, 1997).

2.2 – Consensos da Ater pública na década de 1990: o público-alvo, a participação social e a intersetorialidade

Na introdução do PLANSAN 2012/2015 (MDS, 2011), o documento afirma que, na história da recente democracia brasileira, o País fez a opção acertada de gerir determinadas políticas públicas por meio de sistemas democráticos e participativos, entre os quais se destacam o Sistema Único de Saúde (SUS), na gestão da Política de Saúde, e o mais recente Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na gestão da Política Social. Segundo ele, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, seria outro exemplo desta geração de escolhas da forma de gerir suas políticas, sendo que o “novo momento” inclui também

⁷⁵ Seja como desenvolvimento rural *agroecológico* ou de *base camponesa*, tem início já na década de 1990, entre a academia, os movimentos sociais, entidades de assessoramento técnico e as instâncias institucionais da Ater, a formulação de um novo e amplo enfoque para o enfrentamento da questão agrária em geral, e em particular para a extensão rural. Este novo enfoque, consolidado sob a concepção abrangente, multidimensional, da Agroecologia, buscaria envolver dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e técnicas do sistema agroalimentar (PLOEG, 2009; SCHMITT, 2009), adotando uma análise sistêmica, ou seja, que, “partindo da propriedade [rural], pretende compreender toda a complexidade de processos biológicos e tecnológicos – fundamentalmente durante a produção – e socioeconômicos e políticos – basicamente durante a circulação dos bens produzidos” (SEVILLA GUZMÁN, 2002: 18).

nesta nova compreensão a respeito da gestão pública “o desafio da intersectorialidade” (MDS, 2011: 11).

Sobre a reformulação da Política (e de um eventual Sistema) de Ater, pode-se dizer que a atuação articulada dos movimentos sociais agrários nos anos 1990 influíram sobremaneira nas escolhas políticas que afirmaram, no início dos anos 2000, os dois princípios, da participação social e da intersectorialidade, nos primeiros debates sobre a gestão da Política Nacional de Ater (PNATER). A própria inovação relativa à reorganização do Sibrater como um sistema *descentralizado* de Ater (MDA, 2005; PEIXOTO, 2008) teve seus reflexos no contexto geral de debates sobre a Ater, cujos antecedentes importantes se deram ainda na década de 1990.

Após seu desmantelamento, no início daquela década, e com os constantes ataques dirigidos à estrutura do serviço público, ao longo da década as condições de extrema precariedade das entidades remanescentes produziu uma interessante aproximação entre sociedade civil organizada (movimentos sociais, entidades sindicais e algumas OnGs) e representantes do próprio extensionismo oficial, na sua luta por sobrevivência (LIMA, 2001).

Para isto contribuiu o fato de que, com a intensificação das críticas socioambientais à Revolução Verde e à submissão da extensão rural oficial aos seus preceitos, entre as décadas de 1970 e 1980, número crescente de organizações da sociedade civil consolidaram experiências, desenvolveram técnicas e metodologias em serviços de assessoria prestados a organizações camponesas e de trabalhadores rurais (PETERSEN e ALMEIDA, 2006; THEODORO, DUARTE e ROCHA, 2009). Caso representativo neste sentido é o das entidades organizadas em torno da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA), inicialmente integrada à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e que se consolidou, ao longo da década de 1980, associando-se a grupos e organizações de agricultores e trabalhadores, universidades e centros de pesquisa identificados pela crítica ao modelo agrícola dominante (SCHMITT, 2009).

No princípio, a Rede PTA atuava basicamente na disseminação das chamadas técnicas e tecnologias *alternativas*, ou ecológicas (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). Mais tarde aprimorou esta atuação, adotando “um olhar cada vez mais centrado em processos sociais de inovação tecnológica nos quais os agricultores eram vistos como os principais agentes da transição para a agroecologia” (SCHMITT, 2009: 180), formando “a vertente social das tecnologias alternativas” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006: 21).

O fato é que, sob a perspectiva construtivista da Agroecologia (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006), a investigação de metodologias e princípios participativos receberam maior visibilidade e prestígio entre os agentes e as entidades públicas remanescentes que, mesmo diante da violenta onda de precarização do serviço público, ainda contavam nos anos de 1990 com grande número de profissionais e ampla distribuição territorial (PIMENTEL, 2007). Do ponto de vista político, o potencial inovador está em que tais metodologias e princípios foram amadurecidos, em grande parte, prioritariamente junto aos próprios movimentos e comunidades camponesas, em muitos casos valendo-se e apropriando-se da pedagogia freiriana, também concebida enquanto perspectiva da Educação Popular, ou ainda Libertadora⁷⁶ (PETERSEN, 2007; PIMENTEL, 2007).

Desta maneira, a progressiva organização e protagonismo político dos movimentos agrários em torno dos debates sobre a extensão rural e a assessoria técnica se articularam ao aprimoramento de experiências produtivas inspiradas em metodologias e tecnologias críticas (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). Isto garantiu que, ao longo da década de 1990, os princípios do humanismo crítico, apesar do desmantelamento dos serviços oficiais de abrangência nacional, permanecessem alimentando debates entre círculos intelectuais do extensionismo, bem como das Ciências Agrárias e do Desenvolvimento Rural, com consequências sobre a própria identidade, o papel fundamental, do extensionismo oficial (LIMA, 2001; MDA, 2010).

Neste quadro de acúmulos e sedimentações conceituais, o debate sobre a revitalização dos serviços de Ater produziu algumas convergências, das quais a mais importante foi o debate em torno do público-alvo dos serviços financiados pelo Estado, permitindo unificar a pauta de organizações sociais agrárias e entidades públicas de extensão:

[...] não é mais possível que a extensão rural e o Estado continuem trabalhando de forma indiferente em relação ao público [...] serviços públicos exigem que se adote uma direção, que deve, no mínimo, indicar o empenho estatal no sentido de resgatar a dignidade para a maioria da população rural (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

A sociedade civil organizada, ao lado da entidade nacional dos servidores estaduais de Ater, logrou trazer o governo a estes debates, formulando propostas concretas de reconstrução da Ater dentro de espaços institucionais (LIMA, 2001; CAPORAL, 2007). Ao longo de toda a segunda metade da década de 1990, entidades sindicais agrárias (Contag), de trabalhadores extensionistas dos órgãos públicos estaduais (representados pela FASER) e, em

⁷⁶ As principais referências dos princípios da educação popular são os escritos, métodos e experiências do educador Paulo Freire.

menor medida, organizações não-governamentais, realizaram, com apoio posterior de órgãos do governo federal e de organismos internacionais ligados ao Sistema das Nações Unidas, uma série de seminários e oficinas, a fim de elaborar propostas para a reestruturação nacional da extensão rural oficial (SEMINÁRIO, 1997; LIMA, 2001; FETZNER e SOUZA, 2003).

Segundo Lima (2001) e Caporal (2007), os consensos emergidos destes seminários foram: a agricultura familiar como alvo prioritário, se não exclusivo, da Ater pública e gratuita; a necessidade de uma abordagem “além do agro-agrícola”, envolvendo temas como cidadania e desenvolvimento sustentável; o acesso ao conhecimento, ao mercado e à livre organização; e, por fim, as perspectivas metodológicas que exigiam formação e capacitação dos extensionistas para atuar como, mais do que técnicos, “agentes de desenvolvimento e de mobilização social” (LIMA, 2001: 19). Citando documentos destes seminários, Caporal (2007) destaca, entre todos estes pontos, o papel unificador entre as diversas entidades do consenso em torno da base social que deveria constituir os serviços públicos de Ater:

[...] no Seminário sobre Agricultura Familiar e Extensão Agrária no Brasil, realizado em 1995, a Federação dos servidores da extensão rural do País [Faser], juntamente com a CONTAG, já propunham que “a extensão rural pública e gratuita” passasse a beneficiar “com exclusividade aos produtores rurais incluídos na definição de agricultura familiar” (CONTAG/FASER, 1995). A conformação de tal consenso apareceria de forma ainda mais clara em meados de 1997, quando se realizou o Seminário Nacional sobre Ater, ocasião em que não só as entidades do setor público, mas também os assessores técnicos, as organizações de agricultores e as ONG’s representadas no evento, manifestaram a necessidade de que a “extensão rural pública e gratuita” orientasse suas ações para a agricultura familiar e suas organizações representativas. Inclusive as organizações responsáveis pela política e representação nacional da extensão rural brasileira, como o DATER [Departamento de Ater, então ligado ao Ministério da Agricultura] e a ASBRAER [Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural] confirmavam tal tendência, ainda que não assumissem a tese da exclusividade. Naquela ocasião, ocorreram manifestações no sentido de que “*agricultura familiar e extensão rural*” podem constituir os elementos chaves para um novo modelo de desenvolvimento rural (CONTAG e outros, 1997) (CAPORAL, 2007: 75-76. Grifo meu).

Do debate a respeito do público da Ater oficial (a ser exclusivamente a agricultura familiar), passou-se aos debates sobre a missão, a abrangência, o modelo institucional, o modelo de gestão, a sustentabilidade financeira e política e as estratégias de transição institucional para esta “nova Ater” (WORKSHOP, 1997). Parcela significativa desses atores passou a enxergar, no processo de reorganização de um Sistema Brasileiro de Ater, um meio para reafirmar a capacidade de a sociedade alterar o próprio arco de escolhas, diante de modelos divergentes de desenvolvimento rural, tanto convencionais como sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b). O núcleo central da questão (após conquistar a justificativa do financiamento público à agricultura familiar, e serem realizados debates e

estudos, em espaços ou escalas, anteriormente alheios ao tema, sobre a sua funcionalidade política, social e econômica) passou a ser enxergar a Ater pública como peça-chave da factibilidade política para uma proposta de desenvolvimento rural cujo fundamento estivesse no fortalecimento do campesinato, em toda a sua amplitude (PETERSEN, 2007).

Portanto, os desdobramentos consequentes deste consenso em torno do foco na agricultura familiar, devendo indicar o compromisso do Estado em resgatar a dignidade da maioria da população rural, devem ser compreendidos em termos de um “imperativo socioambiental” que implica a necessidade de superar tanto o papel difusionista, antes assumido pela Ater, como os paradigmas dominantes do desenvolvimento rural centrado no modelo agroexportador (CAPORAL, 2007: 76). Por isso, diz Caporal (2007: 75), ao levar em conta “os recursos disponíveis na propriedade, a heterogeneidade com que se apresenta a problemática tecnológica e as diferentes racionalidades adotadas pelos camponeses na gestão de seu modo de produção e de vida”, enfoque, objetivos e metodologia do “novo extensionismo” assumiriam um compromisso com a ação social coletiva do campesinato. É neste sentido que se assume que o objetivo central das “novas políticas de Ater”, na perspectiva do conjunto de atores reunidos em torno da perspectiva da Agroecologia, passa a ser, justamente, promover um *desenvolvimento rural de base camponesa*.

Com efeito, tal raciocínio corresponde à própria definição da “ação extensionista agroecológica” (CAPORAL, 2009c). Segundo este autor, enquanto indutora de um desenvolvimento rural de base social camponesa, a ação extensionista agroecológica deveria expressar suas diferenças da extensão rural convencional, simultaneamente, por meio dos seguintes indicadores: suas bases teóricas e ideológicas (tomando a resistência camponesa como dado e fonte de estratégias); objetivo central (promoção do equilíbrio socioeconômico e socioecológico dos espaços rurais); compreensão sobre o meio ambiente (primazia do equilíbrio ambiental como pré-condição do recurso produtivo); compreensão da agricultura (aplicação de visão sistêmica e coevolucionária); noção de sustentabilidade (rejeição ativa da intensificação verde); metodologia (investigação-ação participativa); comunicação (fundamentada no diálogo horizontal); educação (decisivamente libertadora); papel do agente (como facilitador do protagonismo camponês)⁷⁷.

Mas esta visão de conjunto, até certo ponto alimentada no diálogo de movimentos sociais camponeses com pesquisadores e extensionistas, só emergiria como alternativa

⁷⁷ Indicadores retirados do quadro “Alguns elementos para comparação entre tipos de extensão” (CAPORAL, 2007: 76-77).

política, de fato, no contexto posterior de ampliação significativa das políticas e do volume de recursos para a agricultura familiar, paralelamente ao deslançar incipiente de um processo de reorganização social e normativa de um Sistema Brasileiro de Ater, com a primeira elaboração da Política Nacional de Ater, no início do primeiro governo Lula (CAPORAL, 2005). Ainda que, sob qualquer ponto de vista, as condições de institucionalização de estratégias de desenvolvimento rural para o campesinato jamais representaram uma opção decisiva do governo federal em desfavor do agronegócio, em primeiro, e da agricultura familiar empresarial, em um distante segundo lugar (SABOURIN, 2007; CAPORAL, 2011), o aumento destes recursos e de políticas para a Agricultura Familiar, parecem ter aberto o caminho para novas perguntas e propostas junto à teoria social e os atores políticos do campo da Agroecologia (PETERSEN, 2006).

Lima (2001) também ressalta que os consensos dos Seminários perdiam força política ao serem ofuscadas por um debate, imposto pela conjuntura político-econômica dos planos de ajuste estrutural, isto é, as principais forças políticas no debate, Contag e FASER, segundo o autor, redundavam constantemente em divergências sobre a natureza *estatal* ou *pública* dos serviços de Ater. Nessa disputa, a entidade dos extensionistas defendia a premência de um aparelho estatal, remontando à Embrater, enquanto a confederação de trabalhadores na agricultura defendia um caráter de serviço público de Ater não estatal⁷⁸. Sobre este ponto, a proposta de uma Ater pública, prioritária, mas não exclusivamente estatal, ganharia mais fôlego na virada do século com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal. Embora tenha sofrido críticas em razão do contexto de privatizações da década 1990, para alguns autores, o princípio de organização em rede, aberta à atuação de universidades, cooperativas de agricultores e de técnicos, entidades ligadas aos movimentos sociais etc., apareceria como ferramenta apropriada para a ampliação da participação social (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Outro elemento que, já na década de 1990, surgia como uma percepção generalizada a respeito da reestruturação dos serviços de Ater, foi a sua condição intrínseca de integração com políticas públicas associadas a outros setores. De fato, em 1994, Caporal e Costabeber afirmavam que

⁷⁸ É certo que no debate a respeito do marco jurídico dos serviços de Ater, sobre sua natureza *pública* ou *estatal*, também entram questões relativas à ampliação do “poder dos agricultores sobre os extensionistas” (LIMA, 2001: 19), mas Lima reforça o peso que assumia para a conformação de um campo político efetivamente coeso, na agenda política nacional da década de 1990, hegemônica pelo neoliberalismo, o papel estratégico da luta contra a desvalorização e a precarização dos serviços públicos diretos.

[...] deve ficar claro, desde já, que apenas com o apoio do serviço de extensão rural e assistência técnica do Estado não se estará assegurando que estes grupos sociais possam superar as dificuldades hoje vividas. *Outras políticas públicas específicas deverão ser buscadas e implementadas* com urgência, sabendo-se que este é o público preferencial do Estado e para ele deve ser dada prioridade (2007: 11. Grifo meu).

Corroborando com isto, avaliações sobre o grau de participação social na execução e nas reformulações do Pronaf, com reflexos sobre o seu alcance, também associam os seus limites à vulnerabilidade dos serviços de Ater. Schneider *et al* (2004) afirmam ser dado reconhecido por diversos estudiosos de desenvolvimento rural o papel jogado pela ausência de fóruns regionais nas limitações do Pronaf, reforçando a contribuição que os serviços oficiais de Ater, reestruturados, deveriam proporcionar:

Além [de praticamente não haver fóruns regionais voltados para o desenvolvimento], a capilaridade dos serviços públicos de extensão rural encontra-se, na atualidade, profundamente abalada, após quase duas décadas de enxugamento do seu quadro de funcionários. Mesmo naqueles estados onde se preservou [...] essas unidades restringem-se, quase que exclusivamente, a promover o desenvolvimento agrícola *stricto sensu*, dispondo de poucos profissionais capacitados a promover o desenvolvimento rural. Da mesma forma, o trabalho das ONGs, além de limitado do ponto de vista geográfico, se caracteriza pela dispersão, fragmentação e pontualidade, portanto ineficaz para gerir um programa com a envergadura e importância do PRONAF infra-estrutura e serviços municipais (SCHNEIDER *et al*, 2004: 18-19).

Na sua análise, estes autores afirmam que a carência de servidores públicos trabalhando com orientação explícita para promover a gestão participativa das políticas de desenvolvimento rural, a exemplo do Pronaf, apresenta obstáculos importantes à efetiva adequação destas políticas às necessidades, sobretudo, dos camponeses mais descapitalizados. Segundo eles, o quadro apresentado pela análise do Pronaf Infraestrutura “passa a impressão de que acertaram aquelas administrações municipais que pouco apostaram nos conselhos municipais de desenvolvimento rural”, gerando distorções na capacidade de adaptação do programa via gestão participativa. Em suma, “[a] máxima que a cada novo governo tudo muda, justificando a precaução na adoção das orientações externas, mais uma vez se fez valer” (SCHNEIDER *et al*, 2004: 18-19).

Conclui-se que a política extensionista, a optar por se voltar aos segmentos camponeses e assumir compromisso de empoderá-los para que interfiram ativamente nos rumos do desenvolvimento rural sustentável, exigiria, necessariamente, articulação ativa com outras políticas públicas, como afirmado anteriormente por Caporal e Costabeber (2007).

É preciso destacar um último elemento nesta relação entre extensionismo e movimentos sociais. No quesito relativo ao reconhecimento, pelos atores sociais da extensão

rural, do seu papel no enfrentamento aos “desafios da sustentabilidade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b: 80), é certo que, crescentemente, o conjunto dos atores sociais engajados no extensionismo oficial incorporaram o discurso de que era preciso assumir um compromisso ético com o desenvolvimento rural sustentável (DRS)⁷⁹. No entanto, a frágil condição de hibridismo entre as duas correntes de DRS, com prevalência da corrente definida como “ecotecnocrática”, ligada à intensificação verde, possivelmente, impôs um limite concreto ao aprofundamento da relação entre o extensionismo oficial e os movimentos sociais. A esse respeito, pode-se tomar como exemplo estudo realizado em 1998⁸⁰, no qual Caporal (2007: 50) afirma que as práticas extensionistas nos órgãos oficiais oscilavam “de maneira difusa e contraditória”, entre a ênfase no aumento da produtividade e no equilíbrio socioambiental, criando uma indeterminação desmobilizadora sobre qual corrente de desenvolvimento sustentável promover, e quais metodologias de Ater adotar.

Para a compreensão dos desdobramentos políticos profundos do debate sobre distintos modelos de extensão rural, ou de base tecnológica e agropecuária, é útil anotar as considerações de Paulo Marques (2003: 2-3), em que remete à formação de um *campo de disputa* (conforme Bourdieu) em torno das políticas orientadas para a agricultura familiar, desde a implementação do Pronaf:

A demarcação de um campo de disputa pode ser realizada a partir da concorrência entre interesses específicos de agentes e instituições, concebendo-se a sociedade como constituída de múltiplos campos sociais. As rivalidades estruturam o debate, cujas características são próprias de cada campo. As lutas visando legitimar representações particulares do mundo social de cada grupo determinam, em última instância, um campo de disputa (MARQUES, 2003: 3).

Assim, enquanto, para os movimentos camponeses, tanto a extensão rural como a Agroecologia se configuraram como temas prioritários, na virada do século, para o extensionismo oficial, mesmo reconhecendo os impactos socioambientais da Revolução Verde, o critério da produtividade em sentido estrito permaneceu em grande medida atuando de modo imperativo, como um verdadeiro “tabu” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007;

⁷⁹ Considerando que a entidade gaúcha de Ater vinha construindo, no final da década de 1990, uma experiência importante de Extensão Rural Agroecológica, definida pelo seu compromisso com a sustentabilidade sob um viés chamado pelos seus protagonistas de “ecossocial”, Caporal e Costabeber dizem que “A ênfase colocada na agricultura familiar (*público exclusivo*), na Agroecologia (*base científica*) e nos métodos educativos e participativos (*metodologia de intervenção democrática*) vem demonstrando a sua firme disposição de encarar os desafios da sustentabilidade como o núcleo fundamental de sua mais nobre missão” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007b: 80. Grifos dos autores).

⁸⁰ Os estudos designados como Caporal e Costabeber (2007), Costabeber (2007), Caporal (2007) e Caporal e Costabeber (2007b) foram compilados em uma mesma publicação do MDA/SAF/DATER (como os capítulos 1, 2, 3 e 4, respectivamente). No entanto, eles resultam de diferentes pesquisas, publicadas originalmente como artigo separado ou capítulos de livro ou de suas Teses, respectivamente, nos anos de 1994, 1998, 1998 e 2001.

MUSSOI, 2011). O paradigma de desenvolvimento rural sustentável associado à Agroecologia sobressai, portanto, como uma questão impulsionada pelas organizações sociais camponesas e seus setores aliados, para dentro do campo extensionista (a exemplo de outros campos sociais, como o acadêmico), na medida em que se reconhece que a “transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso porque criará na sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores” (PEARCE, 1996 *apud* CAPORAL, 2007: 77) e que “as agências públicas de extensão rural estarão no meio deste processo político” (CAPORAL, 2007: 77).

Desta forma, a afirmação da Agroecologia como base científica da Ater, enquanto promoção de um projeto alternativo de desenvolvimento, passou a representar um ponto de acirramento das contradições dentro dos debates sobre a Ater (CAPORAL, 2007). Dada a relevância atribuída de modo muito particular no contexto das políticas públicas (relativas ao mesmo público-alvo da Ater) no Brasil dos últimos anos, cabe abordar alguns elementos da mútua identificação entre o arcabouço teórico e histórico da Agroecologia e um conjunto de demandas camponesas, conforme expressas por suas organizações sociais (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

2.3 – Construção histórico-conceitual da Agroecologia: fundamentos para uma *via camponesa* de desenvolvimento rural sustentável

Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina⁸¹ empreenderam ao longo da década de 1990 e parte da década seguinte uma série pesquisas com foco no conceito de *campesinato* e sua relação com a Agroecologia, em que buscaram “analisar o papel do campesinato nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, além de apresentar a evolução desse conceito nas Ciências Sociais e no pensamento agrário” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 11). Baseando-se fundamentalmente na interface entre formas de ação social coletiva e concepções teóricas que tiveram em comum o

⁸¹ Sevilla Guzmán e González de Molina são membros do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidade de Córdoba (Espanha). Juntamente com Guzmán Casado, outro membro do ISEC, coordenaram a publicação, em 2000, de *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*, obra de referência sobre o resgate teórico da Agroecologia e sua relação com a temática do desenvolvimento rural (CAPORAL e AZEVEDO, 2011). Naquela Universidade foi criado também o primeiro curso de Doutorado em Agroecologia em nível mundial, dentro do programa *Agroecología, Campesinado y Historia*, do qual participaram, desde o final da década de 1990, importantes interlocutores dos debates brasileiros sobre a Agroecologia, a extensão e o desenvolvimento rural, tais como Francisco Caporal, José Costabeber, Paulo Petersen, Eros Mussoi e João Canuto (ver bibliografia). Atualmente existe o Mestrado em *Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural*, oferecido pela Universidad Internacional de Andalucía (UNIA), através de acordo inter-universitário entre a Universidad de Córdoba (UCO) e outras universidades espanholas.

debate em torno da estrutura social do campesinato e da sua permanência *versus* seu desaparecimento histórico, os pesquisadores buscaram em duas amplas tradições dos estudos camponeses as contribuições para o diálogo entre Agroecologia e desenvolvimento rural⁸².

Segundo estes autores, o desdobramento dos conceitos elaborados na nova tradição dos estudos camponeses em contribuições à Agroecologia, tal como entendida atualmente, seria notado, particularmente, no resgate, ao longo da segunda metade do século XX, dos estudos de Alexander Chayanov⁸³, economista e engenheiro agrônomo russo cujas principais obras foram contemporâneas às grandes transformações vividas pelos primeiros anos da Revolução de 1917. Atribuiu-se grande alcance às contribuições da chamada *agronomia social* chayanoviana, em especial pelo fato de haver preconizado estratégias de desenvolvimento rural cuja base social seria formada por comunidades camponesas autogestionadas, potencializando determinados aspectos da socioestrutura russa pré-existente (ABRAMOVAY, 1998; SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005).

⁸² O chamado pensamento social agrário, ou estudos camponeses, em termos científicos, corresponderia a um acúmulo teórico com fundamentos da filosofia da história, do evolucionismo naturalista e do socialismo utópico aplicados ao estudo das especificidades socioestruturais das sociedades camponesas. A primeira, ou “antiga tradição”, como chamam os autores, culminaria, no campo marxista, com a contribuição de diferentes ciências, em um debate de grande alcance político, sobre o papel (ou, do ponto de vista mais ortodoxo, o destino) do campesinato nos processos e nas teorias revolucionárias que agitavam a Europa na segunda metade do século XIX e começo do século XX. A “nova tradição”, por sua vez, se consolidaria sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com a formulação inicial do campesinato como uma multiplicidade de sociedades parciais, com culturas parciais, diferenciando-se das comunidades tribais por serem desprovidas da autarquia destas. Nesta ideia de parcialidade do campesinato, sobressai sua relação de dependência com a sociedade envolvente, cada vez mais aprofundada, no capitalismo, através de mercados dominados pelos espaços e sociedades urbanas. Nas últimas décadas, esta tradição aportaria outras noções, aproximando-a dos pressupostos teóricos da Agroecologia (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005).

⁸³ Segundo Abramovay, Chayanov, que seguiu sendo um membro destacado da Academia de Ciências soviética após a instituição do regime socialista, “conhecia profundamente a agricultura européia e mantinha contatos regulares com os mais destacados centros de produção científica em agronomia e ciências sociais”, sendo a combinação disto com a sua perspectiva pró-camponesa (segundo ele, dominante entre os revolucionários russos pré-1917) fator determinante para a elaboração das suas ideias, que foram recuperadas a partir da década de 1960 e 1970, tornando-as “referência internacional na economia do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1998: 72). A sua importância para as abordagens teóricas sobre o desenvolvimento que passaram a contestar a intensificação produtiva ilimitada, o “crescimento pelo crescimento” como paradigma do progresso social, é ilustrada da seguinte forma: “A obra mais conhecida de Chayanov (1925) começa relatando um episódio familiar a quem trabalha com a economia do desenvolvimento: a suposta resistência dos camponeses à adoção de inovações técnicas. Os agricultores da região de Perm recusavam-se a adotar uma inovação que, no entanto, lhes economizaria uma quantidade imensa de trabalho, a máquina de trilhar cereais. A razão dessa suposta aversão ao progresso estava no fato de que o trabalho deslocado pela máquina não poderia ser empregado produtivamente em qualquer outra atividade. Mais do que um teórico da economia camponesa, Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. Enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, valor decrescente. Esta é a base teórica que permitia a Chayanov contestar a validade da lei da diferenciação social dos produtores, propondo em seu lugar uma espécie de diferenciação demográfica” (ABRAMOVAY, 1998: 72).

A relevância de Chayanov está em haver formulado originalmente concepções teóricas que, ao mesmo tempo que identificavam e valorizavam uma racionalidade econômica e uma capacidade de inovação próprias do modo de vida camponês, propuseram a integração do campesinato com a sociedade englobante, através de cooperativas rurais, como forma de manter a autonomia comunitária frente à expansão do capitalismo, argumentando existirem vantagens estruturais (produtivas) sobre a generalização da coletivização em grande escala. A integração proposta seria baseada em um modelo de “cooperação vertical”, em contraste com a cooperação horizontal preconizada pela proletarização generalizada dos camponeses em grandes fazendas estatais.

Ganhou importância ainda, para a perspectiva agroecológica sobre o campesinato, a sua noção de ótimos diferenciais, que “têm sido considerados como a possibilidade de que o conhecimento local atue como elemento gerador de tecnologias autóctones, capazes de captar o potencial endógeno dos recursos naturais” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 67). Segundo Abramovay,

Existe atualmente uma vasta literatura comentando as teorias de Chayanov sobre o campesinato [...] Todavia, nem sempre é colocado em destaque que ele não era o teórico do *isolamento camponês*. Ao contrário, o último capítulo de sua obra maior preconiza o cooperativismo e a integração vertical, citando explicitamente o exemplo da Dinamarca como forma mais eficiente de construção do socialismo na agricultura. Chayanov já antevia o desastre que ocorreria caso predominassem as teses que sustentavam a integração horizontal, ou seja, a formação de grandes unidades coletivas. Não que ele fosse contra as grandes fazendas coletivas, pois [...] chegou a calcular o tamanho ideal que poderiam ter algumas unidades com esse tipo de organização. O que Chayanov não queria que se perdesse era exatamente a grande organização social já existente na Rússia, tanto entre os próprios camponeses quanto entre os agrônomos (ABRAMOVAY, 1998: 72-73. Grifo do autor).

Assim, a releitura das ideias de Chayanov passou a representar, no pensamento social agrário das décadas de 1960 e 1970, uma base crítica de análise sobre a concentração fundiária e a submissão tecnológica dos camponeses enquanto efeitos exacerbados pela disseminação da Revolução Verde (esta, baseada no modelo agropecuário da grande escala, influente também na versão centralizada do mundo socialista). Para Abramovay, Chayanov tinha razão quando falava da Dinamarca, pois, a partir dos anos 1930, este país se tornou “verdadeiro paradigma em termos de modernização agrícola, mostrando o atraso representado pelo caminho que consistia na formação das fazendas (coletivas ou individuais) baseadas no assalariamento em larga escala” (ABRAMOVAY, 1998: 73).

De fato, essa nova tradição dos estudos camponeses se consolidou em função das transformações operadas pela Revolução Verde sobre o mundo rural, tanto dos países centrais como dos periféricos, onde o contingente camponês se manteve expressivo e eventualmente

dominante. Diante de efeitos como a intensificação do êxodo rural e dos impactos ambientais da agricultura, a capacidade de resistência e recriação de determinadas coletividades camponesas e indígenas despertou, entre as décadas de 1960 e 1970, renovado interesse acadêmico, em especial nos estudos sobre o terceiro mundo. Segundo Toledo, um autor mexicano de referência no campo da Agroecologia:

O debate tem sido, em geral, intenso e apaixonado, pois o que parece uma discussão meramente técnica sobre a escala da produção, na verdade apresenta um dilema social de proporções históricas: a viabilidade ou inviabilidade do campesinato ou da agricultura familiar, que até 1990 ainda proporcionava entre sessenta e oitenta por cento da produção primária do mundo. Por isso, no final da década de 1970, o economista Ernest Feder se referiu à polêmica como um encontro entre “campesinistas” e “descampesinistas” (TOLEDO, 2002: 28).

O debate agrário, particularmente acirrado na América Latina, permitiu então a articulação de contribuições teóricas da antiga tradição do pensamento social agrário⁸⁴ ao desenvolvimento teórico de outros campos científicos, como a Economia Ecológica e a Ecologia Política. Destas interações, deliberadamente inter e transdisciplinares, surgiram algumas das bases conceituais do que hoje se entende por Agroecologia enquanto novo campo de conhecimento (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; CAPORAL *et al.*, 2006).

Entre as décadas de 1970 e 1980, se institucionalizaram as primeiras experiências acadêmicas ligadas ao acompanhamento técnico e assessoramento político de populações rurais tradicionais, a partir da articulação conjunta de pesquisadores das áreas da Agronomia, da Antropologia, da Ecologia e da Biologia. Esse processo de construção de um novo campo de conhecimento, na inflexão entre as ciências naturais e as ciências sociais, teve, segundo os autores, como epicentro inicial o México, expandindo-se em seguida para outros países latinoamericanos, a Califórnia, nos EUA, e algumas regiões da Europa⁸⁵ (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005).

⁸⁴ Da antiga tradição dos estudos camponeses, Sevilla Guzmán e González de Molina afirmam que ressurgiu nos novos debates, com particular força, o legado da *multilinearidade* no debate marxista sobre o desenvolvimento dos países periféricos, reafirmando a via camponesa da revolução social, para determinados países. O mérito, nesse caso, é atribuído especialmente a Theodor Shanin, que se inspirou na perspectiva do marxismo heterodoxo, além de ter sido importante figura na recuperação da agronomia social chayanoviana nos anos 1960 e 1970 (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 58).

⁸⁵ Segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), Angel Palerm, Altieri, Gliessman, Joan Martínez Alier, Terry Marsden e Jan Douwe van der Ploeg foram alguns dos primeiros pesquisadores que contribuíram para a disseminação da Agroecologia, enquanto novo campo científico, entre a América Latina, os Estados Unidos e a Europa.

Como assinalamos no contexto teórico em que se inserem estes papéis, a Agroecologia, como proposta alternativa ao manejo industrial dos recursos naturais, surgiu da interação positiva entre a práxis produtiva e sociopolítica das próprias comunidades camponesas, principalmente da América Latina, e a pesquisa agrônoma interdisciplinar, surgida de uma reação ética de técnicos de campo, intelectuais e cientistas ante a deterioração da natureza e da sociedade causada pelo curso que tomava a natureza da agricultura convencional. É por isso, talvez, que este enfoque tenha chegado mais tarde à Europa, onde o campesinato existe de fato apenas em suas zonas periféricas (SEVILLA GUZMÁN e MIELGO, 2005: 4).

Como postura precursora do que passaria a ser definido como perspectiva, ou enfoque, agroecológico, na sua forma de inserção nos campos científico e político, Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) ressaltaram o papel desempenhado, no México, pelo antropólogo social Angel Palerm e os grupos de pesquisadores sob sua influência⁸⁶. Em suas pesquisas de campo sobre o papel do campesinato no capitalismo, Palerm afirmava, no final da década de 1970, e em consonância com o arcabouço chayanoviano, que o não desaparecimento do campesinato nas sociedades modernas *exigiam* o desenvolvimento de *uma teoria da sua continuidade e uma práxis derivada da sua permanência histórica*. Em outras palavras, estaria aberto o caminho para se desenhar um novo campo, ou enfoque, científico, fundamentado na teorização a respeito da persistência do campesinato nas sociedades contemporâneas, das suas vantagens estruturais relativas e das suas formas de resistência e ação coletiva (SOTO *et al*, 2007). Ao mesmo tempo, a transformação desta práxis da permanência histórica no pressuposto de que é possível, e também desejável enquanto estratégia de resistência e antagonismo ao capitalismo, fortalecer o campesinato, passou a identificar pesquisadores de diferentes áreas como integrantes de um novo campo teórico comum:

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo *antagônico à empresa capitalista* tem já sua *protoforma no sistema*

⁸⁶ Angel Palerm, que nasceu em Ibiza, Espanha, e foi influenciado pelo socialismo libertário catalão, ascendente durante a Guerra Civil (1936-1939), organizou grupos de investigação a partir do Centro de Pesquisas do INAH (Instituto Nacional de Antropologia e História) e, mais tarde, da Universidade Iberoamericana, ambos na Cidade do México – para onde imigrou definitivamente após a vitória de Franco, em 1939. Na Universidade Iberoamericana teriam se institucionalizado os primeiros grupos de pesquisas científicas sob o *enfoque agroecológico*. Sob a liderança de Palerm, formaram-se equipes interdisciplinares de agrônomos, ecólogos e antropólogos, estabelecendo um diálogo transdisciplinar com os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e não-indígenas aplicados à agricultura, já na década de 1970. De meados da década de 1980 em diante, quando, vinculados a instituições acadêmicas californianas, o agrônomo chileno Miguel Altieri e o estadunidense Stephen Gliessman (este a partir da interação com discípulos de Palerm, ao realizar pesquisas sobre tecnologias agrícolas tradicionais) sistematizaram e difundiram a Agroecologia como “as bases científicas para uma agricultura ecológica”, já havia, portanto, relativo acúmulo teórico, estabelecendo suas linhas gerais por meio da associação entre a Ecologia da Agronomia e estruturas socioeconômicas e culturais, e suas formas de manejo específicas, em que sobressai a noção de “etnoagroecossistemas” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 73).

camponês (Palerm, 1980 *apud* SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 73. Grifos meus).

Portanto, “mais que [buscar definir o campesinato como] uma categoria histórica ou sujeito social”, esta corrente de pensamento passou a descrever qualquer *modo de uso dos recursos naturais*, que, mesmo se apropriando de resultados da ciência e das tecnologias das sociedades contemporâneas, se contrapusesse à homogeneização cultural e ambiental promovidas pela artificialização que caracterizou a industrialização da agricultura em função do aumento ilimitado da produtividade (RIFKIN, 1995). Do ponto de vista histórico, isto ganharia relevância em um contexto no qual a emergência política da temática ambiental, em meio às críticas à Revolução Verde, contribuiu para estabelecer uma “interpretação geral do processo histórico fundamentada em distintas formas de manejo dos recursos naturais” (PÁDUA, 1996).

A partir desta noção de “modos de uso dos recursos naturais”, foram realizados esforços teóricos no sentido de conceituar, num primeiro momento, “três grandes modos [...]: o primário, ou próprio dos caçadores-coletores; o campesinato, ou secundário; e o industrial, ou terciário” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 80). A fim de ressaltar as diferenças entre o modo secundário e terciário, Sevilla Guzmán e González de Molina estabeleceram a centralidade da base energética necessária à reprodução de uma dada sociedade histórica, associando diretamente o modo de uso terciário (ou industrial) dos recursos naturais à forma como o capitalismo se expandiu sobre a agricultura:

O modo de uso industrial pode ser caracterizado como aquele que utiliza como base energética os combustíveis fósseis ou a energia atômica, o que lhe proporciona uma *alta capacidade entrópica e antrópica dos ecossistemas, uma enorme capacidade expansiva, subordinante e transformadora* (por meio de máquinas movidas por combustíveis fósseis). Isso explica que se tenha produzido, com sua introdução, uma mudança qualitativa no grau de artificialização da arquitetura dos ecossistemas. A pesquisa aplicada aos solos e à genética deu lugar a novas formas de manipulação dos componentes naturais ao introduzir fertilizantes químicos e novas variedades de plantas e animais, culminando, na atualidade, com a introdução de organismos geneticamente modificados (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 82-83. Grifo meu).

Enquanto isso, o modo secundário pode ser (e é, na maioria das vezes) identificado com as formas históricas assumidas pelas sociedades camponesas (ou tradicionais), uma vez que “o campesinato [se torna] uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 82). Assim mesmo, e apesar de eventualmente se denominar o modo de uso secundário simplesmente de *modo camponês*, ou *modo agrário*, depreende-se que esta não é uma correspondência automática, nem estanque, uma vez que são marcadamente

heterogêneas as relações concretas estabelecidas entre as sociedades camponesas e o modo de uso (ou forma de manejo) dos recursos naturais, frequente ou parcialmente, mas não necessariamente, coincidindo com o tipo ideal descrito. Em outras palavras, depreende-se um modo de uso dos recursos naturais que pode não ser associado a *qualquer* configuração histórica do campesinato, bem como pode ser associado à configuração histórica de outras sociedades que, por seu contexto cultural e histórico, não se identificariam como “camponesas”, tal como certas sociedades indígenas ligadas ao manejo agrícola ou à criação de animais.

O dado histórico fundamental é justamente que, por sua baixa “capacidade antrópica e entrópica” (*grosso modo* definidas pela quantidade e o tipo de energia que manipulam), tais sociedades frequentemente desenvolvem estratégias produtivas (e formas de organização social) articuladas à reprodução biótica dos recursos naturais que são a base da sua reprodução social. Ou seja, à reprodução da base material dos seus sistemas de produção:

No contexto teórico que estabelece a agroecologia, o *campesinato* é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedade de base energética solar ou sociedades orgânicas. Isso significa estabelecer uma identificação bastante forte entre modo de uso agrário, camponês ou secundário (de acordo com as distintas denominações que tem recebido) e campesinato. A relação histórica do homem com os recursos naturais, nesse tipo de sociedade, pode ser definido da seguinte forma: o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais. Isso requer e requereu sempre *a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórica e culturalmente dado*, mediante o consumo de uma *quantidade determinada de energia e materiais* e o emprego de um *saber e instrumentos de produção* adequados (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 80-81. Grifos meus).

Deste modo, tais autores propuseram um conceito e uma interpretação histórica para os processos vivenciados por aquelas sociedades, tradicionais ou não, extintas, existentes ou por se construir, que, ao serem pressionadas por uma sociedade englobante como a capitalista, baseada na forma de manejo industrial dos recursos naturais, desenvolveram meios estratégias econômicas, técnicas e culturais capazes de opor resistência à desintegração da sua forma de organização social, preservando, em diferentes medidas, sua base material de reprodução social e sua forma de uso dos recursos naturais (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005). Mais recentemente, o espanhol González de Molina e o mexicano Victor Manuel Toledo se dedicaram a desenvolver melhor no marco teórico da Agroecologia o conceito de “metabolismo (social)”, tal como introduzido por Marx para descrever a relação entre sociedade e natureza (FOLADORI, 2001; MARTINEZ, 2008; FOSTER, 2011):

Ao produzir, consumir e dispensar materiais no ambiente, as sociedades transformam a natureza. Ao mesmo tempo, este ambiente natural modificado

determina as sociedades. Um processo coevolucionário se estabelece entre o ambiente natural e as sociedades. A abordagem epistemológica que analisa tais interações entre a sociedade e o seu entorno material é conhecida como *metabolismo social* ou *societal* (Fischer-Kowalski, 1998) (MARTINEZ, 2008: 1).

Nos desenvolvimentos mais recentes, González de Molina (2012) e Toledo, requalificando o conceito como “metabolismo socioecológico”, caracterizam como “metabolismo agrário” aquele que, ao identificar-se com os princípios descritos pela Agroecologia, seria “capaz de reproduzir, ou manter, os recursos naturais e as relações sociais necessários a sua própria reprodução social” (SCHMITT, 2009).

Distanciando-se de qualquer perspectiva “primitivista”, de negação pura e simples da modernidade, este tipo ideal, em vez de prescindir dos desenvolvimentos técnicos e científicos das sociedades contemporâneas, busca realizar um *redesenho* da relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade⁸⁷. A sua diferença com relação às sociedades industriais se baseia no reconhecimento de que há um limite para o uso da energia através da manipulação da tecnologia (capacidade entrópica e antrópica, isto é, capacidade de transformação sobre os recursos naturais), para além do qual a organização social da produção, em vez de se voltar para atender às necessidades materiais da sociedade, passa a demandar a homogeneização dos processos sociais e ecológicos (SCHMITT, 2009), acarretando um caráter alienante e explorador (GORZ, 2001). Há uma mudança, não em relação à adoção ou não da ciência e da técnica, mas no padrão de seleção em torno do que elas produzem e da sua aplicação, conferindo-lhe uma racionalidade orientada por valores outros além da mera eficiência produtivista. Como esclarece Dominique Guhur:

O que se quer destacar aqui é que na agroecologia não se trata, como observamos em muitos debates [sobre sustentabilidade], de se contrapor “à evolução das forças produtivas”, substituindo técnicas das mais “modernas e avançadas” por práticas arcaicas e supersticiosas. Trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da acumulação capitalista, [que] pressiona por apostas tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total (GUHUR, 2010: 198-199).

Outra abordagem bastante útil para compreender a lógica seletiva por trás da crítica agroecológica à ciência e à tecnologia modernas é a do filósofo Ivan Illich, que viveu e

⁸⁷ A Agroecologia, embora tenha nascido associada com a crítica à Tecnologia tal como aplicada à agricultura dentro dos preceitos homogeneizadores da Revolução Verde, é, por definição (enquanto novo campo, ou enfoque científico), incompatível com qualquer proposta de recusa absoluta da ciência e da tecnologia. Com efeito, em sua base filosófica, podem ser vistas claras relações da Agroecologia com as formulações mais recentes da Teoria Crítica da Tecnologia, que, baseada nas ideias desenvolvidas por Andrew Feenberg a partir da Teoria Crítica de Herbert Marcuse, propõem o redesenho tecnológico como caminho para a emancipação nas modernas sociedades industriais (ver NEDER, 2010). Neste sentido, coincide com alguns debates a respeito do pleno desenvolvimento das *tecnologias sociais* (anteriormente também chamadas *alternativas* ou *apropriadas*) sob o imperativo da *adequação sociotécnica* na perspectiva da ação colaborativa (DAGNINO e NOVAES, 2005).

produziu no México contemporaneamente a Angel Palerm, entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo ele, uma intensificação exacerbada do consumo de energia nas atividades humanas cria sociedades “superindustrializadas”, caracterizadas por soluções técnicas que multiplicam as necessidades, em vez de reduzi-las. Estas representariam o extremo oposto das sociedades “subequipadas”, também opressoras, enquanto, entre as duas, seria possível divisar a construção de sociedades de “tecnologia madura” (ou dotadas de “eficácia pós-industrial”):

Para além do subequipado e do superindustrializado está a eficácia pós-industrial, um mundo no qual a modalidade industrial complementa a produção social sem monopolizá-la. Em outras palavras, existe um lugar para um mundo de maturidade tecnológica. [...] O mundo superindustrializado não admite diferenças no estilo de produção e de política. Impõe suas características técnicas às relações sociais. O mundo da maturidade industrial permite uma variedade de escolhas políticas e culturais. Essa variedade certamente diminui à medida que uma comunidade permite que a indústria cresça à custa da produção autônoma (ILLICH, 2005: 69-70).

Assim, a partir dos levantamentos históricos e antropológicos realizados (sobretudo nas décadas de 1970 e 1980) em diálogo com as dimensões agronômicas e ecológicas de distintas formas de organização social da produção agrícola existentes na América Latina, sob pressão intensa do avanço do capitalismo, pesquisadores como Angel Palerm (antropólogo), Victor M. Toledo (ecólogo), Stephen Gliessman (agrônomo), Miguel Altieri (agrônomo) e os próprios Sevilla Guzmán (sociólogo) e González de Molina (historiador) reafirmaram em suas respectivas equipes e programas de pesquisa a existência de uma correlação histórica entre este tipo ideal e determinados exemplos de manejo socioecológico tradicionais (REMMERS, 1993; ALTIERI, ROSSET e THRUPP, 1998; ALTIERI, 2004 e 2009; SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; SEVILLA GUZMÁN, 2006; GONZÁLEZ de MOLINA, 2009; TOLEDO, 2002 e 2008). A estes e outros autores, interessavam particularmente as soluções concretas (estratégias de resistência caracterizadas pela adoção seletiva de tecnologias e arranjos institucionais) diversamente criadas por estas sociedades para preservar algum grau de autonomia na reprodução social, mesmo sob a condição de hegemonia do capitalismo, a fim de desenvolvê-las com o apoio também das ciências modernas como embriões indispensáveis para aí criar as bases técnicas e socioecológicas para uma efetiva superação do capitalismo (ALTIERI e TOLEDO, 2011; SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005).

As primeiras equipes multidisciplinares ligadas e estes pesquisadores trataram então de descrever, além das técnicas produtivas, as estratégias culturais e econômicas pelas quais diversas comunidades tradicionais, a despeito de haverem efetivamente se transformado na interação subordinada com as relações capitalistas de produção e consumo (WANDERLEY,

2009), recriaram e redesenharam suas tecnologias, centrando-se, para remeter à ideia original de Palerm, “no *manejo inteligente* do solo e da *matéria viva* por meio do *trabalho humano*, utilizando *pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada*” (PALERM, 1980 *apud* SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005. Grifos meus). Isto, por fim, poderia oferecer critérios gerais científicos, que, embora não pudessem ser adotados como verdades científicas a serem difundidas indiscriminadamente, pudessem ser apropriados por processos sociais e políticos como a formulação de uma base ideológica (ILLICH, 2005; GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

A base filosófica da Agroecologia se consolidou assim no sentido de reconhecer que parte importante destas tecnologias desenvolveu, plenamente ou em protótipo, modelos de “eficácia pós-industrial” (para usar a noção mais generalizada de Illich) nos diversos sistemas tradicionais de agricultura (REMMERS, 1993; ALTIERI, ROSSET e THRUPP, 1998; ALTIERI, 2004 e 2009). O ponto agregador entre estes autores de diferentes matrizes teóricas seria, justamente, a perspectiva de que esta relativa autonomia, em seus diferentes graus, representa um objeto de estudo a ser apreendido por um novo campo científico, comprometido com o aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias e arranjos sociais, econômicos e institucionais que se adéquem ao contexto, à escala e à diversidade das sociedades contemporâneas (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005).

Neste sentido, autores como o ecólogo mexicano Victor Manuel Toledo, tomando como referência a “forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona” (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 78), se propuseram a identificar elementos gerais que poderiam indicar os “graus de campesinidade”, que deveriam balizar as políticas de desenvolvimento rural, entre as quais as de extensão rural. Estes graus foram atribuídos a partir “[d]o nível tecnológico de cada momento histórico e [d]o grau de apropriação”, pelas comunidades rurais, das tecnologias disponíveis (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 78). Como indicadores deste modo de uso secundário, o ecólogo mexicano propôs:

a) [fonte e quantidade da] energia utilizada; b) escala ou tamanho do âmbito espacial e produtivo; c) autossuficiência; d) natureza da força de trabalho; e) diversidade; f) produtividade ecológico-energética e do trabalho; g) natureza do conhecimento e, por último; h) cosmovisão (Toledo, 1995). Esse sistema de indicadores tem de ser aplicado desde seus extremos: o modo de uso do campesinato e o modo de uso industrial ou terciário do manejo dos recursos naturais (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005: 82).

A respeito da amplitude das dimensões a serem observadas no estudo das comunidades existentes e seus aspectos prospectivos, Sevilla Guzmán (2006: 13), sugere que

a promoção da agricultura agroecológica, como aquilo que se propõe ao se tratar de uma Extensão Rural Agroecológica, exige “a análise de todo tipo de processo agrário em seu sentido mais amplo, compreendendo o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo”. Subjaz, nesta postura epistemológica, um forte vínculo com as formas de ação coletiva dos camponeses, apontando para o engajamento de seus pesquisadores e extensionistas com as estratégias camponesas de resistência e recriação:

Não é de se estranhar, pois, que a Agroecologia tenha surgido precisamente através de uma interação entre os produtores (que se encontram diante da deterioração da natureza e da sociedade provocadas pelo modelo produtivo hegemônico) e os pesquisadores e professores mais comprometidos com a busca de alternativas [para o desenvolvimento] (SEVILLA GUZMÁN, 2006: 14).

Torna-se evidente, portanto, a vinculação entre pesquisa e ação transformadora (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009; GUHUR, 2010) como preceito intrínseco a uma abordagem agroecológica, estabelecendo diversas consequências epistemológicas (CAPORAL *et al*, 2006; SEVILLA GUZMÁN, 2002) e político-institucionais (CAPORAL, 2009b e 2009c; GONZÁLEZ de MOLINA, 2009). Associa-se deste modo, de maneira muito particular o papel da pesquisa e da extensão rural, remontando à necessidade de uma forte articulação institucional (tal qual existiu na trajetória anterior do Sibrater), mas agora sob um viés de reconhecimento das comunidades rurais como fonte, não exclusiva, mas indispensável de valores e conhecimentos (MUSSOI, 2011; PETERSEN, 2007).

Definimos a **Extensão Rural Agroecológica** como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2005: 3. Grifo do autor).

Decorre que, se as investigações transdisciplinares sobre o *modo agrário (ou camponês) de uso dos recursos naturais*, sobre as soluções técnicas e culturais desenvolvidas por comunidades tradicionais e camponesas de modo a manter, ainda que parcialmente, as bases ecológicas e socioeconômicas de sua reprodução, poderiam apontar princípios fundamentais para a elaboração de políticas de desenvolvimento em diversos campos da atividade humana em sociedade – que caminhassem para o que Illich (2005) chamou de “um mundo de maturidade tecnológica” – a extensão rural deveria estar vocacionada para

contribuir com estas investigações (PETERSEN, 2007). Mas, mais do que isso, deveria ser redesenhada para disseminar estes princípios em práticas produtivas e formas de organização social efetivamente contra-hegemônicas (GUHUR, 2010).

2.4 – PNATER (2003) e Lei Geral de Ater (2010): dos desafios da Extensão Rural Agroecológica ao dualismo na Ater pública no Brasil atual

Com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Governo Federal a partir da posse de Lula em 2003, as expectativas criadas por amplos setores dos movimentos sociais de massas, inclusive os agrários, que historicamente mantiveram alianças com aquele partido (FARIA, 2010; FERREIRA *et al*, 2009; FETZNER e SOUZA, 2003; MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001), de que seriam consolidadas novas relações entre o Estado e as camadas populares, incidindo sobre a estrutura de distribuição de riquezas da sociedade brasileira, de fato, não se concretizaram (FARIA, 2010; FERREIRA *et al*, 2009). Com efeito, em um estudo sobre Estado e participação social realizado em 2010, a socióloga Cláudia Feres Faria reconhecia uma série de inovações nas relações do governo com a sociedade civil organizada, mas alertava para as suas limitações dentro do concerto de governabilidade criado ao longo dos dois mandatos Lula (2003-2010):

Ao assumir a Presidência da República, o governo Lula construiu as bases de um novo pacto com a sociedade civil organizada, por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos. Exemplos destas iniciativas encontram-se na criação do CDES [Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social], nas novas funções assumidas pela SG-PR [Secretaria Geral da Presidência da República], no incentivo à formação de novos fóruns participativos, na elaboração e revisão de um método participativo e na criação do grupo de trabalho organizado entre representantes da sociedade civil e do governo, de forma paritária, para discutir e aperfeiçoar este mesmo método. Tais iniciativas constituem exemplos inequívocos da disposição deste governo de ampliar suas bases de negociação e sustentação política para além dos atores politicamente instituídos como parlamentares, prefeitos e governadores, construindo, assim, formas mais criativas de governabilidade e de desenvolvimento do país. Não obstante, como também ressaltado neste artigo, em que pese os avanços obtidos no que tange à incorporação das OSCs [Organizações da Sociedade Civil] na discussão sobre as diretrizes governamentais, é necessário que esta incorporação torne-se de fato uma política de governo majoritariamente sustentada. Do contrário, os esforços empreendidos até aqui para a construção e o aperfeiçoamento da participação nas políticas públicas do governo Lula podem tornar-se marginais e seletivos, comprometendo, assim, as potencialidades inclusivas que estes mesmos esforços podem gerar (FARIA, 2010: 202).

Do ponto de vista do campo brasileiro, as ações de reformas estruturais, sintetizadas pela pauta de uma ampla Reforma Agrária, se viram francamente frustradas, mesmo em termos de desencadeamento de processos de desconcentração fundiária (FERREIRA *et al*,

2009; TRAJANO, 2010). Para além da Reforma Agrária, pode-se considerar que as esperanças frustradas dos movimentos sociais mais identificados com a perspectiva da agricultura familiar camponesa também incluem a de que as políticas agrícolas específicas finalmente ganhassem escala e seriam institucionalizadas a ponto de superar a sua condição de setor marginal do campo (SABOURIN, 2007). Ainda assim, na linha do lançamento das bases de “um novo pacto com a sociedade civil organizada, por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos” (FARIA, 2010: 202), este período histórico iniciado em 2003 registrou um significativo incremento orçamentário e a institucionalização pontual de uma série de políticas voltadas para a Agricultura Familiar, de modo a reforçar o caráter dualista da política agrícola brasileira:

A dualidade da política agrícola brasileira introduzida pelo segundo governo Cardoso foi assim mantida, institucionalizada e até exacerbada, pelo menos nos discursos. A agricultura familiar (4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) está administrada pelo pequeno Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a agricultura empresarial (550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas) pelo potente Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA). Ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídos segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (SABOURIN, 2007: 716).

No que diz respeito à Ater nesse contexto mais geral de grandes expectativas iniciais e de avanços parciais e contraditórios para a agricultura familiar camponesa, insere-se o processo de construção da Política Nacional de Ater (PNATER). De fato, um dos primeiros atos de governo do primeiro mandato Lula (2003-2006) no que diz respeito à sua ampla base junto aos movimentos sociais agrários foi a assinatura do Decreto 4.739, em junho do primeiro ano de governo (BRASIL, 2003). Em seus breves cinco artigos, o decreto determinou a transferência da “competência [...] relativa à assistência técnica e extensão rural”, bem como “os direitos, as obrigações e os acervos técnico e patrimonial” utilizados para estas atividades, mais quatro cargos de direção, do Ministério da Agricultura (MAPA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, passaram a ser coordenadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, no contexto da construção de uma política pública para a agricultura familiar - AF, no âmbito do Governo Federal, articulada com o desenvolvimento rural sustentável (PNUD, 2011).

Esta pequena mudança administrativa representava naquele momento um primeiro desdobramento a respeito dos amplos debates sobre o papel e o caráter da Ater para a agricultura familiar camponesa. É sintomático que, até então, e apesar dos seminários e

debates havidos ao longo da década de 1990, o Departamento de Ater (DATER) se mantivesse ligado à estrutura do órgão histórica e ideologicamente voltado à agricultura patronal, por sua vez, como vimos no primeiro Capítulo, já há muito desinteressada dos serviços públicos de assistência técnica (PIMENTEL, 2007). Este passo foi portanto considerado o marco institucional inicial para os esforços de retomada da Ater enquanto política estratégica, sob os novos parâmetros que vinham alimentando todo o debate sobre a Agroecologia e a extensão rural desde o repensar da Embrater em meados da década de 1980 e a sua extinção em 1990 (CAPORAL, 2005 e 2009a, MUSSOI, 2011):

Em 2003, [...] por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CAPORAL, 2005: 1).

A PNATER representou, então, uma incorporação dos sujeitos sociais ligados à agricultura familiar e aos movimentos sociais agrários aos processos de elaboração, e posteriormente a alguns espaços de gestão, das políticas de Ater (CAPORAL, 2009a; MUSSOI, 2011). Nesta oportunidade adotou-se claramente a orientação científica e tecnológica da Agroecologia, entre seus cinco Princípios norteadores e também em seu Objetivo geral (CAPORAL, 2011). Segundo este documento, a Ater deveria estar orientada a romper com o padrão tecnológico de agricultura que balizou a própria consolidação dos seus serviços ao longo da segunda metade do século XX, como visto no capítulo anterior. Conforme Caporal (2005: 3):

Do ponto de vista tecnológico, a Pnater também supõe a necessidade de mudanças, pois parte do princípio de que o padrão tecnológico e as formas de manejo dos agroecossistemas que foram instituídos e modelados no escopo das estratégias de “modernização”, centradas nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, não são adequados para o estabelecimento de estilos de agricultura e de desenvolvimento sustentável que são desejados pela sociedade e que passaram a ser um imperativo deste século. Os ideais de sustentabilidade e a segurança das condições de vida das futuras gerações, não são compatíveis com modelos que levam à exclusão social, à expulsão de massas da população rural, num verdadeiro processo de geração de pobreza, de violência, de iniquidade, de subdesenvolvimento, como ocorreu nas décadas do desenvolvimentismo. Os esquemas “modernizadores” da agricultura, sequer são adequados do ponto de vista da manutenção da base de recursos naturais que as futuras gerações vão necessitar para que possam assegurar condições dignas de vida. Trata-se, pois, da necessidade do estabelecimento de uma nova ética socioambiental. Esta “visão de mundo” deve levar à formulação de novos processos sócio-econômicos, que sejam produtivos mas que não percam de vista as dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Por isto mesmo, a Pnater

estabelece a necessidade de adoção dos princípios da Agroecologia e suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que sejam opostas àquelas que foram implementadas ao longo do século passado.

Com isso, a política de Ater se tornou a primeira política pública da esfera federal a incluir a Agroecologia como uma ciência orientadora para o desenvolvimento rural do Brasil, gerando diversos desdobramentos institucionais. Ainda segundo Caporal, ela serviu de baliza para a contratação de serviços de assessoramento a agricultores familiares e beneficiários da Reforma Agrária, bem como para a elaboração de planos e programas de formação de extensionistas (do setor público e do terceiro setor), associando-se em parceria a programas de pós-graduação de diversas universidades, além de orientar a formação de programas próprios e fomentar a institucionalização de programas pré-existentes do Incra nos marcos do PRONERA. Em suma,

[A inclusão da Agroecologia na PNATER] foi, de certa forma, determinante para o surgimento dos mais de 120 cursos de Agroecologia hoje existentes no país, assim como o foi para o estabelecimento do Marco de Referência da Pesquisa em Agroecologia, da EMBRAPA. Ademais, foi decisivo para que o conceito de Agroecologia se tornasse corrente nas instituições de Ater, assim como nas entidades de pesquisa e ensino. Do mesmo modo, editais do CNPq e do MEC tiveram a mesma influência (CAPORAL, 2011: 3).

Outro desdobramento fundamental foi a elaboração e publicação mais recente do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Este decreto, considerado então pelo agroecólogo chileno, Miguel Altieri, a única “lei nacional de Agroecologia” no mundo, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, estabelecendo como objetivo:

[...] integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

A Ater é considerada um dos onze instrumentos para a implementação da PNAPO (entre as quais se incluem o crédito rural, as compras governamentais, medidas fiscais e tributárias de estímulo, a formação profissional e a educação, o seguro agrícola e de renda e a proteção dos preços). Também no Artigo 13, onde é determinada a criação das Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, do Ministério da Agricultura, são previstas as vagas para representantes da Ater ao garantir a participação paritária de agentes públicos, privados e do terceiro setor (BRASIL, 2012).

De fato, as ações de formação e disseminação dos conceitos, princípios e metodologias da Agroecologia a partir do Departamento de Ater do MDA tiveram um notável incremento desde 2003, com a publicação da PNATER (CAPORAL, 2005 e 2009a; MUSSOI, 2011). O mesmo ocorreu com o volume de recursos destinados à formação de agentes nestes pressupostos⁸⁸. Isto pode ser confirmado, não apenas pelos números apresentados, mas também pela análise qualitativa da opinião de agentes ligados ao tema, como demonstra a pesquisa realizada por Eros Mussoi (2011) a partir de entrevistas com agentes ligados à Ater e à Pesquisa Agropecuária em diversos órgãos nos níveis federal, estadual e municipal, além de agentes de organizações não governamentais.

Contudo, estas mesmas entrevistas revelam uma série de obstáculos operacionais, tanto de natureza institucional como política. Os efeitos concretos daqueles incrementos sobre a execução da Ater e, conseqüentemente, sobre a conversão do padrão agrícola e do modelo de desenvolvimento rural brasileiro, segundo se conclui das diversas experiências relatadas, foram marginais, mesmo em termos de formação de tendências. Nos relatos são apontadas duas razões importantes para esta lacuna: o descompasso entre a orientação da política federal e o seu alcance na ponta executiva, que são as entidades estaduais de Ater, e a dualidade das políticas agrícolas do próprio Governo Federal, que deixaria “muito aquém” a possibilidade de implementar uma ATER agroecológica “diante do montante de recursos que são liberados via planos safras para o modelo produtivista e do agronegócio” (MUSSOI, 2011: 68).

O caso da Embrapa é emblemático. Instituição histórica e intrinsecamente vinculada à difusão da Revolução Verde no Brasil, a conquista recente de espaços institucionais voltados para a agricultura familiar, bem como para a Agroecologia, dentro deste órgão são vistas como avanços significativos, ainda que modestos no contexto geral da instituição (ALTIERI e TOLEDO, 2011). Nas entrevistas realizadas por Mussoi com pesquisadores daquele órgão, entre outros aspectos, ressalta como evidente limitação a “gritante disparidade na disponibilização de recursos voltados para a agricultura convencional” (MUSSOI, 2011: 73). Além disso, grande parte das pesquisas em Agroecologia que contam com deliberado apoio institucional da Embrapa, segundo um dos entrevistados, se restringiria aos níveis elementares da “base agroecológica” (substituição de insumos), precisamente a condição mais adaptada à mercantilização, à visão liberal de promoção da agricultura orgânica e à lógica

⁸⁸ Segundo tabelas organizadas por Mussoi (2011: 64-65) a partir de dados do MDA, os recursos federais para Ater saltaram de R\$ 42 milhões em 2003 para R\$ 626 milhões em 2010, enquanto o número de agentes de Ater formados diretamente pelo DATER (MDA) e indiretamente em parceria com as entidades estaduais passou de 1.137 em 2004 para cerca de 45 mil em 2010.

ecotecnocrática da “intensificação verde” (CAPORAL, 2007; SABOURIN, 2007; GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Decorre que, tanto na Extensão Rural como na Pesquisa Agropecuária, a execução local de ações baseadas no enfoque agroecológico segue representando experiências pontuais, mais resultado de esforços individuais, ou de pequenos grupos, do que uma ação institucional, mesmo entre as entidades oficiais:

[...] existe um enorme descompasso entre a política pública federal e suas intencionalidades estratégicas e a sua implementação por parte das entidades estaduais. Mas há que se ressaltar que são executados por entidades oficiais e OnGs, de maneira pontual, uma série de experiências com grupos que praticam Agroecologia. Isto muito mais em função efetivamente de trabalhos individuais (ou de pequenos grupos) de técnicos(as) do que uma efetiva ação institucional. O mesmo se pode afirmar da Pesquisa Agropecuária (MUSSOI, 2011: 70).

Quanto ao trabalho de assessoramento das OnGs, elas são frequentemente elogiadas inclusive pelos agentes públicos entrevistados, pelas inovações técnicas e metodológicas que desenvolvem com base na Agroecologia como preconizada na PNATER. Ao mesmo tempo, têm seu alcance relativizado pelo caráter focal que em geral assumem, sem autonomia financeira ou grande abrangência territorial – o que teria sido agravado nos últimos anos em função de escasseamento de recursos para estas entidades (MUSSOI, 2011). Em relação ao trabalho das OnGs de assessoramento rural agroecológico, vale ponderar alguns aspectos levantados por um dos entrevistados membro de uma organização do terceiro setor, que coincide com a importância particular atribuída por outros autores ao papel assumido por estas entidades (CANUTO, 1998; PETERSEN, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2006). Nele, o agente, mesmo afirmando a imprescindibilidade de entidades oficiais, públicas, efetivamente fortalecidas para que seja disseminada a Agroecologia, defende que:

O segundo aspecto que merece destaque na política [PNATER] é o reconhecimento de que um serviço de ATER público não se resume àquele prestado por organizações oficiais (governamentais). Nesse particular, o reconhecimento do caráter público dos serviços, sem ânimo de lucro, prestados por ONGs e por organizações da agricultura familiar expressa um avanço substancial para a democratização do Estado brasileiro. *Além de democratizar o acesso aos recursos públicos, esse reconhecimento abre espaço para que os serviços de ATER se diversifiquem metodologicamente, se capilarize e amplie as margens para o exercício da criatividade nas práticas e nas formas de interação com as comunidades e famílias rurais* (MUSSOI, 2011: 74. Grifo meu).

Outra questão levantada por este técnico revela ainda o aspecto das restrições de ordem legal impostas à efetividade do incremento de recursos e ações de Extensão Rural Agroecológica. Mussoi assume que estas se constituem restrições típicas da dificuldade de ajuste de um modelo de ação como o pressuposto pela Agroecologia, que, por natureza e

definição, ou seja, para que se desdobre na transformação do padrão agrícola brasileiro, exige em última análise parâmetros inovadores de gestão tanto em relação à adequação socioecológica da execução da política quanto aos procedimentos de controle social. Tanto seria assim que os efeitos de restrições de base legal como estas sobre a materialização de serviços de Ater voltados para atender às necessidades da agricultura familiar camponesa são sentidos há tempos (CORTEZ e EMMANUELA, 2005) e até hoje (CAPORAL, 2011):

Os obstáculos legais referem-se à inadequação do marco jurídico que regula o uso de verbas públicas por organizações do terceiro setor e mesmo para instituições oficiais de ATER. De fato, a legislação de licitações públicas vigente (Lei 8666) mostra-se absolutamente inadequada para o uso de recursos públicos em programas de ATER, que por natureza devem ser flexíveis e ajustados às especificidades locais, algo que as normativas de uso dos recursos públicos pela modalidade de convênio praticamente inviabiliza. O marco legal de financiamento público hoje vigente no país, configura um ambiente jurídico e institucional extremamente adverso para que programas de ATER possam operar com recursos governamentais de forma eficiente, eficaz e com base em mecanismos efetivos de controle social, cujo foco não seja restrito, apenas, à utilização dos recursos financeiros, mas que contemplem, de fato, uma aferição consistente dos efeitos do trabalho realizado (MUSSOI, 2011: 75).

Uma reflexão mais profunda, no entanto, a respeito da dificuldade de se formular uma proposta de efetiva adequação do marco jurídico com força e coesão política suficientes para se aprovar leva a outras questões abordadas por autores como González de Molina, e que em última análise atingem em cheio a questão da prevalência política do modelo ligado ao agronegócio exportador através da reafirmação do dualismo na política agrícola brasileira – bem como dos seus efeitos na relativização das conquistas alcançadas. Trata-se da sua proposta de elaboração de uma disciplina científica, bem como de construção de uma ideologia comum, o que ele chamaria de *Agroecologia Política*⁸⁹. Grosso modo, sua proposição se baseia na constatação de que para a reversão do modelo de desenvolvimento rural são insuficientes as bem sucedidas experiências localizadas de produção agroecológica, dada a enorme escala dos interesses econômicos e das demandas civilizacionais em jogo (como o desafio colocado pela perspectiva de aprofundamento da crise alimentar e da miséria nos próximos anos a escala mundial). Sem abordar diretamente a questão da superação do modo de produção capitalista, que será mais discutida e aprofundada por autores do campo marxista (FOLADORI, 2000 e 2001; GUHUR, 2010; FOSTER, 2011; HADICH, 2012), González de Molina abordará a imperiosidade de se construir algo que poderia ser definido como um *programa político* que tenha como horizonte construir um sistema agroalimentar

⁸⁹ Segundo Manuel González de Molina, o conceito de Agroecologia Política é inspirado nos aportes teóricos de dois campos interdisciplinares já relativamente consolidados, a Ecologia Política e a Economia Ecológica.

que coincida com o metabolismo socioecológico de tipo agrário, tanto em níveis locais como regionais e nacionais. Defende que, sem isto, não se poderia confrontar factivamente questões necessárias para materializar políticas que conduzam a outro tipo de desenvolvimento rural, pelo menos à escala que as crises alimentar e ecológica exigem.

Com efeito, a Ecologia Política pode ser entendida em sentido estrito e, por outro lado, em sentido amplo. Como disciplina se ocupa do desenho e produção de ações, instituições e normas tendentes a promover a sustentabilidade. Mas em um sentido amplo, a Ecologia Política é concebida também como uma ideologia que, em competição com outras, se consagra a difundir e converter em hegemônica *uma nova forma de organizar o metabolismo socioambiental* baseado no paradigma ecológico e, portanto, na sustentabilidade (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 48).

Pode-se considerar que o caso recente de elaboração de políticas públicas com foco na Agroecologia no Brasil representa um avanço neste sentido. Mas o mais interessante da abordagem de Molina para uma análise mais completa dos percalços de tais políticas no Brasil, talvez seja a percepção de que isto exige a formulação de uma ideologia, no sentido mais amplo, de normas orientadoras, e que teriam como atores indispensáveis, os movimentos sociais de corte camponês ou vinculados à perspectiva agroecológica.

A busca da sustentabilidade dos sistemas agrários requereria, pois, uma Agroecologia Política que se convertesse em uma disciplina e, ao mesmo tempo, em uma nova forma de pensar a agricultura e as relações que alcançasse a maior difusão possível (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 48-49).

Do mesmo modo, Altieri e Nicholls (2010: 71) defendem que, porque a adoção de um padrão sustentável de agricultura requer mudanças estruturais significativas (para além de inovação tecnológica, redes e solidariedade agricultor a agricultor), é fundamental a ação coordenada de movimentos sociais capazes de propor transformações radicais, tanto quanto nas técnicas agrícolas, “nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam o que se produz”.

Os autores remetem ao conceito-chave da *soberania alimentar*, em contraponto ao de segurança alimentar⁹⁰, para reforçar o argumento. Segundo os autores, “os movimentos

⁹⁰ De acordo com Mendes (2009), o conceito de segurança alimentar tem sua origem na Conferência Mundial sobre a Alimentação, promovida pela Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU), em 1974. Esta Conferência, segundo a autora, foi dominada pela discussão das políticas agrícolas sob o ponto de vista das empresas ligadas às indústrias de agroquímicos, sobressaindo, portanto, propostas para acabar com a fome e a desnutrição por meio do imperativo do aumento da produção agrícola mundial, a todo custo. O caminho indicado para tanto seria a adoção, por toda parte do globo, do modelo de grandes propriedades monocultoras e o emprego massivo de insumos químicos, fertilizantes, agrotóxicos, além da intensa mecanização. Leia-se: a intensificação da revolução verde junto aos países em desenvolvimento. Como se pode notar, esta Conferência coincide com o auge do processo de modernização conservadora levado adiante pelas políticas de Ater e de crédito subsidiado no Brasil. Para Stedile e Carvalho (2010), o conceito de “segurança alimentar” teria se firmado, na década de 1990, com a pretensão de obrigar os diferentes países a implementar políticas públicas a fim de resolver o problema da fome de sua população, mas entrou em

campesinos e indígenas que se baseiam na agricultura”, como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), já apresentam, neste conceito, uma percepção consolidada de que o controle camponês sobre os territórios (em todas as suas dimensões, econômicas, tecnológicas, culturais, políticas – e fases, cultivo, processamento, transporte e comercialização) é fundamental para prover, com segurança e equilíbrio socioecológico, as próprias famílias, as suas comunidades e, por que não dizer, também as populações urbanas.

Os movimentos sociais agrários abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que defende que um comércio internacional injusto pode solucionar o problema da fome no mundo. A soberania alimentar foca na autonomia local, nos mercados locais, nos circuitos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de conhecimento de agricultor a agricultor. De fato, a soberania alimentar constitui a única alternativa para promover circuitos locais de produção-consumo, e ações organizadas para conquistar o acesso à terra, água, agrobiodiversidade etc., recursos-chaves que as comunidades rurais devem controlar para poder produzir alimentos com métodos agroecológicos (Rosset, 2009) (ALTIERI e NICHOLLS, 2010: 71)

Neste sentido, eles defendem que tais movimentos compreendem que é no atendimento simultâneo às necessidades dos camponeses pobres e da população não agrícola também de baixa renda que são criadas as condições para a superação do modelo da agricultura intensiva em insumos e/ou em capital. Ou seja, depende de uma pressão massiva, envolvendo vários setores da sociedade que passam a se compreender afetados pelo modelo de agricultura ostensivamente degradante e excludente:

Considerando a urgência dos problemas que afetam a agricultura, são necessárias alianças que possam promover com rapidez a agricultura sustentável entre agricultores, organizações da sociedade civil (incluindo consumidores), assim como importantes organizações de pesquisa comprometidas. Avançar rumo a uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sã será o resultado da ação coordenada de movimentos sociais emergentes no setor rural com

consonância com os preceitos do neoliberalismo, que avançava então pelos países subdesenvolvidos da América Latina. Assim, a fome e a desnutrição deveriam mais do que nunca ser atacadas pela especialização dos diferentes países nos artigos da sua “vocação produtiva”, novamente o incremento do uso da tecnologia, a máxima produção de excedentes e, por fim, a liberalização do comércio internacional, a fim de facilitar o escoamento da produção entre os diferentes países. Enquanto na Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) de 1996, em Roma, sobressaía a noção de segurança alimentar nestes termos, a Via Campesina Internacional, ao realizar um Fórum paralelo com a participação de organizações camponesas de diversos continentes, no qual se destacou o protagonismo das camponesas, contrapôs pela primeira vez o conceito de soberania alimentar. Este visava assegurar que “cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos” (STEDILE e CARVALHO, 2010: 9). Segundo os autores, a partir daí, este conceito foi se afirmando como, mais do que uma definição, “um princípio e uma ética”, em outros fóruns e encontros camponeses, nacionais e mundiais, como a Conferência Mundial de Soberania Alimentar, em Mali (2007) e a Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas, em Cochabamba, Bolívia (2010), que passaram a compartilhar diversas noções e princípios comuns, também, à Agroecologia. Firmou-se, desde então, uma aliança entre diversas organizações de camponeses e de “consumidores, ambientalistas, nutricionistas, pesquisadores, cientistas, movimentos de saúde pública e com governos progressistas que construíram coletivamente esse novo entendimento de soberania alimentar” (STEDILE e CARVALHO, 2010).

organizações da sociedade civil que estão comprometidas apoiando as metas destes movimentos de agricultores. A expectativa é a de que através da pressão política constante dos agricultores organizados e os membros da sociedade civil, os políticos se tornem mais responsáveis [pela promoção] da soberania alimentar, a preservação da base de recursos naturais e por assegurar a igualdade social e a viabilidade econômica (Rosset, 2009) (ALTIERI e NICHOLLS, 2010: 72)

Tomando este pano de fundo, cabe analisar criticamente os desdobramentos legais da PNATER desde o processo inaugural em 2003. Depois de atravessar todo o primeiro e boa parte do segundo governo Lula aguardando a apresentação de um projeto de lei a fim de consolidá-la enquanto política de Estado e adaptar o marco jurídico às suas exigências específicas de operação⁹¹, o processo de aprovação da Lei de Ater⁹², no último ano do segundo governo Lula, se revelou um grande retrocesso ao desconstruir o documento anterior da PNATER (MDA, 2007). Mais grave ainda, desconstruiu e prescindiu de todo o processo participativo ativado em torno dele (CAPORAL, 2011; MUSSOI, 2011).

Hoje em dia, quando se fala em Pnater, é preciso qualificar o discurso. Muitos dos envolvidos com o tema ainda se referem à Pnater elaborada em 2003, embora, por força legal, ela já não exista. De fato, legalmente, a Pnater de 2003 nunca existiu. Mas o que muitos ainda não sabem é que ela foi substituída por uma nova Pnater, instituída pela Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Hoje, quando se fala em Pnater, o que vale, oficialmente, é a Pnater instituída pela Lei supra citada. A outra agora é a **velha** Pnater de 2003 (CAPORAL, 2011: 2. Grifo do autor).

Enquanto as alterações realizadas no marco jurídico (relativo à dispensa de licitação para contratação dos serviços) pouco afetaram o “gargalo” da continuidade dos trabalhos de assessoria técnica financiados com recursos governamentais, o processo político sumarizado de construção da proposta, que prescindiu da mobilização de sugestões e da construção de legitimidade política a partir dos atores vinculados à Ater e à Agroecologia, gerou sérias incoerências (CAPORAL, 2011). Quer dizer, isto em relação ao processo social e político cujo marco institucional foi a transferência da competência sobre a Ater para o MDA, porque, de ponto de vista mais abrangente sobre a trajetória recente do Estado brasileiro, representou uma acomodação mais eficiente deste Ministério, ou pelo menos da Política de Ater, à já mencionada *dualidade* em relação à política agrícola brasileira de modo geral, tal como descrito por Sabourin (2007).

⁹¹ Segundo Caporal (2011), à época lotado como Coordenador de Formação no DATER/MDA, e também um dos agentes entrevistados por Mussoi (2011), a principal justificativa para a pressa tardia na apresentação do projeto de Lei da Ater, inclusive para a forma sumária como foi regulamentada, referindo-se ao “ambiente jurídico e institucional adverso”, era exatamente “desbloquear esse gargalo sentido seja pelas OnGs seja pelas instituições oficiais nos estados (as Emateres e suas congêneres)” (MUSSOI, 2011: 75).

⁹² A Lei nº 12.188 (“Lei de Ater”) foi publicada em de 11 de janeiro de 2010. Sua regulamentação, dispendo sobre o Programa Nacional de Ater, foi publicada através do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010.

A análise da tramitação da Lei de Ater no Congresso Nacional realizada por Fidelis *et al* (2010) pode ser esclarecedora a esse respeito. Revela como a ausência de um processo participativo com os agentes e beneficiários da Ater foi decisivo para a “exclusão da palavra Agroecologia do conjunto das orientações” (CAPORAL, 2011: 3), e das suas implicações mais profundas, da PNATER. Mas revela mais do que isso: como a chamada “bancada ruralista”, como mero fenômeno de uma hegemonia estrutural e econômica muito mais abrangente e menos visível, não somente estava atenta aos seus debates, como conseguiu impor os seus interesses ao reverter o caminho de construção de uma Política de Extensão Rural *Agroecológica* para o país.

A proposta enviada pelo MDA, através da Casa Civil, já havia excluído o termo Agroecologia. Após manifestações da sociedade civil, durante a tramitação na Câmara, emenda apresentada por um deputado da base do governo, Beto Faro (PT/PA), propôs a “qualificação das equipes [...], em especial, com habilitação em *técnicas* de Agroecologia e *outras técnicas* poupadoras de produtos químicos” (FIDELIS *et al*, 2010: 5. Grifos meus), já reservando o caráter discricionário, como também a abordagem sumariamente técnica do conceito. Mesmo assim, a emenda foi recusada e o termo cedeu lugar à expressão “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica” (FIDELIS *et al*, 2010: 12-13). Os próprios autores se confundem ao utilizar a elaboração de autores como Caporal, para quem o primeiro termo não pode ser resumido a um “modelo de agricultura”, ou a uma “política pública”, considerando adequada a substituição por uma expressão que em análise própria, o mesmo Caporal definiria como “de duvidosa eficácia”. Mas, do ponto de vista político (tanto social como institucional), o mais significativo certamente foi o conjunto da redação finalmente aprovada: “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque *preferencial* para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” (BRASIL, 2010a). Segundo Caporal (2011: 3-4):

Obviamente, o enunciado acima, que faz parte dos princípios da Pnater estabelecidos em Lei, não dá conta da complexidade proposta na versão da Pnater-2003 e sequer se aproxima da perspectiva agroecológica, na medida em que se preocupa somente com os sistemas de produção, não dando conta das multidimensões da sustentabilidade defendidas pelo campo da Agroecologia (CAPORAL, 2011: 3-4).

Neste caso, a redação aprovada confirma a perspectiva dualista da política agrícola brasileira, incorporando-a à orientação da Política de Ater, fortalecendo a tendência à secundarização dos esforços para enfrentar a complexidade da implementação da Agroecologia na prática da execução dos serviços de Ater – já metodológica e

ideologicamente habituados à replicação do modelo convencional, quando muito, realizando meras adaptações de perfil ecotecnocrático para atender à noção genérica de sustentabilidade (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). Assim, apesar de constituir a primeira “lei de Ater” da história do país, uma demanda histórica do mesmo caldo político que multiplicou a presença normativa e institucional dos pressupostos da Agroecologia, ela foi caracterizada, justamente, por retirar as menções a ela do seu marco orientador legal, e debilitar suas implicações metodológicas e institucionais (CAPORAL, 2011). Abriu-se, vale dizer, caminho para uma ambivalência pragmaticamente conservadora em torno do princípio norteador da Política Nacional de Ater.

Afinal, não bastassem as diversas dificuldades operacionais para a materialização, na ponta da execução, das ações com clara orientação normativa baseada na Agroecologia – dificuldades estas que vinham gerando uma série de iniciativas e articulações interinstitucionais criativas, sobretudo com as universidades, em termos de formação de agentes públicos e da sociedade civil (MUSSOI, 2011: 67) –, foi instituído legalmente um caráter seletivo quanto à adoção da Agroecologia na Política de Ater (que, por sua vez, com seu novo nível de institucionalização, aprofundou sua tendência ao incremento de recursos e carteira de ações, chegando a atingir, já no governo Dilma, a perspectiva concreta de recriação de uma Agência Nacional de Ater; pauta, aliás, assumida pela principal liderança da bancada ruralista⁹³).

Os reflexos práticos de como resultou a Lei de Ater puderam ser inicialmente observados em pelo menos em duas dimensões do modelo de financiamento federal dos seus serviços:

i) conceitual-referencial – na redução, à primeira vista, da proporção de editais para contratação de serviços de Ater que estabelecem a transição agroecológica como uma das linhas de ação;

Como primeira consequência da lei de Ater, o estudo de Diniz, Tavares de Lima e Almeida (2011), destaca que, das primeiras 148 Chamadas de Projetos de Ater [após

⁹³ A respeito dos interesses em torno da Agência de Ater e da incerteza sobre os rumos adotados pelo governo Dilma, a seguinte matéria é esclarecedora: “Para Jean Marc Von Der Weid, do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA: Agricultura Familiar e Agroecologia, a proposta de criar de uma empresa de extensão rural não é o problema. ‘O problema é como ela será, que tipo de serviços chegará até as famílias agricultoras, os assentados. Se ela cumprirá a decisão da CNTER (Conferência Nacional de ATER), que definiu a agroecologia como modelo a ser promovido na assistência técnica’, explica ele. Outra preocupação é porque a Kátia Abreu quer levar o serviço de ATER, com a criação da Agência, para o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as políticas desse ministério são direcionadas ao desenvolvimento do agronegócio”. Conferir: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/285-incertezas-sobre-o-destino-da-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-no-brasil>.

a sua publicação] apenas 28 apresentam a transição agroecológica entre as linhas de ação (CAPORAL, 2011: 3).

ii) metodológica – mesmo nos editais que apresentam “nominalmente a transição agroecológica como prioridade” (MUSSOI, 2011: 75), ao estabelecer metas generalistas e impor formas estritas de trabalho, também sem abertura ao debate com as entidades e organizações camponesas interessadas e conhecedoras da realidade em questão. Estas orientações metodológicas seriam, em particular, patentemente incompatíveis com as exigências de um processo construtivo, socioecologicamente adaptado e politicamente emancipador, tal como preconizado na (agora, *velha*) PNATER, como detalham com a apresentação de exemplos, tanto Caporal como Mussoi (Grifos meus):

No caso de uma das Chamadas, por exemplo, [...] deverão ser realizadas, em um ano, 8.100 visitas técnicas (três por unidade familiar de produção), 450 reuniões, envolvendo 150 grupos de 18 agricultores, e 30 Dias de Campo com a participação de 30 grupos de 90 agricultores. Estas metodologias exigidas pelas Chamadas e reproduzidas no projeto do IPA evidenciam um *extremado caráter burocrático*. Quer dizer, as famílias que forem cadastradas como assistidas por este projeto, deverão, a priori, *participar de todas estas atividades conforme os grupos que forem estabelecidos pelas conveniências operacionais dos executores* (CAPORAL, 2011: 5).

Um dos argumentos empregados para a escolha desse formato que privilegia as visitas individuais em detrimento das dinâmicas coletivas baseadas em processos coletivos é a necessidade de controle do banco de horas dos técnicos contratados pela entidade vencedora da concorrência pública. Ou seja: uma *subversão completa do método de trabalho em razão de uma necessidade burocrática* que poderia ser solucionada de outra forma caso a questão houvesse sido debatida com mais profundidade com as organizações da sociedade civil e com as instituições oficiais que já avançaram na superação do paradigma difusionista. [...] *O que se percebe no formato propugnado pelos editais é que se pretende ‘difundir’ a proposta agroecológica com os instrumentos e pressupostos metodológicos clássicos da extensão rural, herdados do paradigma da modernização*. Como se sabe, não há nesses instrumentos e pressupostos um papel ativo reservado aos(as) agricultores(as), cabendo aos técnicos(as) um papel definidor como portadores exclusivos do conhecimento válido. Isso exclui as possibilidades do estabelecimento de redes de inovação local com base no enfoque “de agricultor a agricultor” já tão bem consolidado no campo agroecológico (MUSSOI, 2011: 75-76).

Voltando às dificuldades de operacionalização das iniciativas de viés agroecológico, mesmo no período pré-Lei de Ater (2010), aparece nos relatos colhidos por Mussoi outro importante aspecto, que joga luz sobre a constatação anterior de que as experiências em Extensão Rural Agroecológica, mesmo entre as entidades oficiais, na prática, se mantiveram restritas a experiências pontuais – e por isso mesmo sobressai para nós, já que o foco aqui é o papel da Ater nos rumos do desenvolvimento rural brasileiro. Trata-se do grau de interferência da configuração política local (revelando relações patrimonialistas de favorecimento a interesses político-econômicos locais por parte de chefias e direções das

entidades) e as relações de dependência econômica direta e consequente orientação ideológica das entidades em relação às “grandes agroindústrias” (MUSSOI, 2011: 70-71).

Haja vista o escopo do autor serem os desafios da “transição institucional” para uma Extensão Rural Agroecológica, suas conclusões se concentram nas debilidades operacionais do próprio MDA, enquanto gestor da PNATER e dos respectivos programas financiados com recursos federais, e em recomendações⁹⁴ para “enquadrar as empresas [estaduais] de ATER pública e fiscalizar se de fato fazem Agroecologia a partir de programas e projetos duradouros e não apenas em ações pontuais e marginais que não mudam nada” (MUSSOI, 2011: 72). Mas o quadro aqui, ainda mais tendo em vista os últimos desdobramentos com relação à disputa aberta na estrutura do governo federal e entre os sujeitos políticos do desenvolvimento rural no Brasil em torno da gestão e coordenação nacional⁹⁵, e ao correspondente novo *status* institucional⁹⁶ assumido pela Política de Ater, impõe outro tipo de abordagem.

⁹⁴ Mussoi conclui que a implementação de uma Extensão Rural Agroecológica, ou seja, o desencadeamento de um processo de “transição institucional” nas entidades competentes para que a Ater cumpra seu papel na conversão agroecológica do país, precisa reconhecer e desconstruir o padrão clássico de gestão (que, baseado em alto grau de hierarquias e autoritarismo, se revela adequado para a difusão do padrão tecnológico da Revolução Verde, mas incapaz de lidar com a diversidade e a complexidade de soluções exigidas pela disseminação da Agroecologia). Além disso, o autor recomenda um foco na preparação direta dos altos gestores das entidades executoras (estaduais), a fim de contribuir para que onde haja condições favoráveis (recursos financeiros, ações e programas específicos, combinados com a disponibilidade de equipes multidisciplinares fundamentadas nos novos pressupostos) elas sejam mais bem aproveitadas visando processos de “construção do conhecimento” (MUSSOI, 2011). Por fim, em relação ao MDA, em relação ao qual sobressai a constatação de uma debilidade na estrutura operacional destina à Extensão Rural Agroecológica, reafirma a urgência de superação da carência de pessoal em termos tanto de número como de qualificação, propondo um amplo treinamento correspondente, a fim de permitir que o órgão de fato execute a necessária “conformação às linhas a serem seguidas” e para “negociar a sua implementação com as entidades” executoras de Ater, obtendo capacidade para analisar tecnicamente os projetos submetidos por elas e supervisionando a execução de modo a superar a tendência à utilização pura e simples da “terminologia agroecológica” como forma de maquiagem os projetos que são, na prática, de repetição do modelo difusionista (MUSSOI, 2011: 84-85).

⁹⁵ Em reunião do Grupo de Trabalho Estratégico – GTE Pós-Conferência de Ater, em julho de 2012, já se registrava o interesse do MAPA (Ministério da Agricultura) em reassumir a competência sobre a Ater, no contexto da criação da respectiva Agência: “o Diretor do Dater, Argileu Silva, fez uma contextualização da proposta de criação do Sistema Nacional de Ater e da proposição da Entidade Nacional de Coordenação de Ater vinculada ao MDA. Informou que o MAPA já institucionalizou um GT com a responsabilidade de elaborar uma proposta de criação de uma ‘Agência Nacional de Ater’ vinculada ao MAPA, com a responsabilidade de ‘regulação’ e avaliação dos serviços de Ater. Essas duas propostas estão buscando atender o pronunciamento da Presidenta Dilma em favor a criação de uma entidade que coordene os serviços de Ater no Brasil. Os debates, no entanto, revelaram profundas diferenças dentre as duas proposições. Nesse tema, ficou encaminhado que o MDA se encarregará de construir um documento a partir do que foi discutido nos dias 18 e 19/07 com a ASBRAER e a Frente Parlamentar e com as sugestões levantadas no debate do GTE, nos dias 23 e 24/07. O documento servirá para subsidiar as discussões nas diferentes representações da sociedade civil, no Comitê de Ater, com os Secretários Estaduais de Agricultura, com os Delegados Estaduais da AF, Parlamentares, Empresas Estaduais de Ater, CONSEA e no CONDRAF. Democratizando a proposta e tornando-a de conhecimento público” (FASER, 2012). Conferir: <http://www.faser.org.br/noticias.php?id=592>.

⁹⁶ Em declaração recente, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, informou que, de acordo com a proposta do governo Dilma, a Agência Nacional de Ater (Anater) terá em torno de 130 funcionários e contará no seu primeiro ano com um orçamento da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Conferir: <http://www.nacaoruralista.com/noticia?id=16899>.

A questão subjacente, embora mencionada, não explorada por Mussoi, é a condição hegemônica dos principais setores econômicos que controlam o conjunto da cadeia do agronegócio (SAUER, 2008) sobre o ambiente institucional brasileiro, sobretudo em relação às políticas agrícolas e, também, agrárias, configurando-se esta última um campo de disputa incontornável para consolidar uma Extensão Rural efetivamente Agroecológica (ALTIERI e TOLEDO, 2011). Em outras palavras, uma limitação estrutural se mantém, contra o pleno desenvolvimento da Extensão Agroecológica, que é o que leva os desafios da sua consolidação, necessariamente, a ter que se identificar com a construção de uma via camponesa para o desenvolvimento: o imenso volume de acumulação de riquezas proporcionado pelo modelo da agricultura capitalista (aí incluída a agricultura familiar empresarial) e as projeções de seus interesses sobre o sistema político e as estruturas institucionais vigentes. Segue a mesma constatação a conclusão de Altieri e Toledo (2011), ao analisar globalmente os obstáculos, em que pesem as suas peculiaridades históricas e culturais de cada caso, para o contexto de concreta expansão e amadurecimento da Agroecologia na América Latina:

Apesar dos patentes sucessos [na multiplicação de experiências produtivas, sociais e epistemológicas em torno da Agroecologia no continente], persistem muitos fatores capazes de limitar ou restringir sua difusão e implementação mais plenamente. As principais reformas se devem fazer nas políticas, instituições e programas de pesquisa para assegurar que estas alternativas agroecológicas sejam transferidas de forma massiva, equitativa e acessível. [Contudo] é preciso reconhecer que uma limitação importante para a difusão da agroecologia é que os poderosos interesses econômicos e institucionais seguem respaldando a pesquisa e o desenvolvimento agroindustrial, enquanto a pesquisa e o desenvolvimento da agroecologia e os enfoques sustentáveis têm sido ignorados e condenados ao esquecimento na maioria dos países (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 29).

Calle Collado e Gallar, em um artigo de 2010, evidenciam algumas destas interpenetrações entre os Estados nacionais e os interesses das corporações econômicas do sistema agroalimentar. Tomando emprestado o conceito de *Império* aplicado por Ploeg aos sistemas agroalimentares, definido como a própria interpenetração, o intercâmbio e as simbioses entre o Estado e os mercados, afirmam que a “remoção de fluxos ascendentes de cooperação social [dos camponeses] se apóia no desenvolvimento de uma espécie de proteção pública para as transnacionais, alianças de mãos visíveis entre o Estado e o mercado”. Para tanto, concorrem, por exemplo,

o papel da Organização Mundial do Comércio, a pressão de grupos como Monsanto na construção de agendas políticas da OMC e dos próprios Estados, a criação de *lobbies* a favor de uma revolução baseada na transgenia, como é a iniciativa AGRA [Alliance for a Green Revolution in Africa] (ligada à Fundação Melinda e Bill Gates), os apoios aos grandes produtores em detrimento dos pequenos e médios [...]

ou a leniência frente ao matrimônio especulativo entre o setor financeiro e os mercados alimentares são exemplos de laços entre o setor público e os interesses de multinacionais do setor agroalimentar (CALLE COLLADO e GALLAR, 2010: 2).

O caso específico e recente do Brasil, portanto, no que diz respeito aos avanços institucionais para o campo da Agroecologia, e em particular, na sua interação com a Extensão Rural, parece adequar-se bastante bem a esta tendência, contra a qual se exigiria a constituição de uma visão estratégica coletiva, mobilizada pelos atores coletivos interessados. O próprio Caporal, entre o final de 2008 e o início de 2009, ainda no papel de Coordenador Geral de Ater, no MDA, apresentou a seguinte constatação:

Diante da evidência de uma série de avanços concretos do campo agroecológico, observados nos últimos dez anos, ousamos sugerir que é hora do Brasil repensar seu desenvolvimento agrícola e rural e adotar, imediatamente, um programa de curto, médio e longo prazo, capaz de superar ou minimizar, pouco a pouco, a crise socioambiental gerada pelo atual modelo (CAPORAL, 2009b: 267)

Para usar um termo caro à Agroecologia, este passo além poderia ser sintetizado como a necessidade de formular “estratégias e políticas públicas capazes de dar um novo rumo ao alterado processo de *coevolução* do homem com o meio ambiente resultante do modelo agrícola da Revolução Verde” (CAPORAL, 2009b: 268. Grifo meu). Naquela oportunidade, Caporal elaborou uma série de propostas que se propunham a responder ao desafio. Efetivamente, não se trata aqui de avaliar tais propostas em concreto, mas de demarcar, assim como González de Molina (2009), a centralidade do fortalecimento de uma *perspectiva política agroecológica* junto ao conjunto dos sujeitos sociais implicados, em especial as organizações populares. De modo correlato, segundo duas intelectuais orgânicas do MST dedicadas ao estudo da Agroecologia e da Educação do Campo:

A contribuição específica da (agro)ecologia [...] está na restauração da fratura metabólica entre o homem e a natureza, numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano, algo que entretanto só pode ser plenamente alcançado numa ordem social que supere as relações capitalistas (GUHUR e SILVA, 2010: 3-4).

Compreende-se como, no caso da presente análise histórica das políticas de Ater no Brasil, tal programa político para a Agroecologia corresponderia à promoção de uma *via camponesa para o desenvolvimento* (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; ALTIERI e TOLEDO, 2011). Para tanto, cabe finalizar o presente trabalho abordando algumas características do desenvolvimento das experiências relatadas por Altieri e Toledo em relação à América Latina, confrontando as limitações expressas acima com a demanda estratégica de algo como uma *Agroecologia Política*.

2.5 – Extensão Rural Agroecológica e os movimentos camponeses: aliança em meio a um novo “campo de disputa” sobre as vias para o desenvolvimento rural no contexto latinoamericano

Nos anos 2000, autores como Manuel González de Molina, Juan Infante Amate, Ángel Calle Colado e David Gallar se dedicaram a construir autocríticas em torno do desenvolvimento alcançado pelo enfoque agroecológico, e, conseqüentemente, propor novas elaborações teóricas voltadas para potencializar a capacidade transformadora da Agroecologia a partir do seu desenvolvimento prático e conceitual. Defenderam assim, sobretudo o primeiro, a “necessidade de uma Agroecologia Política” (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 46. Ver também: GONZÁLEZ de MOLINA e AMATE, 2010; CALLE COLADO e GALLAR, 2010). Seu objetivo principal, com esta proposta, seria buscar superar o que ele considera um excessivo localismo da maioria das experiências agroecológicas, ou seja, sua limitação de “replicação em escalas nacionais e regionais” (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 55). Isto seria importante para evitar, como diz o autor, o aprisionamento destas experiências no que Altieri, Rosset e Thrupp (1998) chamaram de “*ilhas de êxito*, em um oceano de privação, pobreza e degradação ambiental” (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 56. Grifo do autor), buscando de fato fazer transcenderem as experiências localizadas de produção agroecológica para estratégias consistentes de desenvolvimento rural sustentável, para regiões e países inteiros.

Tal necessidade se imporia pelo contínuo avanço das multinacionais agroalimentares⁹⁷ sobre os sistemas de conhecimento, ecológicos e de organização comunitária em equilíbrio simbiótico no mundo. Para ele, este avanço do capitalismo, entendido como um processo de acumulação de capital a partir da apropriação da *endogenia socioecológica*⁹⁸ destas populações, resulta em uma crise alimentar da agricultura industrial, definida pela concomitância de altos níveis de produtividade, e até superprodução de

⁹⁷ Altieri, Rosset e Thrupp (1998) falam de uma “renovada revolução verde”, e Canuto apresenta uma visão semelhante, de Graziano da Silva, constatando, no fim do século XX, o aprofundamento da revolução verde (a partir do seu remodelamento): “O paradigma da modernização, agroquímico e mecânico, não apenas não está esgotado, mas está em seu clímax [...] É certo que está sendo questionado, mas vejo muito mais um prolongamento, uma reativação, com ajustes, da sua trajetória” (1998: 42).

⁹⁸ A respeito da relação desta endogenia sócioecológica com a sustentabilidade, González de Molina diz que “o grau de autonomia resulta ser um atributo essencial da sustentabilidade [...] [pois] a autonomia de um sistema de produção está estreitamente relacionada com a capacidade interna de suprir os fluxos necessários para a produção” (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 54).

alimentos, com a condição de patente insegurança alimentar em escala global (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Assim, para contrapor este processo, González de Molina passou a defender, inclusive como uma autocrítica ao “movimento agroecológico”, a elaboração de “critérios claros” em torno dos “aspectos políticos em sentido amplo”, definindo este esforço como o de uma disciplina científica denominada Agroecologia Política (tomando como base sobretudo aportes da Ecologia Política e da Economia Ecológica). Em um contexto dominado hegemonicamente pelo paradigma inverso, compreenderia a tarefa fundamental desta disciplina oferecer ferramentas para fortalecer o vínculo entre as entidades e movimentos sociais de diversas frentes, de alguma forma conectados à questão da sustentabilidade na produção de alimentos, a fim de projetar políticas institucionais abrangentes, para sua promoção efetiva no processo de desenvolvimento nacional (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Para superar a tendência ao isolamento das experiências em Agroecologia, segundo González de Molina (escrevendo desde sua perspectiva europeia), seria indispensável “mudar o modelo de produção e de consumo nos países ricos”, o que exige necessariamente reformas político-institucionais tanto nos países ricos como nos países pobres – evidentemente que com atenção especial às políticas agrárias. Ele nega que aquela mudança seja utópica, por irrealizável, observando que medidas do tipo se encontrariam na arena política ao citar a linha geral da reforma propostas pelo então Comissário de Agricultura da União Europeia, Franz Fischler, mas pondera que são transformações que tampouco se realizariam tranquilamente:

Desde logo, não se alcançará tal logro sem a pressão dos interessados e do movimento ecologista em geral. Para tanto será necessário estabelecer um nível de coordenação das ações e de intercâmbio e qualificação da informação disponível muito superior ao atual [para poder influir politicamente], no qual as experiências e propostas agroecológicas estão reduzidas a âmbitos locais ou circulam em circuitos certamente internacionais, mas demasiado acadêmicos (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 45-46).

O autor defende que, para além dos aspectos técnicos que têm mostrado grandes vantagens e viabilidade cada vez mais reconhecidas no âmbito acadêmico e dos organismos internacionais, o desenvolvimento do enfoque agroecológico pouco desenvolveu, ou tem mesmo negligenciado, a elaboração de soluções para os “aspectos políticos em sentido amplo (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 46). Na sua perspectiva, até são construídos indicadores sociais e políticos em alguns casos, mas falta algo como um *Programa* de ação para generalizar a Agroecologia, promover um desenvolvimento rural com base nos seus

princípios, tendo como pano de fundo a escala dos interesses políticos e econômicos (se poderia dizer, a estrutura econômica) que está em jogo. Tal Programa de ação, ou ainda, *perspectiva política* comum, visaria atender à carência:

[...] de critérios que fomentem e orientem a participação nas instituições governamentais (nos distintos níveis: local, estadual ou federal), que são chave para se estabelecer regulações e normas que favoreçam o desenvolvimento e a ampliação das terras e territórios nos quais se materializa a agricultura sustentável (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 47).

Ele advoga então a necessidade de construção de “critérios claros” (científicos?) a respeito de temas incontornáveis, entre os quais exemplifica: (i) se há a necessidade ou não de regulações, fomentos e subsídios voltados à agricultura de base ecológica; (ii) proposição de medidas para a melhoria da renda dos camponeses pobres; (iii) o conceito de equidade, bem como a pertinência de conceitos como a reforma agrária; e (iv) a validade de diferentes regimes de propriedade dos recursos naturais (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Neste sentido, Sevilla Guzmán e González de Molina (2005) afirmam a relevância do conceito de ecologismo popular (ou ecologia dos pobres), formulado por Joan Martínez Alier. Este autor vislumbrou o potencial de uma estratégia ecológica para o desenvolvimento, desde que forjada a partir das pautas e formas de lutas populares ao redor do mundo, sem que necessariamente se apresentassem sob os termos do ambientalismo ou da ecologia⁹⁹. Para as estratégias de replicação e ganho de escala das experiências agroecológicas, conforme propõe González de Molina, seria fundamental o desenvolvimento do potencial ecológico dos camponeses, promovendo uma ressignificação dos conflitos (e do papel dos camponeses, no enfrentamento das questões pautadas) em que são atores (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Deste modo, surge como elemento estratégico a formação de alianças mais claras com movimentos e atores sociais não diretamente vinculados à questão agrária, inclusive os sujeitos coletivos urbanos, a fim de demonstrar a “complementaridade da maioria das reivindicações camponesas” com as suas demandas diretas (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 67). Uma síntese para a proposta de Agroecologia Política é enquanto *ideologia geral capaz de produzir normas e critérios morais que orientem os conflitos sociais a promoverem um*

⁹⁹ Sobre a ideia de um *ecologismo popular*, conferir a entrevista com o historiador ambiental brasileiro José Augusto Pádua realizada por Martínez Alier, na abertura da revista catalã de *Ecología Política*, então dirigida por este último. Nela se aborda, por exemplo, a aplicação deste conceito no desenvolvimento de diferentes vertentes do movimento ambientalista no Brasil (com suas correntes ecológicas e sócioecológicas), sendo o chamado ecologismo popular representado emblematicamente pela luta dos seringueiros nos anos 1980, liderados por Chico Mendes; ou também, segundo o entrevistado, na aproximação, incipiente naquele momento, de movimentos sociais como o MST com a Agroecologia (PÁDUA, 1996).

desenvolvimento rural sustentável, ou seja, a formulação de um Programa político agroecológico, ou uma *perspectiva política* agroecológica (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

Calle Colado e Gallar (2010) remetem à promoção de redes cooperativas, não apenas entre espaços, mas, pode-se dizer, movimentos urbanos e rurais, defendendo que se podem observar inovações que desafiam o sistema agroalimentário global, no que diz respeito ao controle de fluxos da produção. Segundo os autores, as inovações sociais acarretariam uma pressão sobre outros agricultores (e segmentos sociais), tornando críveis outras estratégias de reprodução material das suas vidas, famílias e comunidades. A interação e articulação entre organizações do campo e da cidade em torno dos debates sobre alimentação, sustentabilidade e justiça social, criando novas redes de cooperação que interfiram sobre os fluxos de produção permitiriam constituir exceções no sistema político capazes de se tornar conquistas sociais futuramente, isto é,

Abre caminho, e esta é outra consequência positiva em termos de transição agroecológica, para a recriação de outras lógicas que fortaleçam esta transição [...] Interpretamos que a recente emergência de articulações entre organizações camponesas e outros segmentos, muitos deles inseridos no âmbito urbano, supõe, intrinsecamente, uma estratégia de ampliação destas dinâmicas de cooperação. O apoio a iniciativas de agricultura urbana ou periurbana, a inclusão de uma perspectiva de sustentabilidades forte em detrimento de uma economia ambiental capitalista, ou a problematização crescente da situação da mulher em zonas rurais são, em nossa opinião, testemunho deste desejo por alimentar uma transição social agroecológica (CALLE COLLADO e GALLAR, 2010: 17).

No caso do Brasil, de modo interessante, desde a menção embrionária à Agroecologia enquanto suporte técnico e epistemológico para a disseminação de estilos alternativos de agricultura em atividades de assessoramento de entidades não-governamentais, nas décadas de 1980 e 1990, passando pela sua adoção como pauta identitária comum de movimentos sociais agrários e outros segmentos, inclusive urbanos, da sociedade civil (SEVILLA GUZMÁN e MIELGO, 2005; PETERSEN e ALMEIDA, 2006), e o seu fortalecimento institucional na academia e em esferas institucionais normativas, nos anos 2000 (CAPORAL, 2005; 2009a e 2011), ela esteve sempre associada aos debates da Ater e às experiências de Extensão Rural críticas ao difusionismo e aos parâmetros da Revolução Verde (CAPORAL *et al*, 2006; CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Do ponto de vista analítico, bem como dos próprios sujeitos sociais, é fato que em geral não se trata de referenciar um “movimento social agroecológico” autônomo (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009: 55; PETERSEN e ALMEIDA 2006: 48^{ss}), já que, tanto pelos pressupostos epistemológicos quanto pela práxis política estabelecida nas alianças com os movimentos camponeses, em geral os atores sociais que empunham a defesa da Extensão

Rural Agroecológica, de modo geral, o fazem através da incorporação menos ou mais intencional de redes sociotécnicas mais ou menos fluidas (DAGNINO, 2005; MIOR, 2009; SABOURIN, 2009). Em todo caso, pode-se utilizar operacionalmente o conceito de “movimento agroecológico” para se referir justamente à atuação política em conjunto de uma série de organizações que busca unificar determinado conjunto de valores, posicionamentos e propostas diante de embates políticos, isto é, apresenta traços de uma “ideologia agroecológica” comum (GONZÁLEZ de MOLINA, 2009).

No Brasil isto se manifestou, por exemplo, na própria forma de organização e na trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia (PETERSEN e ALMEIDA, 2006: 40-ss). Metodologias e formatos variados, mas conceitualmente assemelhados estariam também na base própria da formação da Rede AS-PTA, Rede Ater Nordeste, Associação do Semiárido – ASA, do Centro de Agricultura Alternativa – CAA (Norte de Minas), Rede Pacari, Rede EcoVida entre outras, todas (algumas organizações de fato, outras redes de organizações) compondo a ANA (PETERSEN e ALMEIDA, 2006; SCHMITT, 2009). Destacam-se também as atuações das organizações de estudantes universitários de Agronomia – FEAB e de Engenharia Florestal – ABEEF, que atualmente integram também a Via Campesina. Tanto nacionalmente quanto nas suas regiões estas entidades se articulam com diferentes organizações e movimentos de trabalhadores rurais, grupos específicos de mulheres, povos tradicionais, agricultores familiares, atingidos por barragens e toda a diversidade de sujeitos do campo, entre as quais se destaca, por sua representatividade e pela mobilização de pautas e categorias intrínsecas à Agroecologia, a Via Campesina Brasil, ela mesma uma articulação de diversos movimentos. Assim mesmo, é notória a presença de sujeitos, pautas e esferas de atuação, técnica, epistemológica e também política, urbanas.

Em relação à existência de uma identidade ideológica prévia entre as ONGs de assessoramento agroecológico e os movimentos sociais do campo, o que por ser atribuído principalmente para aquelas organizações surgidas no contexto da década de 1980, período da redemocratização e de emergência da contestação à agricultura convencional (ao qual corresponde também, não por acaso, a surgimento do que se chamaria de “movimento social extensionista”, também em sua interface com a luta pela Reforma Agrária e em torno da Agroecologia), vale registrar a seguinte passagem:

Inclui-se [...] o trabalho da Rede PTA, dado que o desenvolvimento deste conjunto articulado de organizações foi fundamental na capacitação de muitos técnicos, do ponto de vista técnico, metodológico e político. Além disso, é bastante comum que os agentes das organizações tenham tido experiências anteriores de caráter político. Toda a luta contra a ditadura militar e seu modelo econômico, assim como toda a

mobilização crítica ao modelo agrícola, socialmente injusto e ecologicamente perverso, produziram o pano de fundo sobre o qual se construiu sua formação política. A formação propriamente agroecológica, em muitos casos, surgiu depois. Em outros casos existia a conjugação da militância política com a agroecologia. O trabalho de organização política no âmbito da agricultura familiar foi, de todo modo, fundamental como experiência para a aplicação posterior da agroecologia (CANUTO, 1998: 53).

Assim, referindo-se ao que seriam “cinco zonas geográficas da América Latina” entendidas como “pólos de inovação tecnológica, cognitiva e/ou social” da Agroecologia, dado o grau relativo de maturidade que alcançou esta perspectiva em tais contextos sociopolíticos, Altieri e Toledo (2011) anotam que “talvez nenhum outro país tenha experimentado um crescimento mais espetacular da agroecologia do que o Brasil” (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 17)¹⁰⁰. Uma afirmação, embora relativa, tão categórica, certamente se deve a uma questão de escala, mas é notório que se fundamenta qualitativamente, em grande parte, a partir do desenvolvimento de iniciativas de extensão e assessoramento rural havido no Brasil desde a década de 1980 (e seus mútuos desdobramentos sobre a disseminação dos conceitos e técnicas da Agroecologia junto às comunidades rurais e as organizações camponesas e sobre a formação de pesquisadores e extensionistas que, gradualmente, teriam passado a ocupar espaços na formulação e gestão de diversas de políticas públicas¹⁰¹). Não seria à toa, por exemplo, que boa parte dos intelectuais de referência da Agroecologia no Brasil estejam vinculados ao extensionismo, oficial ou do terceiro setor.

Vale destacar, como o fazem os dois autores, como “talvez o aspecto mais transcendente” do processo de desenvolvimento da Agroecologia aqui, “o encontro ideológico entre a agroecologia e as principais organizações rurais e políticas do Brasil”, citando as

¹⁰⁰ Ao lado do Brasil, os outros quatro “pólos da Agroecologia” na América Latina são: Cuba, México, a região andina de Bolívia, Peru e Equador e os países do norte da América Central (Nicarágua, Guatemala e Honduras) onde se desenvolveram as ações identificadas pelo conjunto de ferramentas, ou Movimento, denominado *Campesino a Campesino* (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

¹⁰¹ Expressamente, Altieri e Toledo corroboram a afirmação sobre o grande avanço da perspectiva agroecológica no Brasil, enumerando: os aportes teóricos oferecidos desde a década de 1980 (entre os quais citam os trabalhos seminais de Lutzenberger e Primavesi); a difusão das técnicas e conceitos da Agroecologia entre a população rural promovida por OnGs, organizações de agricultores e de estudantes; a ocupação gradual de espaços institucionais como os centros universitários e de extensão rural, bem como de postos-chave em diversos órgãos administrativos de governos estaduais e do governo federal, desdobrando-se em inúmeras iniciativas, como financiamento de projetos educativos e de pesquisa na área do desenvolvimento agrícola sustentável e um conjunto de políticas para oferecer acesso ao conhecimento, ao crédito e aos mercados para as famílias camponesas; a consolidação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, destinada a reunir camponeses, pesquisadores e técnicos de OnGs em debates sobre avanços e estratégias coletivas, e da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, como um instrumento estratégico para a coordenação de esforços entre estes segmentos e a sociedade civil como um todo. Os autores citam ainda a conquista de espaço no seio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que “conta com programas de agroecologia promovidos por cientistas vinculados à ABA, ANA e aos movimentos sociais utilizando a agroecologia como marco de pesquisa” (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 18-19).

organizações sindicais (CONTAG e FETRAF) e a busca pela qualificação e reapropriação da Agroecologia promovida por movimentos sociais com suas escolas e cursos autônomos (destacando o exemplo da Escola Latinoamericana de Agroecologia, no Paraná) e a escala potencializada pela popularização desse enfoque em uma base de cerca de 1,5 milhão de membros, citando apenas o caso do MST (ALTIERI e TOLEDO, 2011). A este respeito, vale observar:

A criação das escolas técnicas de agroecologia do MST no Paraná encontra-se no bojo dos dois movimentos antes referidos: de luta pelo direito à educação, potencializada pelo movimento Por uma Educação do Campo, e de construção de um **Projeto Popular de Desenvolvimento para o Campo**, que reafirma (e recoloca em outro nível) a identidade camponesa no enfrentamento ao agronegócio, cujo modelo de produção e tecnológico oferece um horizonte que pode, enfim, por em questão a permanência do camponês, concluindo, assim, o processo de separação dos produtores diretos de suas condições de produção (destacando-se os Organismos Geneticamente Modificados-OGMs e a nanotecnologia). **A reprodução social dos camponeses passa a exigir um repensar sobre os sistemas de produção e as tecnologias até então adotadas.** [...] O V Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, foi um “marco” nesse sentido e a partir de então a agroecologia se converteu em objetivo estratégico no Movimento (GUHUR e SILVA, 2010: 3).

Algo semelhante à ideia de Projeto Popular de Desenvolvimento para o Campo pode ser observado na perspectiva adotada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, quando menciona o seu Plano Camponês (GORGEN, 2012), e que são fundamentais para compreender os desafios de uma Extensão Rural Agroecológica. Pois destas visões decorre o entendimento de que a atuação dos agroecólogos, sejam eles “técnicos”, “extensionistas”, pesquisadores ou educadores em Agroecologia, de modo geral, deve ser compreendida enquanto uma ação de perfil militante, comprometido com a transformação social em sentido abrangente. Guhur costuma ir além, dizendo que nas escolas de Agroecologia do MST (de nível médio-técnico e superior, mas que envolvem atualmente também cursos de pós-graduação), são formados “militantes-técnicos-educadores em Agroecologia”, a fim de atender aos desafios colocados, simultaneamente, pela conversão da matriz tecnológica de produção e pela *transformação social* através da superação do capitalismo (GUHUR, 2010; HADICH, 2012).

Apesar da aparente despolitização do discurso ambiental hegemônico, é importante ter presente que a questão ecológica envolve, na atualidade, “[...] a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos, e até mesmo, de certos países” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 1), destacando-se os camponeses dos países da periferia do capitalismo. Os movimentos indígenas e camponeses compreenderam essa importância; foi por essa razão que a agroecologia se tornou uma questão estratégica no MST, que se criaram as escolas de agroecologia, e que as reflexões conduziram à elaboração do Diálogo de Saberes (GUHUR, 2010: 201).

Entende-se que estas observações corresponderiam à perspectiva de constituição no Brasil de esforços como os preconizados por uma Agroecologia Política, tal como apresentada anteriormente. Em um nível, ainda que incipiente, relativamente avançado¹⁰² no que diz respeito aos esforços para buscar generalizar a Agroecologia. Neste sentido, concorrem legislações, normas, programas, planos e políticas diversas, entre as quais podemos citar a “Lei da Agricultura Familiar” (11.326/2006), a “Lei de Ater” (12.188/2010) e a respectiva regulamentação, instituindo a Política (PNATER) e o Programa Nacional de Ater (PRONATER), e o Decreto 7.794 de 2012, instituindo a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, 2012), prevendo o respectivo Plano Nacional para 2013. Podem-se agregar ainda as inferências, muitas vezes diretas, em outras políticas, como entre as diretrizes da Política (PNSAN, Decreto 7.272 de 2010) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2012), ou de forma tangencial, como na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, Decreto 6.040 de 2007), no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (2009) ou na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR, Resolução 75 do Condraf, 2010).

Tais conquistas, evidentemente, ganhariam importância na medida em que “permitam que os camponeses tenham um maior acesso aos conhecimentos agroecológicos, assim como à terra, às sementes, aos serviços públicos, mercados solidários etc.” (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 29). O que dificilmente ocorreria sem uma reversão e algum nível de rompimento com as prioridades da política agrícola do país:

A Via Campesina sustenta há muito tempo que os agricultores necessitam terra para produzir alimentos tanto para suas próprias comunidades como para o seu país. Por esta razão, tem defendido verdadeiras reformas agrárias em temas relacionados com o acesso e o controle da terra, da água e da biodiversidade agrícola, entre outros processos de vital importância para poder satisfazer à crescente demanda de alimentos (Martinez-Torres e Rosset, 2010). A Via Campesina crê que para proteger os meios de subsistência, o emprego, a segurança alimentar da população e a saúde, assim como o meio ambiente, a produção de alimentos deve permanecer em mãos dos camponeses a escalas que lhes permitam torná-lo sustentável, pelo que não deve ser deixada sob o controle de grandes companhias de agronegócios ou cadeias de supermercados (Via Campesina, 2010). Somente reduzindo as exportações, cuja produção está baseada na agroindústria e comercializada através do livre comércio, e enfatizando a produção doméstica, poderá haver um decréscimo da pobreza, da migração rural-urbana, da fome e da degradação ambiental (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 27-28).

¹⁰² Em entrevista recente, Miguel Altieri, além de pontuar que o Brasil é o “único país que tem uma lei nacional de Agroecologia no mundo”, afirmou que o país “está muito mais avançado que o resto da América Latina em tudo relacionado aos mercados alternativos, como a Rede Ecovida, que é um ponto de referência latinoamericano”. Conferir: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Miguel-Altieri-Precisamos-de-agricultura-com-estrategias-de-adaptacao-para-mudancas-climaticas%0a/3/29772>.

O papel da Ater deve passar, deste ponto de vista, necessariamente, pelo reforço das sobarenias alimentar, energética e tecnológica, assumindo claro compromisso com a formação de mercados autônomos e autogestionados direcionados para atender gradativamente ao abastecimento descentralizado da população brasileira. Para tanto, os espaços de formulação e de gestão participativa das políticas de Ater devem ser empoderados a ponto de enfrentar os interesses das grandes cadeias do agronegócio empresarial, seja abdicando das cadeias de insumos, de distribuição de alimentos e exportação e financiamento da produção. Sem tal compromisso, o destino da produção familiar camponesa será, no melhor das hipóteses, o de atender a alguns nichos de mercado por um lado e, por outro, apenas arrefecer a pressão social e demográfica do campo sobre a cidade, abdicando, em contraste, da própria segurança alimentar da população brasileira.

Com a formulação de novas políticas para a Ater sob o enfoque agroecológico, pôde-se observar a olhos vistos os diversos limites para sua implementação, culminando com o retrocesso em relação à orientação federal da Ater. É justamente para oferecer instrumentos de análise para estes fenômenos e desafios que González de Molina propõe, enquanto disciplina científica, uma Agroecologia Política, sob a perspectiva militante mencionada anteriormente como característica indissociável do conhecimento agroecológico. Sob tal perspectiva, a questão que se coloca para um tema como o abordado aqui é: de que forma a Extensão Rural Agroecológica, no Brasil, cumpriria seu papel para produzir “normas e critérios orientadores dos conflitos sociais”, tal como pressuposto por González de Molina (2009), de modo a vislumbrar o “novo desenvolvimento rural, necessário e possível”, para usar a expressão de Caporal (2009c)?

É esclarecedora aqui a comparação com algumas características apresentadas por Altieri e Toledo em relação aos outros quatro pólos referidos como de inovação cognitiva e social da Agroecologia na América Latina.

O exemplo de Cuba é radical, em tal abordagem. Pressionada a buscar a sua soberania alimentar, energética e tecnológica mais do que qualquer outra nação ocidental, simultaneamente pelo embargo estadunidense e pelo colapso da União Soviética, o governo e a população da Ilha se viram forçadas a realizar uma conversão massiva do modelo de agricultura baseado no uso de insumos químico-industriais (desde o combustível para as máquinas, e as próprias máquinas, até os fertilizantes químicos e os agrotóxicos), mais de 65% dos alimentos que abastecem o país são produzidos com base em sistemas agrícolas de baixa escala, utilizando tração animal e controle biológico de pragas em desenhos

agroecológicos integrados. Além de uma grande produção de hortaliças em pequenos espaços urbanos nos grandes centros, a maior parte da produção agrícola e da criação de suínos é realizada por pequenos agricultores independentes ligados à *Asociación Nacional de Pequeños Agricultores* – ANAP, que atuam também como pesquisadores e promotores das técnicas e conceitos que desenvolvem, ainda que também atue na disseminação da Agroecologia uma entidade de formação, pesquisa e extensão rural estatal¹⁰³ (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 19-20).

Esta última característica ligada à disseminação dos conhecimentos é o traço mais marcante também da experiência centroamericana vivenciada em especial pelas comunidades indígenas e camponesas da Guatemala, Honduras e Nicarágua (em interação ainda com algumas organizações do México e, posteriormente, de Cuba). Trata-se da metodologia, ou do Movimento Popular, como preferem os autores, denominado *Campesino a Campesino* – CAC (ou pedagogia camponesa), e se fundamenta em um sistema de troca de conhecimentos direta entre agricultores camponeses, que vão estabelecendo experiências agroecológicas exitosas em suas propriedades e assumindo o papel de promotores a partir da construção de metodologias, linguagens e demonstrações próprias que estabelecem diálogo direto entre os conhecimentos empíricos, ou tradicionais, e aqueles advindos da incorporação da ciência e da tecnologia agroecológica. Os números relacionados à disseminação de práticas de conservação do solo e da água, bem como aos incrementos produtivos (e em resiliência frente a catástrofes naturais) produzidos paralelamente à redução da demanda por insumos químicos e tecnologias industriais chamaram a atenção de diversos pesquisadores (e movimentos sociais de outros países, inclusive o MST no Brasil, que adota a metodologia em algumas de suas escolas, bem como algumas OnGs ligadas à Articulação Nacional de Agroecologia) pela significativa autonomia, isto é combinação de baixos custos com um processo socialmente mobilizador e formador de novas lideranças (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 20-22).

Nas regiões andinas do Peru, Bolívia e Equador, e também no caso do México, o quinto pólo, concorrem fatores culturais e históricos fundamentais, como a existência de técnicas e tecnologias pré-coloniais que apresentam elevados índices de resiliência e eficiência produtiva e energética e que, além de dialogarem culturalmente com os valores e reminiscências de grandes parcelas da população rural e serem extremamente adaptadas às condições ecológicas dos seus territórios, têm sido cada vez mais estudados, redescobertos e reaplicados a partir de inovações e aperfeiçoamentos para as condições técnicas e sociais

¹⁰³ Asociación Cubana de Técnicos Agrícolas y Forestales – ACTAF.

contemporâneas. Tudo isso, combinado com uma crescente efervescência social e política desde pelo menos duas décadas, caracterizada por movimentos “essencialmente rurais, descentralizados, autônomos e organizados por meio de redes, que passaram a incidir sobre os novos movimentos sociais de caráter urbano”, e que “encontram sua origem nas comunas, nas cooperativas e associações de produtores camponeses” (TOLEDO e ALTIERI, 2011: 22).

No México, conta ainda uma peculiaridade excepcional, derivada do processo revolucionário vivido no início do século XX que permitiu, “dois avanços impensáveis para sua época e de enorme atualidade”, a “*re-campesinização* do agro, como produto do fracionamento dos latifúndios e o resgate e a re-invenção da *matriz mesoamericana*, ao dotar novamente de terra os povos indígenas mediante o reconhecimento de suas propriedades ancestrais” (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 25). Como resultado dos processos desencadeados diretamente pela Revolução Mexicana, porções imensas do território mexicano (cerca de 66%, incluindo de 70-80% dos bosques e florestas, contendo “as principais fontes de água, de biodiversidade e recursos genéticos do país”) permanecem sob controle comunitário de comunidades camponesas e indígenas, mesmo após diversas investidas de desconstrução promovidas por décadas de governos neoliberais, nos períodos recentes¹⁰⁴ (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Sobre tal pano de fundo, propondo a perspectiva de um modelo de desenvolvimento rural que tenha a capacidade de suplantar o dualismo da política agrícola e agrária brasileira, podemos retomar uma última vez o questionamento central deste trabalho, agora afirmando a conjuntura atual do campesinato no mundo frente à expansão do capitalismo no campo, nos seguintes termos:

Contra todas as opiniões dos estudiosos que vaticinavam a desaparecimento do campesinato ou ao menos que duvidavam de sua permanência no médio prazo (ver Chayanov et al, 1977, de Janvry, 1981, Bryceson et al, 2000), os camponeses incrementaram sua presença social, cultural e política no mundo, de tal sorte que uma estimativa realizada em dezessete países registrou um aumento dos pequenos proprietários em 220 milhões entre 1990 e 1999 (Toledo & Barrera-Bassols, 2008). Isto tem levado a se proclamar o “retorno dos camponeses” (Pérez-Vitoria, 2005), a recampesinização dos espaços rurais, inclusive os europeus (Ploeg, 2010), e o reconhecimento de seu novo papel como força de resistência frente à agricultura industrial e o neoliberalismo (Perez-Vitoria, 2010) (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 27).

¹⁰⁴ Graças ao imenso controle de territórios por parte de comunidades camponesas e indígenas desde a reforma agrária promovida com a Revolução Mexicana, o “singular acervo biocultural” existente no México gerou um quadro em que, neste país, “as experiências agroecológicas não se reduzem apenas à agricultura, mas implicam sistemas socioecológicos de gestão de recursos naturais, incluídos os bosques, a recuperação de terras degradadas e a conservação da agrobiodiversidade. Durante as três últimas décadas, numerosas comunidades têm começado a recuperar o controle de suas propriedades florestais e estão dedicadas à produção ecológica de uma ampla variedade de produtos madeireiros e não madeireiros” (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 25).

Esta percepção coincide ainda com dados da FAO utilizados por González de Molina (2009: 31), que apontam para uma projeção de estabilização mundial (ou leve incremento) entre as populações vivendo no campo (algo como 3.3 bilhões de habitantes em 2030). Este incremento significativo da população do campo, a despeito ou em concomitância com o incremento populacional nos meios urbanos coloca uma série de questões, inclusive sobre a necessidade de se definir melhor o conceito de cidades quando ganha nova escala, exatamente pela via da Agroecologia, a promoção da agricultura urbana ao mesmo tempo em que se ressignificam as “privações” associadas ao campo – ou dito de outra forma, quando se ressignifica o próprio conceito de ruralidade (SAUER, 2003). Nesse caso, incide claramente, ainda que em parte, sobre a *fratura* ou *falha metabólica* descrita por Marx n’“O Capital” (FOSTER, 2011), abrindo caminho ao mesmo tempo para estabelecer novas relações econômicas, políticas, culturais e socioecológicas entre as populações rurais e urbanas, e em particular entre os movimentos populares desta nova configuração social e produtiva. Em sua conclusão, Altieri e Toledo afirmam que:

Uma expressão [...] deste fenômeno [de recampesinização dos espaços rurais] foi sem dúvida a aparição de uma opção internacional camponesa, que ninguém se atreveu a imaginar apenas algumas décadas atrás: a Via Campesina (ver Desmarrais, 2007) (ALTIERI e TOLEDO, 2011: 27).

Tomado este arco comparativo, observamos como no contexto atual do Brasil atores sociais significativos do debate sobre a reestruturação da Ater (setores entre os movimentos sociais agrários, instituições universitárias e de pesquisa, OnGs de assessoramento técnico e entidades públicas de extensão rural) se encontram, embora não sem divergências, em uma dinâmica de legitimação da perspectiva agroecológica, tanto em meio à sociedade quanto em diálogo com setores do aparelho estatal (da execução de políticas à formulação de leis). Recolocando a questão central da seguinte forma: em que medida a Ater no Brasil hoje pode cumprir um papel em promover a transcendência de uma perspectiva política agroecológica para uma política de desenvolvimento rural agroecológico, emerge como obstáculo comum a ordem social e econômica vigente. Ou dito de outra forma, as dinâmicas atuais do capitalismo global não apenas agrário, e a posição que o Brasil nele ocupa.

Greening a revolução verde não será suficiente para reduzir a fome e a pobreza; nem para conservar a biodiversidade. Se as causas primordiais da fome, da pobreza e da injustiça não se enfrentam cara a cara, as tensas relações entre o desenvolvimento social equitativo e a conservação ecológica saudável obrigatoriamente se acentuarão. Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza do monocultivo e dependam de insumos externos, ou de sistemas de comércio justo destinados a não mais que a agroexportação, oferecem muito pouco aos minifundistas, já que estes se tornam dependentes de ingressos externos e mercados estrangeiros voláteis. Os mercados orgânicos ou justos para os ricos do norte apresentam os mesmos

problemas de qualquer esquema de agroexportação que não prioriza a soberania alimentar perpetuando a dependência e a fome. Ao manter-se a dependência dos agricultores sobre métodos de substituição de insumos, contribui muito pouco para conduzir os agricultores a uma otimização produtiva dos agroecossistemas que os distancie da dependência de ingressos externos e dependa mais do desenho agroecológico que privilegia os processos mais que os insumos (ALTIERI, 2009b: 47-48).

Assim, considerando que haja a tendência a se consolidar uma perspectiva política (como proposto nos marcos de uma Agroecologia Política) comum a esse conjunto de atores sociais e políticos do campo brasileiro, e de esforços concretos para transcendê-la para uma política de desenvolvimento rural agroecológico, as políticas de Extensão Rural cumpririam um papel progressista ao associar-se aos esforços para a formulação de quais, afinal, seriam os dispositivos coletivos (ou instituições sociais) indispensáveis, sejam eles novos ou reapropriados com as devidas adaptações das experiências bem-sucedidas do passado ou de outros lugares, para construir uma via camponesa, para o desenvolvimento do país, não em convivência, mas em oposição e exclusão com o agronegócio exportador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como, entre as décadas de 1960 e 1970, o processo de federalização da coordenação e orientação das políticas de Ater consolidou o paradigma difusionista-productivista e a implantação da modernização agrícola, que culminaram na atual relevância do agronegócio, chegando a construir o discurso da sua imprescindibilidade, o processo de reorganização do Sibrater poderia cumprir um papel fundamental para viabilizar a construção do paradigma agroecológico de desenvolvimento, vislumbrando políticas públicas para uma corrente de desenvolvimento rural sustentável que rompa com a Revolução Verde e desencadeie o processo para assentar as bases de uma via camponesa para o desenvolvimento. É certo que, no campo de disputa da afirmação de uma extensão rural *sustentável*, demonstra força a corrente ecotecnocrática que, baseada nas premissas da intensificação verde, alinha-se à readaptação do modelo difusionista de extensão rural e resulta em especialização dos serviços de Ater em promover a integração subordinada das famílias rurais, submetendo a diversidade socioecológica da agricultura familiar camponesa à seletividade homogeneizadora e excludente do capitalismo agrário. E que essa reedição da Ater convencional tende a fortalecer o modelo agroexportador, com todas as consequências socioambientais reconhecidas como resultado direto da disseminação da Revolução Verde.

Nota-se, por outro lado, como a corrente crítica a esta intensificação, que vem afirmando os pressupostos da Agroecologia, fortalece a tendência, em termos de estrutura institucional, iniciada em 2003 de envolver (através dos três segmentos de atores sociais diretamente engajados na Ater – organizações sociais da agricultura familiar e camponesa, entidades de assessoramento técnico e extensão rural do aparelho estatal e do terceiro setor e centros de pesquisa, oficiais ou não – e de outros setores do Estado) o conjunto da sociedade no planejamento e execução de ações coletivas que adotam como objetivo estratégico a combinação da soberania alimentar com o equilíbrio socioecológico dos diferentes biomas. Compreende-se que isto equivale a promover o desenvolvimento rural por meio do fortalecimento da base camponesa de produção e reprodução social, disputando, no limite, a afirmação da obsolescência e da prescindibilidade do modelo convencional de agricultura, voltado para a exportação e intensivo em capital e uso de energia.

Considerando que a abordagem dualista das políticas agrícolas do Estado brasileiro, iniciada no período Fernando Henrique e progressivamente aprofundada nos governos Lula e Dilma, que teve como principal efeito institucionalizar a polifonia de estratégias de reprodução social da agricultura familiar (da agricultura familiar empresarial à camponesa,

heterogeneidade consistente na realidade social brasileira desde a expansão da modernização conservadora, na década de 1970, e já embrionariamente produzindo identidades coletivas e concepções teóricas distintas pelo menos desde os anos de 1990 com a adoção do conceito de agricultura familiar), após um intervalo de latência, também passou a guiar a política federal de Ater. A alternativa de reorganização crítica do Sibrater, enquanto arranjo institucional que envolve em dimensões normativas e sociopolíticas, para além do Estado (incluindo os três sujeitos políticos principais da Ater), gerou implicações incipientes em diversos outros setores que não apenas aqueles vinculados apenas às questões agrícola e agrária, chegando a incidir sobre diversas outras políticas públicas. De fato, ao relacionarem-se com o Estado através de formulações com a abrangência daquelas propostas pelo enfoque agroecológico, os atores sociais ligados à agricultura familiar camponesa no Brasil possibilitaram a identificação dos diferentes pólos conceituais da agricultura familiar (empresarial ou camponesa) como duas alternativas distintas de integração socioeconômica destas populações marginalizadas. Em outras palavras, pode-se concluir que o processo de reorganização do Sibrater tem se constituído verdadeiro campo de disputa (MARQUES, 2003) social e normativa entre distintos modelos de desenvolvimento rural para o país (SABOURIN, 2007).

A Agroecologia, enquanto matriz técnica, social e ecológica para transformar o atual regime metabólico (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ de MOLINA, 2005; GONZÁLEZ de MOLINA, 2012) da produção de alimentos no Brasil, identifica-se claramente com uma via camponesa para o desenvolvimento rural. O desafio de reconstruir a Ater oficial em nível nacional tomando como base a Agroecologia exige, portanto, o enfrentamento social e político das estruturas do sistema econômico brasileiro que têm todo o interesse em perpetuar, e aprofundar, o atual sistema agroalimentar.

Sem dúvidas, persistem mais questões do que respostas sobre se há viabilidade política na concepção de uma via camponesa para o desenvolvimento rural no Brasil, isto é, que prescindia do agronegócio patronal e do modelo da agricultura capitalista para a garantia do abastecimento da sociedade contemporânea. Inclusive entre os próprios movimentos sociais. A análise histórico-conceitual da Agroecologia e de algumas das suas experiências político-institucionais oferecem alguns subsídios. Compreendendo, com o auxílio da análise histórica sobre o papel potencialmente estratégico da Ater para o desenvolvimento, o principal desafio que se coloca para a consolidação de uma Extensão Rural Agroecológica no Brasil, efetivamente, é a falta de uma política de continuidade, dos serviços, mas sobretudo da formulação teórica e prática a respeito dos seus desafios para poder abastecer a população.

Pode-se compreender que, com o incremento institucional que vinha recebendo a Ater no nível do governo federal (com seus reflexos em outros níveis e setores, do governo como da sociedade), a orientação inequívoca em relação à Agroecologia, adotada inicialmente, entrou em contradição com a política agrícola dualista do estado brasileiro, que por sua vez vem sendo reforçada ao longo dos governos do PT. [nota: Sabourin concluiu algo semelhante em relação ao Pronaf, o PDTRS e a política de Reforma Agrária no final do primeiro governo Lula] Isto parece ser tão mais certo quando se observa a trajetória social e política que culmina com a reinstitucionalização recente (e em pleno andamento) da Ater, sugerindo como marco político-institucional da sua “virada dualista” a aprovação da Lei de Ater em 2010 – e a atuação da bancada ruralista no sentido de pressionar o governo Dilma para apresentar o projeto de lei de criação da Agência Nacional de Ater (ANATER).

Ou seja, no “campo de disputa” entre modelos de desenvolvimento rural que se caracterizou a Política de Ater, com a Lei de Ater, e possivelmente com a criação da ANATER, observa-se uma resultante favorável ao modelo convencional de agricultura, de subordinação aos fluxos globais do capital e aos interesses das transnacionais do agronegócio e seus aliados no sistema político e econômico nacional. O crescimento do MDA durante os governos do PT (associado ao crescimento das políticas específicas para a agricultura familiar) parece ter colocado no horizonte estratégico dos sujeitos do agronegócio industrial a disputa direta sobre os rumos das políticas para a agricultura familiar. Neste sentido, a Política de Ater aparece justamente como a manifestação mais visível deste movimento, sendo a adoção da Agroecologia como princípio norteador, um alvo claro. Isto não apenas reforça a compreensão de que a transição agroecológica não pode ficar encerrada aos também importantes aperfeiçoamentos de transição institucional, mas também atualiza o imperativo de que o movimento agroecológico, extensionista e de modo mais geral o movimento social agrário revejam suas estratégias. É evidente, mais do que nunca, que a verdadeira conversão agroecológica exige mudanças econômicas estruturais que coincidam com a opção por uma via camponesa de desenvolvimento rural.

Em suma, sem ignorar a relevância das questões sobre as formas de operacionalizar as orientações normativas da Agroecologia, tanto mais em um contexto como o da formulação da sua Política e do seu Plano Nacional, compreende-se que é fundamental a construção de uma agenda estratégica comum entre o “movimento social extensionista”, em sua interface com o “movimento agroecológico”, e o movimento agrário popular em torno do que seria a via camponesa para o desenvolvimento rural brasileiro. Na pauta de uma agenda como esta,

certamente está a luta popular pela transformação radical da estrutura agrária brasileira, como também de outros pilares econômicos da atual configuração do agronegócio transnacional. Do ponto de vista institucional, a “pauta estratégica” deve ser construir arranjos institucionais que favoreçam, ao contrário de amenizar, as contradições e os embates diretos com as expressões políticas e econômicas do agronegócio, por exemplo, dotando de poder os Conselhos de Agroecologia, que contam com participação ativa dos movimentos sociais do campo, para deliberar sobre questões como a aprovação ou não de Transgênicos e de incentivos fiscais e liberação, controle ou banimento de agrotóxicos, para ficar em dois exemplos de questões fundamentais sobre a viabilidade da expansão da própria produção agroecológica. Resta por fim claro a relação dialógica que tal embate mantém, e da qual não pode prescindir, com a perspectiva política comum entre as massas mobilizadas que se vê sendo gestada ao longo de todo este processo histórico de ressurgimento da Ater sob o paradigma da Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A dualização como caminho para a agricultura sustentável**. In: *Estudos Econômicos* – Vol. 24, n° especial: 157-182. FIPE, 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O admirável mundo novo de Alexander Chayanov**. In: *Estudos Avançados*, 12, 32, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**, In: *Reforma Agrária*, revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol. 29, n° 1, jan./ago. 1999a.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**, *IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Porto Alegre, jun. 1999b.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. *Texto para discussão n° 702*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda**. Entrevista concedida a Patrícia Fachin, In: *Estudos Avançados*, 23 (66), pp. 103-109, 2009a.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Anticapitalismo e inserção social dos mercados**. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 21, n° 1, pp. 65-87, 2009b.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. **Agroecología, pequeñas fincas y soberanía alimentaria**. In: *Ecología Política: cuadernos de debate internacional*, n° 38, “La agricultura del siglo XXI”, 16p. Barcelona: Icaria Editorial, 2009a.

ALTIERI, Miguel. **Escalonando la propuesta agroecológica para la soberanía alimentaria en América Latina**. In: *Agroecología*, n° 4, pp. 39-48, 2009b.

ALTIERI, Miguel e NICHOLLS, Clara I. “Agroecología: potenciando la agricultura campesina para revertir el hambre y la inseguridad alimentaria en el mundo”. In: *Revista de Economía Crítica*, n° 10, segundo semestre de 2010, pp. 63-74.

ALTIERI, Miguel; ROSSET, Peter; THRUPP, Lori Ann. **El potencial de la agroecología para combatir el hambre en el mundo en desarrollo**. (Capítulo 19). Washington DC: International Food Policy Research Institute – IFPRI, 1998, pp. 123-127.

ALTIERI, Miguel e TOLEDO, Victor M. **La revolución agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino**. (Versão em espanhol: *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología* – SOCLA, 34p.). Publicado originalmente como “The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants”. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 38, No. 3, July 2011, pp. 587-612. Disponível em: < <http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/AGROECOLOGIA-ALTIERI-TOLEDO.pdf> >

AZEVEDO, Edisio Oliveira de. “Desafios e perspectivas da Agroecologia” (Capítulo 5). In: CAPORAL, Francisco R. e AZEVEDO, Edisio Oliveira de (orgs). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011, pp. 167-183.

BARBOSA, Antônio Gomes. “Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes”. In: THEODORO, Suzi Huff, DUARTE, Laura Goulart e VIANA, João Nildo (orgs). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 37-53.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José A. Pereira de. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. Disponível em <<http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>, 31p. Acesso em 25 de outubro de 2012.

BRUNO, Regina. **Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. *GT 16 - Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder*. 36º Encontro Anual da ANPOCS, Fortaleza-CE, set./2012, 28p. Disponível em <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/Movimento%20Sou%20Agro-texto-Regina%20Bruno-GT16-Anpocs.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2012.

CALLE COLLADO, Ángel e GALLAR, David. **Agroecología Política: transición social y campesinado**. *VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural – ALASRU*. GRUPO 2. De 15 a 19 de novembro de 2010, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 23p.

CANUTO, João Carlos. **Agricultura ecológica em Brasil: perspectivas socioecológicas**, Tesis de Doctorado, Universidad de Córdoba/Programa Agroecología, Campesinado e História/ISEC/ETSIAM, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília: MDA/SAF-DATER, 2005. Disponível em <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Pnater+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>> Acesso em 8 de outubro de 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. “As bases para a Extensão Rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul” (Capítulo 3). In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007, pp. 49-77.

CAPORAL, Francisco Roberto. “Apresentação”. In: THEODORO, Suzi Huff, DUARTE, Laura Goulart e VIANA, João Nildo (orgs). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. pp. 13-17. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a, pp. 13-17.

CAPORAL, Francisco Roberto. “Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações” (Capítulo 8). In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b, pp. 267-311.

CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009c.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Lei de Ater**: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. In: Revista *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, vol. 4, nº 1, pp. 23-33, Ago. 2011.

CAPORAL, Francisco R. e COSTABEBER, José A. “Por uma nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência” (Capítulo 1). In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007a, pp. 5-15.

CAPORAL, Francisco R. e COSTABEBER, José A. “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural” (Capítulo 4). In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007b, pp. 79-94.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. e PAULUS, Gervásio. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento sustentável. Brasília: s/e., 2006.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. “Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a *Nova Reforma Agrária*”. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 195-226.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia. João Pessoa. UFPB/CCEN, 2011, 281f.

CORTEZ, Cácia e EMMANUELA, Karla (org.). **MST**: Orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho da assistência técnica (Metodologia de trabalho e de inserção da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária). *Caderno de Cooperação Agrícola nº 14*. Projeto Capacitação em Ferramentas de Trabalho de Campo para equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, Convênio CONCRAB/INCRA/CRT/DF nº 49600/2004. Brasília: CONCRAB, 2005.

COSTABEBER, José A. “Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização” (Capítulo 2). In: CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007b, pp. 17-48.

DAGNINO, Renato e NOVAES, Henrique Tahan. **A adequação sócio-técnica na agenda do complexo de C&T e dos empreendimentos autogestionários**. Trabalho acadêmico para o tema: “Economia solidária e inovação tecnológica”. XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica. Altec, Salvador – Bahia – Brasil. 25 a 28 outubro 2005. Disponível em <<http://www.oei.es/salactsi/52212510.pdf>> Acessado em 4 de junho de 2012.

EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

FARIA, Cláudia Feres. “Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?”. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, pp. 187-204, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200012>.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio e CARVALHO FILHO, José Juliano. **Caminhos e descaminhos da Reforma Agrária**: embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas), Capítulo 3. “Constituição vinte anos”. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2009, pp. 155-223.

FETZNER, Adriana Borba e SOUZA, Amarildo Carvalho de (coords.). **CONTAG**: 40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo. Brasília: CONTAG, 2003.

FIDELIS, Lourival de M., BERGAMASCO, Sônia M. P. P., LOPES, D. G. e RODRIGUES, Tânia R. I. **A nova PNATER**: uma análise de sua tramitação pelo Congresso Nacional. *GT2 – Políticas públicas: quadros institucionais e beneficiários*. 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFPR, Curitiba, julho de 2010.

FOLADORI, Guillermo. **Na busca de uma racionalidade ambiental**. Resenha do livro: “Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável”, Enrique Leff, Blumenau: Editora da FURB, 2000. *Revista Ambiente & Sociedade* [online]. 2000, n^{os} 6-7 – 1º Semestre de 2000/2º Semestre de 2000, pp. 169-173. ISSN 1809-4422.

FOLADORI, G. **O metabolismo com a natureza**. *Critica Marxista*. No. 12, pp. 105-117. Boitempo. São Paulo, 2001.

FOSTER, Jonh Bellamy. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GAZOLLA, Marcio. “O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar”. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 85-106.

GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. “Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible: la necesidad de una agroecológica política”, (Capítulo 1). In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 17-70.

GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. **Metabolismo socioecológico como ferramenta para a análise da sustentabilidade dos sistemas agroalimentares**. Entrevista concedida a Paulo Petersen, In: *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia – Leisa Brasil*, vol. 9, n^o 1 (edição especial “Agroecologia Política na Rio+20”). Brasil/Peru/Senegal/Índia/Holanda: *AgriCultures Network*, Jun. 2012, pp. 22-23.

GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel e AMATE, Juan Infante. **Agroecología y decrecimiento**: una alternativa sostenible a la configuración del actual sistema agroalimentario español. In: *Revista de Economía Crítica*, n^o 10, segundo semestre de 2010, pp. 113-137.

GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel e SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Una propuesta de diálogo entre socialismo y ecología**: el neopopulismo ecológico. In: *Ecología Política: cuadernos de debate internacional*, nº 3, pp. 121-136. Barcelona: Icaria Editorial, 1992.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **Para além do PRONAF**: propostas de políticas estratégicas para a Agricultura Camponesa. Artigo publicado na página do MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. 2012. Disponível em <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/para-alem-do-pronaf>> Acessado em 25 de setembro de 2012.

GORZ, André. “Prefácio”. In: GORZ, André (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 9-18.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Contribuições do Diálogo de Saberes à educação profissional em agroecologia no MST**: Desafios da Educação do Campo na construção do Projeto Popular. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010, 267 fls.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto e SILVA, Irizelda Martins de Souza. **A pesquisa nas escolas técnicas de agroecologia do MST no Paraná**: contribuições do Diálogo de Saberes. 20p. UEM, 2010 (mimeo.).

HADICH, Ceres Luisa Antunes. **Diálogo de Saberes en el desarrollo de la Agricultura Campesina y la Soberanía Alimentaria en el Asentamiento Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Agrária de La Habana. La Habana, Cuba. 2012.

ILLICH, Ivan. “Energia e equidade”. In: LUDD, Ned (org.). **Apocalipse motorizado**: a tirania do automóvel em um planeta poluído. 2ª Ed (Coleção Baderna). São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, pp. 33-71.

LIMA, Ivamney Augusto. **A extensão rural e a produção do conhecimento**: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001, 127p.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar**: uma releitura sobre a construção do PRONAF. Revista *Raízes*, vol. 22, nº 02, jul./dez. 2003.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; RENTING, Henk e PLOEG, Jan Douwe van der. **The Road Towards Sustainable Rural Development**: Issues of Theory, Policy and Research Practice. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 3, 2001, pp. 75–83.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Pronater 2005, (Versão: 01.03.2005). Brasília: MDA-SAF/Dater, 2005.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, (Versão final: 25.05.2004). Ministério de Desenvolvimento

Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. Brasília: MDA-SAF/Dater, 2007. 26p.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil. **Cartilha de acesso ao PRONAF: saiba como obter crédito para a agricultura familiar – 2011/2012**. SEBRAE – SAF/MDA. 2011.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasil. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília: MDS/Consea, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDES, Rejane Beatriz. “Feira livre e segurança alimentar: um estudo de caso de Santa Maria de Itabira (MG)”. In: THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart e VIANA, João Nildo (orgs). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 117-133.

MIOR, Luiz Carlos. “Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem de redes sociais e sociotécnicas”. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 273-298.

MILLET, Damien e TOUSSAINT, Eric. **Um banco pelos direitos humanos?**, in: *Biblioteca Diplô*, junho de 2007. Disponível em <<http://diplô.org.br/imprima1587>> Acesso em 22 de outubro de 2012.

MORAIS, Lecio e SAAD-FILHO, Alfredo. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, nº 4, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MUSSOI, Eros Marion. **Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafios en la transición de las instituciones oficiales**. *Post Doctorado en Extensión Agroecológica*. Universidad Internacional de Andalucía, Universidad de Córdoba e Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, 90p.

NEDER, Ricardo (org). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. “Boundaries between occupational groups in agriculture, forestry and fisheries”. In: **International Standard Classification of**

Occupations: ISCO-08 (Volume I: structure, group definitions, and correspondence tables). Geneva: ILO, 2012, pp. 45-48.

PÁDUA, José Augusto. **25 años de ecologismo en el Brasil.** Entrevista concedida a Joan Martínez Alier, In: *Ecología Política: cuadernos de debate internacional*, nº 11. Barcelona: Icaria Editorial, 1996, pp. 7-20.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil:** uma abordagem histórica da legislação. “Textos para discussão”, nº 48. Centro de Estudos – Consultoria do Senado Federal. Brasília, 2008.

PETERSEN, Paulo. “Introdução”. In: ANA, Articulação Nacional de Agroecologia/GT-CCA. **Construção do conhecimento agroecológico:** novos papéis, novas identidades, Cadernos do II Encontro Nacional de Agroecologia, junho de 2007, pp. 6-18.

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **Rincões transformadores:** trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). 2006.

PIMENTEL, Vânia Costa. **Assentamento é mais que um “projeto”:** a assistência técnica nos assentamentos rurais, Dissertação, UFRRJ/CPDA, 2007, 141p.

PLOEG, Jan Douwe van der. “O modo camponês de produção revisitado”. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 15-56.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Estudos sobre a evolução, efetividade, resultados e aplicabilidade de técnicas, práticas e metodologias de assistência técnica e extensão rural, direcionadas para a agricultura familiar,** (Convocação nº 02/2011). *Projeto BRA/06/010 – Consolidação das Políticas Públicas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar.* Brasília: PNUD-MDA, 2011, 26p.

POSCHEN, Peter e TOBIN, Steven (coord). **Hacia el desarrollo sostenible:** oportunidades de trabajo decente e inclusión social en una economía verde. *Informe de la Iniciativa Empleos Verdes (PNUMA – OIT – OIE – CSI) e Instituto Internacional de Estudios Laborales/OIT.* Ginebra: OIT, 2012a.

POSCHEN, Peter e TOBIN, Steven (coord). “Sumário Executivo (versão em português)”. In: **Rumo ao desenvolvimento sustentável:** oportunidades de trabalho decente e inclusão social em uma economia verde. *Relatório da Iniciativa Empregos Verdes (PNUMA – OIT – OIE – CSI) e Instituto Internacional de Estudos Laborais/OIT.* Genebra: OIT, 2012b, 9p.

REMMERS, Gaston G. A. **Agricultura tradicional y agricultura ecológica:** vecinos distantes. *Revista Agricultura y Sociedad*, nº 66, jan.-mar. de 1993. Madrid: Ministério da Agricultura de España, pp. 201-220.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

RUAS, Elma Dias *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: MEXPAR. Belo Horizonte: Emater-MG, 2006.

SABOURIN, Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 22, nº 3, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

SABOURIN, Eric. “Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos”. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 219-244.

SAUER, Sérgio. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. *GT 10 – Movimentos sociais rurais em múltiplas dimensões*. Campinas: Unicamp, 01 a 05 de setembro de 2003.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. *Texto para discussão*, 30. 73p. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. “A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate”. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 7-15.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes. **A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil**: dimensões políticas, implantação e resultados. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, nº 3, set./dez. 2011.

SCHMITT, Cláudia Job. “Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira” (Capítulo 5). In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 177-203.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 51, fev./2003, pp. 99-121.

SCHNEIDER, Sérgio. “Introdução”. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 9-14.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro e CAZELLA, Ademir Antonio. “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, pp. 21-50.

SEMINÁRIO Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Anais do Seminário, 4 a 8 de agosto de 1997. Brasília: PNUD, 1997.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **A Perspectiva Sociológica em Agroecologia:** uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, nº 1, jan./mar. 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y agricultura ecológica:** hacia una “re”construcción de la soberanía alimentaria. *Revista Agroecología*. Facultad de Biología – Universidad de Murcia, vol. 1, 2006, pp. 7-18.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e MIELGO, Antonio Alonso. **Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica, como negocio:** el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores. *Almirez* (Centro Asociado UNED de Córdoba), nº 13, 2005.

SOTO FERNÁNDEZ, David; GONZÁLEZ de MOLINA, Antonio H.; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel; ORTEGA SANTOS, Antonio. **La protesta campesina como protesta ambiental:** siglos XVIII-XX. *História Agrária*, nº 42, agosto 2007, pp. 277-301.

STEDILE, João Pedro e CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania Alimentar:** Uma necessidade dos povos. In: BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Fome Zero: Uma história Brasileira”, vol. 3. Brasília: Assessoria Fome Zero, 2010, pp. 144-156.

TAVARES, Maria da Conceição. “A Questão Agrária”. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 27 de abril de 1997. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo27.htm> Acesso em 27 de outubro de 2012.

THEODORO, S. H., DUARTE, L. G. e ROCHA, E. L. “Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável”. In: THEODORO, Suzi Huff, DUARTE, Laura Goulart e VIANA, João Nildo (orgs). **Agroecologia:** um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 19-36.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio e MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural:** uma contribuição à geografia do conflito capital X trabalho. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, vol.11, 2005, pp. 12-19.

TOLEDO, Victor M. **Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria:** la superioridad de la pequeña producción familiar. In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, nº2, abr./jun. 2002.

TOLEDO, Victor Manuel e GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. “El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza”, In: GARRIDO, F.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SERRANO, J. L. e SOLANA, J. L. (eds.). **El paradigma ecológico en las Ciencias Sociales.** Barcelona: Editorial Icaria, 2007. pp. 85-112. Disponível em <<http://metabolismosocial.blogspot.com.br/2010/09/talleres-sobre-metabolismo-social.html>> Acesso em outubro de 2012.

TRAJANO, Janaina. **A Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula**. Seminário de Sociologia Política. *GT 06 – Relações entre o Executivo e o Legislativo, processo decisório e análise de políticas governamentais*. Anais do Evento, 2010.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. **Congresso nacional camponês: polêmicas agrárias**. Resenha do livro: “O congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político”, Luís Carlos de Carvalho Costa (org.), Rio de Janeiro: Edur, 2010. Revista *Estudos Sociais e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010, pp. 472-479.

VEIGA, José Eli da. **Fundamentos do agro-reformismo**. In: Revista *Lua Nova*, São Paulo, nº 23, mar. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de novembro de 2012.

VEIGA, José Eli da. **Diretrizes para uma nova política agrária**. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Anais do evento. Fortaleza: Anais do evento, 1998, 23p.

VEJA, Revista. **Especial Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Abril, 2003. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/190685.html> Acesso em 20 de outubro de 2012.

VERDUM, Ricardo. “Breve esboço do indigenismo à brasileira e o desafio da interculturalidade”, In: ARAÚJO, André e VERDUM, Ricardo (orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF/MDA, 2010, pp. 14-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, pp. 155-200.

WORKSHOP Nacional: Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar (proposta). ASBRAER – CONTAG – FASER – FAO – MA/SDR/DATER – PNUD/Projeto BRA/92/020, 24 a 28 de novembro de 1997. Brasília: PNUD, 1997.

ZIEGLER, Jean. **El derecho a la alimentación vs. el Consenso de Washington**. Edición Cono Sur, nº 29, nov./2001, pp. 31-32.

Legislação consultada:

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. “Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências”. Brasília, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003**. “Transfere a competência da Ater para o MDA”. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. “Institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Rurais Familiares”. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)”. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei de Ater nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. “Institui a Política e o Programa Nacional de Ater (PNATER e PRONATER)”. Brasília, 2010a.

BRASIL. **Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010**. “Regulamenta a Lei de Ater e dispõe sobre o PRONATER”. Brasília, 2010b.

BRASIL. **Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012**. “Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)”. Brasília, 2012.